Avante!
Biblioteca

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 582
21 de Fevereiro de 1985

Preço: 30$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

O comício de amizade PCP-PCC no cine-teatro do Montijo

COMÍCIOS DE AMIZADE NO BARREIRO E NO MONTIJO

Os comícios de amizade realizados na passada quinta-feira no Montijo e no Barreiro, e em que usaram da palavra o camarada **Álvaro Cunhal** e os camaradas **Jesús Montané** e **Jean-Pierre Nonault** que chefiavam as delegações, respectivamente, do **Partido Comunista de Cuba** e **Partido Congolês do Trabalho** que visitaram Portugal na passada semana a convite do PCP, foram calorosas jornadas internacionalistas

A demissão do Governo

A reclamação da demissão do Governo tornou-se **não só uma reclamação popular mas uma reclamação nacional.**

A reclamação não é, porém, apenas da demissão do Governo. É da urgência dessa demissão.

A reclamação da urgência é plenamente justificada. Plenamente justificada porque **cada dia que passa custa caro e bem caro ao povo e ao País.**

(...)

O povo português não compreende que não intervenham para a demissão do Governo todos aqueles que o podem fazer.

E quando nos perguntam se estas palavras significam uma crítica a alguém, nós respondemos que, **se estivesse nas nossas mãos a decisão necessária, já de há muito o Governo Soares/M. Pinto teria sido demitido.**

Assim, ter-se-iam poupado ao povo muitos sacrifícios, à economia portuguesa um tão catastrófico agravamento, ao regime democrático muitos golpes, à independência nacional muitos comprometimentos.

Por isso, **com a classe operária, com o povo português, é em nome dos interesses populares e nacionais que continuamos a luta, não só para a demissão do Governo, mas para que o Governo seja demitido com a máxima urgência.**

As presidenciais

No que respeita às eleições presidenciais, desde já definimos como objectivos fundamentais **derrotar o ou os candidatos da reacção (incluindo Mário Soares, se apresentar a sua candidatura) e levar a Belém um candidato que dê garantias de respeitar e fazer respeitar a Constituição, a legalidade, as instituições democráticas.**

É, porém, cedo para se tomarem desde já decisões quanto a um candidato e por isso consideramos precipitado e evidentemente prejudical o lançamento de quaisquer campanhas no momento presente.

Por duas razões.

A primeira é a necessidade de um candidato não apenas para fazer uma boa campanha política e obter número elevado de votos, mas um candidato **para derrotar o ou os candidatos da direita.**

E isso exige que os democratas e patriotas estejam certos de que esse candidato conta com o apoio de todos aqueles que, com os seus votos, têm de assegurar a sua vitória.

A segunda razão é que os trabalhadores, as massas populares, vastos sectores democráticos estão lutando para que se consuma a derrota da coligação PS/PSD e se efectue **uma mudança política urgentemente e, a efectuar-se essa mudança, a questão das eleições presidenciais** (incluindo a candidatura e a arrumação das forças) **apresentar-se-á em termos muitíssimo diferentes daqueles que se apresenta no momento actual.**

Do discurso de Álvaro Cunhal no Montijo – 14/Fev./85

O comício de amizade PCP-PCT no salão de «Os Penicheiros»

páginas centrais

NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

MAIORIA APROVA ORÇAMENTO CONTRA O PAÍS

Os deputados do PS, do PSD e da ASDI votaram o Orçamento de Estado para 1985. Aprovado pela maioria governamental com três meses de atraso, este OE é tão privisório quanto o Governo que o propôs e tão maléfico como ele. Na discussão na especialidade provou-se que este Orçamento não tem remendos possíveis. E o resultado final representará mais inflação e mais desemprego, mais recessão e mais salários em atraso, mais dificuldades no ensino, na saúde, na habitação, na segurança social. Sombrias perspectivas que só a luta e a demissão deste Governo poderão afastar – **Pág. 3**

Quinta-feira passada, no Barreiro

A luta resulta!

A luta resulta contra os salários em atraso e as outras malversações fomentadas pela política do Governo em empresas e sectores. Da Equimetal (foto) à Torralta, diversas formas de intervenção organizada juntam-se à movimentação sindical por todo o País, que incluem esta semana (dias 22 e 24) o IV Congresso no vasto sector dos têxteis e o anúncio, entre outras lutas, de uma grande jornada nacional para 16 de Março – *Pág. 7*

Planos secretos do Pentágono envolvem território português

Planos secretos do Pentágono, divulgados pela imprensa norte-americana, revelam que a administração Reagan pretende instalar armas nucleares em diversos países – incluindo Portugal – sem conhecimento das respectivos governos – *Pág. 8*

DELEGAÇÃO DO PCP NA RDA E NA POLÓNIA

Uma delegação do PCP composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, encontra-se desde anteontem na República Democrática Alemã a convite do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Nos próximos números do «Avante!» será incluído noticiário sobre a visita.

Momentos antes da sua partida para a RDA, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, fez, no aeroporto de Lisboa, a seguinte declaração ao nosso jornal:

Trata-se de uma delegação do nosso Partido composta por mim e por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, que vai à RDA a convite do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA) e depois à Polónia, a convite do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco (POUP).

Estas visitas inserem-se nas relações de fraternal cooperação e solidariedade recíproca existentes entre o Partido Comunista Português e os partidos irmãos desses dois países.

Teremos ocasião, naturalmente, de tomar contacto directo com a situação e a realidade daqueles dois países, de pormos os nossos camaradas ao corrente da situação portuguesa e de trocarmos impressões sobre a situação internacional e sobre problemas de interesse comum.

SEMANA

13
Quarta-feira

Enfiar a carapuça

Vem a lume mais um escândalo que envolve um membro do Governo. «o diário» publica artigo relevando que a Polícia Judiciária desmantelou uma empresa comprometida em tráfico ilícito de capitais, informando que um ministro recorreu aos serviços da mesma. Sousa Tavares enfia a carapuça e desculpa-se afirmando não ter exportado capitais e apenas importado ilegalmente divisas ■ O plenário da Assembleia da República começa a debater na especialidade as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Esatdo para 1985 ■ O Presidente da República recebe Mário Soares, depois de Mota Pinto ter informado o general Ramalho Eanes da sua «vontade de ser substituído» nas funções de vice-Primeiro-Ministro ■ Começam a regressar ao sul do Líbano as forças do exército regular e da polícia libanes, após a retirada das forças de ocupação israelitas ■ Após reuniões do Conselho Nacional da CGTP/IN, é revelada a intenção deste órgão de propor ao plenário de sindicatos uma grande jornada nacional de luta para o mês de Março ■ Demissionário, o ministro Seabra manda ocupar o Centro de Trabalho do Porto (Aníbal Cunha) do PCP.

14
Quinta-feira

Sousa Tavares, em declarações ao telejornal, admite ligações ao patrão da DOPA, a empresa que se dedicava ao tráfico ilícito de divisas ■ No comício realizado no Montijo, de amizade com o PC de Cuba, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma ser inadmissível a permanência do PSD no Governo e que a coligação «está morta» ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros do Grupo de Contadora decidem adiar «sine die» a reunião marcada para hoje no Panamá. O governo nicaraguense acusa os Estados Unidos de serem responsáveis pelo adiamento ■ Muitos milhares de trabalhadores de vários sectores de actividade e procedentes de dezenas de empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal manifestam-se frente à Assembleia da República, protestando contra a política de miséria e de fome e exigindo a demissão do Governo ■ Começa em São Tomé a cimeira que reúne os presidentes dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa.

15
Sexta-feira

A União Soviética propõe em Viena a redução das tropas soviéticas e norte-americanas na Europa Central em 20 mil e 13 mil efectivos respectivamente ■ No comício realizado no Barreiro, de amizade com o Partido Congolês do Trabalho, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma não se poder compreender que «seja dada posse a novos ministros de um Governo recauchutado» ■ A cimeira dos «cinco», que decorre em São Tomé entre os presidentes dos países africanos de expressão oficial portuguesa condena «o apoio de cidadãos portugueses a actos terroristas em Angola e Moçambique» ■ Após mais de três meses de obstrução por parte dos representantes do PS, PSD e CDS, é finalmente aprovado o Orçamento e Plano de Actividades da Câmara Municipal de Loures para o ano corrente, com os votos favoráveis da APU e a abstenção de um vereador do PSD. Os outros vereadores, tentando provocar a falta de quorum, abandonaram a sala.

16
Sábado

Felipe Gonzalez

Ao fim de uma longa maratona de quase 24 horas, a maioria vota o Orçamento de Estado para 1985, com os votos contrários dos comunistas, do CDS, do MDP e da UEDS ■ Mais um prédio de Lisboa em derrocada, ruiu parcialmente na Rua Luís Bivar, sem se registarem vítimas ■ O exército regular libanês conclui a sua reinstalação em Saida, após a retirada completa das tropas israelitas que ocupavam o sul do Líbano ■ O parlamento uruguaio aprova por maioria uma resolução exigindo a libertação de todos os presos políticos, na primeira reunião que efectua após 12 anos de ditadura militar ■ Felipe Gonzalez, chefe do governo espanhol, admite pela primeira vez que a data de 1 de Janeiro de 1986, para a entrada de Portugal e de Espanha na CEE, poderá não ser cumprida.

17
Domingo

Aristides Pereira

Segundo a Federação dos Sindicatos do Comércio, os preços aumentaram no mês de Janeiro 4,3%, a maior subida verificada num só mês, em Portugal; a manter-se o ritmo de Janeiro, a inflação atingirá, no ano de 1985, os 50% ■ Morre, de paragem cardíaca, o cavaleiro tauromáquico José Mestre Batista. Tinha 44 anos ■ O primeiro-ministro italiano, Bettino Craxi, confessa em Roma a existência de «dificuldades objectivas» no que diz respeito à eventual adesão de Portugal e da Espanha à CEE ■ Falando em Bissau no regresso da cimeira de S. Tomé, o presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, adverte o Governo Soares quanto às consequências que poderão ter para o relacionamento dos «cinco» com Portugal as actividades dos bandos terroristas antiangolanos e antimoçambicanos em território português.

18
Segunda-feira

As águas do Tejo sobem mais 10 centímetros de ontem para hoje, agravando-se a situação na região de Santarém, e continuando cortadas algumas estradas. As barragens da Bacia Hidrográfica do Tejo encontram-se com toda a sua capacidade de água ■ Em período de Carnaval, acentuam-se as «fantochadas» do CDS, nas proximidades do seu Congresso. Tendências e mais tendências vêm à tona de água, numa guerra de interesses o que o País vai assistindo através da Comunicação Social ■ Dos EUA vem a notícia: a rede mundial norte-americana de unidades de rastreio espacial – «Spacetrack» – ficará completa com a edificação da 5.ª estação em Portugal, em Almodôvar, a concretizar nos próximos 18 meses. A revelação é feita pelo «Washington Post» e a conclusão é simples: pela mão do Governo PS/PSD, Portugal vai fazer parte da chamada «guerra das estrelas». Um «bom» contibuto para a paz... ■ Um «Mercedes-280», armadilhado num bairro shiita, explode em Beitute ocidental provocando pelo menos 4 mortos e mais de 4 dezenas de feridos.

19
Terça-feira

Confirma-se em Bruxelas: os parceiros da CEE torceram de novo o nariz em múltiplos aspectos do processo de alargamento da organização a Portugal e Espanha. Cumpriu-se o «risco de insucesso» apontado anteriormente por B. Craxi. Nas bagagens de Ernâni Lopes, tudo como antes. Ou talvez ainda pior. Uma boa brincadeira de Carnaval para o Governo PS/PSD... ■ Uma delegação do PCP, incluindo Álvaro Cunhal e Domigos Abrantes, parte para a RDA. A delegação visitará depois a Polónia ■ Estamos no Carnaval. É tempo de folia e de alguma alegria. Em várias vilas e cidades do País, os tradicionais corsos carnavalescos levaram muita gente para a rua, como sucede na Mealhada, Torres Vedras, Ovar, Tomar, Évora, Funchal, etc. ■ Na Nova Caledónia prossegue o ambiente de tensão, especialmente na zona de Thio, após as forças policiais francesas terem carregado sobre a população local. Na origem dos acontecimentos esteve uma provocação da extrema-direita.

Editorial

UMA «RECOMPOSIÇÃO» BALÃO DE OXIGÉNIO

Após o desenlance incrível da operação de recauchutagem do Governo, directamente provocada pelo deflagrar dos conflitos internos do PSD e pela saída em falso de Mota Pinto, a barca arrombada da coligação governamental continua vogando à deriva nas ondas encasteladas de uma crise ingovernável.

Logo no dia seguinte um novo abcesso se abriu com o reacender dos conflitos internos do PS, desta vez pela solidarização da Federação Socialista da Área do Porto com o ex-ministro do Equipamento Social, Rosado Correia, que Mário Soares, sob a pressão dos parceiros do PSD, queria «atirar ao mar», isto é, queria pôr no Ministério do Mar...

As mazelas internas da parceria PS/PSD e de cada um dos seus comparsas são incuráveis. Resultam de um mal de origem que só a luta do povo e a iniciativa política e institucional poderão erradicar.

Vale a pena ainda e sempre dissecar a crise de fundo que provocou esta nova operação de recauchutagem do Governo, pôr-lhe as raízes ao sol, determinar-lhe as causas, a natureza, a gravidade, prever-lhe os efeitos. Necessariamente, também, apontar-lhe as soluções.

Os democratas portugueses, os patriotas que detêm a possibilidade real de opor e viabilizar uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual têm o dever de aprofundar a análise desta crise e desse aprofundamento retirarem as necessárias conclusões práticas para agir.

E agir patrioticamente no momento actual implica libertar com urgência o País de um Governo atascado na corrupção e na imoralidade, empenhado no projecto contra-revolucionário de destruição do 25 de Abril calendarizado em 11 de Dezembro entre os dois partidos coligados, cujo ritmo de execução, ao ver o terreno fugir-lhe debaixo dos pés, o Primeiro-Ministro se propõe intensificar.

É porque o Governo chefiado por Mário Soares se tornou o mais empenhado executor do processo de recuperação capitalista e porque a sua política colide frontalmente com o País real e com a vontade e a firme resistência do povo, que as contradições inerentes à coligação no Poder se tornaram agudas e insanáveis.

Soares tenta justificar essas contradições com as dificuldades próprias de um Governo de coligação e as «cedências» programáticas que um tal Governo implica para o PS. Ao mesmo tempo, porém, vai avançando, com os olhos postos no futuro, que tais dificuldades desapareceriam se o seu partido tivesse a maioria absoluta nas eleições... Mário Soares pretende escamotear aos olhos do povo o seu directo empenhamento no processo de acumulação e centralização forçadas do capital, na verdadeira cruzada de espoliações a favor dos monopólios que ele encabeça no Governo, na submissão de Portugal aos planos estratégicos do imperialismo e aos seus objectivos de rapina.

O Governo PS/PSD está podre, tornou-se um foco infeccioso da vida nacional, o nepotismo e a corrupção medram à sua sombra e nos seus próprios gabinetes, a imoralidade e o clientelismo corroem o aparelho de Estado.

Chegou-se ao cúmulo de ouvir um ministro confessar que faz contrabando de divisas e continuar, apesar disso, no seu cargo e de se forjarem leis de cobertura das actividades dolosas do presidente de um município socialista que também publicamente confessa actividades ilícitas!

Inquéritos movidos pela Assembleia da República a membros do Governo sobre os quais pesam graves acusações de descaminho de volumosas verbas ganham pó nas prateleiras ou são arquivados pura e simplesmente sem o apuramento dos factos.

Atinge as raias do burlesco ouvir os dirigentes actuais do PSD, chefes de fila das diversas «sensibilidades», que se mancomunaram para fazer saltar o inepto Mota Pinto, exaltarem a «rapidez» com que foi resolvida a crise de direcção no seu partido (apesar de as hostes do professor de Coimbra — «as bases» — se mobilizarem para o fazerem regressar de novo no congresso de Abril) e o mesmo quando se ouve Mário Soares exaltar as virtudes da coligação pela «rapidez» com que se operou a «recomposição» do Governo!

Uns e outros pretendem ocultar o pânico que se apoderou da vasta clientela dos «gestores», dos directores disto e daquilo, dos que se amesendam com as «postas» distribuídas pelos dois comparsas do Governo ante o perigo de perderem o controlo do aparelho de Estado no cachoar da crise interna do PSD.

O eleitoralismo domina já as relações ocultas dos dois partidos da coligação e os próprios actos dos governantes.

Os chefes de fila das diversas tendências e grupos espreitam-se uns aos outros, fazem tocaia, organizam as hostes para as disputas eleitorais certas e previsíveis de 1985.

Salgueiro alerta as «sensibilidades» do PSD para a intenção de Soares de «arrumar» a coligação dentro de três meses, assumir sem partilhas a direcção da máquina do Estado para a colocar ao serviço das suas ambições eleitorais.

As razões da manutenção até lá do casamento de conveniências entre o PS e o PSD assentam exclusivamente na defesa das «postas» e dos «tachos», na aceleração das chamadas «reformas de estrutura» calendarizadas no acordo contra-revolucionário de 11 de Dezembro e, principalmente — na iminência de serem corridos do Governo e serem confrontados com a sensível redução da sua base de apoio no plano eleitoral —, destruírem o que mais puderem das conquistas democráticas do 25 de Abril.

Mário Soares, secretário-geral do PS, ostentando a fachada de «socialista» para ludibriar os que acreditaram na sua falsa profissão de fé, assume-se de facto como «factotum» da direita e dos interesses imperialistas contra a democracia e a independência nacional.

Mário Soares argumenta desesperadamente, deita mão de todos os recursos demagógicos, como agora a da anunciada «moção de confiança», tudo para ocultar o atropelo diário da Constituição pelo seu Governo, a sua perda de força para esconder o desrespeito do Governo pelas instituições democráticas em sectores e aspectos fundamentais da acção do Estado.

Entretanto, cada nova medida do Governo, cada novo acto, afundam ainda mais Portugal na crise económica e financeira, no agravamento das condições de vida do povo, na crescente alienação da nossa independência nacional, no adensar das ameaças que pesam sobre a paz e a segurança dos portugueses, na degradação da imagem de Portugal democrático no mundo.

O Governo fez aprovar pela sua maioria parlamentar domesticada e quatro meses depois do prazo constitucional um Orçamento que é uma autêntica perversão da gestão financeira do Estado.

Abundam as indefinições e os «sacos azuis» eleitoralistas. O próprio défice, mesmo numa estimativa que o atira para números nunca dantes alcançados, é uma incógnita impossível de determinar.

A carga fiscal adensa-se sobre o dorso dos que menos podem pagar, o fosso entre os preços e os salários alarga-se, as verbas para a «recuperação» e o desenvolvimento económicos estão omissas nos projectos financeiros do Governo.

A dívida externa pula de facto cada dia com novos empréstimos estrangeiros ou sem eles pela simples dinâmica da alta especulativa do dólar em que se contabiliza a dívida.

Só com a simples subida do dólar de 172 escudos em 1 de Fevereiro para 180 no dia de ontem, a nossa dívida externa avaliada em mais de 15 200 milhões de dólares saltou em moeda nacional de 2614,4 milhões de contos para 2736 milhões!

O cancro dos salários em atraso, que segundo os próprios números falsificados do Ministério do Trabalho flagelam os operários e empregados de cerca de 800 empresas, abre cada dia novas manchas de miséria e fome nas classes trabalhadoras.

O encerramento de empresas públicas e a alienação de outras programadas com minúcia no «Livro Branco» e no «protocolo» de Veiga Simão intensifica a destruição do sector público e nacionalizado, coloca as empresas nacionalizadas mais rentáveis sob o controlo do grande capital privado, faz alargar a mancha cruel do desemprego.

A submissão servil do Governo de Soares ao imperialismo americano e à NATO ameaça colocar Portugal na órbita de uma guerra nuclear com o projecto anunciado e não contestado pelo Governo português dos projectos de instalações de mísseis nucleares no território nacional.

É contra esta odiosa política, de carácter antipopular e antipatriótico, que se amplia e ganha novas forças do movimento operário, popular e democrático de massas.

A semana última foi fértil em importantes lutas e acções no plano nacional de que devem destacar-se a manifestação e concentração de 5.ª feira em frente à Assembleia da República, as acções dos reformados, as dezenas de greves, paralisações e concentrações, as lutas das mulheres, dos discentes e docentes do ensino secundário e universitário, de milhares de agricultores do Norte, Centro e Sul contra a política do Governo.

A grande jornada de luta marcada pela CGTP-IN para o dia 16 de Março em vários pontos do País, destinada a um grandioso e entusiástico acolhimento de massas e a um grande impacto político, juntamente com a Jornada Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura para o mês de Março, traduzir-se-ão seguramente em importante contribuição para o movimento nacional pela imediata demissão do Governo.

Nesta pujante movimentação de massas crescem o prestígio, a força e a influência política do PCP. Os comunistas assumem-se de maneira crescente como os mais sinceros e firmes combatentes pelas reivindicações económicas e políticas do povo. Cada vez mais as propostas políticas do PCP para a solução dos grandes problemas nacionais encontram o acolhimento das mais vastas camadas do povo português, cada vez mais os comunistas se afirmam como força indispensável de uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual.

Sector gráfico de Lisboa

O trabalho de organização, com particular destaque para a política financeira, a campanha do Vitória e a situação nas empresas do sector foram temas em foco em recente reunião do organismo de direcção dos Gráficos da Organização Local de Lisboa do PCP. Das conclusões, destacamos em seguida uma breve passagem:

«Relativamente à situação social, destaca-se um agravamento em todo o sector, embora com maior realce para o sector de Jornais, Comunicação Social, devido à política de desastre do Governo que vem sendo aplicada pelos seus representantes nos Conselhos de Administração nas empresas. Alguns exemplos:

- A tentativa de despedimento colectivo na EPNC, atingindo numa 1.ª fase três dezenas de trabalhadores ligados aos sectores de bares, em benefício de privados.
- A existência de listas de reformas antecipadas, acompanhadas de pressão para rescisão de contratos no Diário Popular.
- Agravamento da tensão no Diário de Lisboa devido à não aplicação, por parte da administração, da PRT, Tabela A, a julgar pelos Jornais "Expresso" e "Diário Popular".
- Rotura, por parte do patronato, da negociação directa no sector de Casas de Obras, visando arrastar a resolução contratual dos trabalhadores do sector.
- É preocupante a proliferação dos processos disciplinares, transferências por castigo e coacção aos membros das ORT's na Papelaria Fernandes.
- O arrastamento propositado da publicação do AE na INCM, assim como a tentativa de corte de regalias sociais (...)».

Camaradas falecidos

António Brandão Ferreira

Com 64 anos, faleceu após prolongada doença o camarada António Brandão Ferreira, enfermeiro, membro da célula da Saúde, em Almada.

Armando dos Santos

Trabalhador da Arlíquido, onde exercia as funções de motorista de pesados, faleceu o nosso camarada Armando dos Santos, residente na freguesia da Ajuda, em Lisboa. O camarada contava 54 anos. O funeral saiu da igreja da Boa-Hora para o cemitério da Ajuda.

António Joaquim Massano (Tio Massano)

Internado no Hospital de Setúbal, no dia 7 de Janeiro, faleceu no dia 9 de Fevereiro com 72 anos de idade o camarada António Joaquim Carrilho Massano, mais conhecido por «Tio Massano».

Não tendo tarefas de responsabilidade, foi de uma actividade e dedicação ao Partido inesquecíveis para os camaradas que com ele conviveram e trabalharam, na construção da Cooperativa de Consumo e do Centro de Trabalho do **Pinhal Novo**, organização a que pertencia.

O seu funeral realizou-se para o cemitério da freguesia dos Arcos, concelho de Estremoz.

* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Assembleia da Organização Concelhia de Amarante

Realiza-se no próximo domingo, dia 24, a partir das 15 horas, na Cooperativa Agrícola de Amarante, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Amarante do PCP.

Na Assembleia, que decorrerá sob o lema «Por Abril — reforçar o PCP», os camaradas discutirão e votarão um documento-base que define as tarefas dos comunistas no concelho e elegerão a nova Comissão Concelhia.

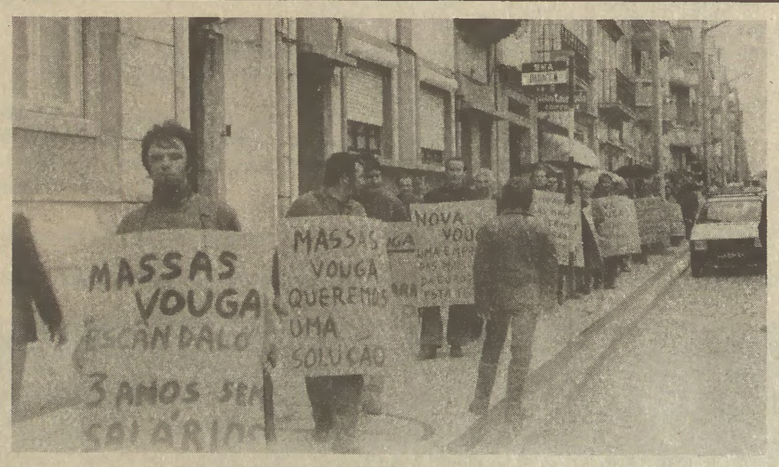
1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Rio Mau

Realizou-se no passado sábado a 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Rio Mau, em Penafiel. Reunindo cerca de 80 pessoas, delegados e convidados, a Assembleia aprovou um documento de orientação política e elegeu a Comissão de Freguesia. Esta primeira Assembleia realiza-se com a passagem do lugar de Rio Mau a freguesia, o que foi «razão para satisfação e também para o reforço da organização do Partido». Por isso, os camaradas definiram o seu trabalho no sentido de aumentar a ligação entre todos os militantes e de fomentar o trabalho colectivo. Definiram objectivos para o recrutamento, os fundos, a informação e propaganda. Os comunistas de Rio Mau preparam-se para as próximas batalhas. Ainda que só este ano, e pela primeira vez, «a população de Rio Mau eleja a sua Assembleia de Freguesia é do conhecimento geral o trabalho realizado pelos comunistas eleitos na Junta actual quer em Rio Mau quer em Sebolido». E algumas obras foram lembradas em intervenções feitas na assembleia: o pequeno cais na foz do Rio Mau, o estradão que foi rasgado e que vai desde a foz ao bairro além ribeiro, o reforço do caminho do Remoinho. Rio Mau e Sebolido, foi lembrado, eram dos lugares com pior iluminação do concelho de Penafiel e foi com a junta APU que o problema foi ultrapassado.

Várias intervenções abordaram problemas de organização, do trabalho das mulheres, da juventude e do trabalho autárquico.

O camarada Fernando Ribeiro, do executivo da DORP, fez a intervenção de encerramento da assembleia e o camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC, falou sobre a actual situação política.

Aveiro, no passado dia 14: centenas de activistas sindicais e de representantes de trabalhadores com salários em atraso manifestaram-se na rua, numa acção que suscitou uma forte onda de solidariedade não só naquela cidade como em todo o distrito. A partir das 16 horas, um cortejo silencioso de «homens-sanduiche» e de outros participantes portadores de cartazes alusivos aos salários em atraso, repressão, impedimentos ao exercício de direitos sindicais, etc., percorreu durante cerca de hora e meia a Av. Dr. Lourenço Peixinho e outras ruas da cidade. No decurso do desfile foram distribuídos milhares de comunicados sobre o custo de vida e os salários em atraso nos quais se dá nota de que «embora colocada já por diversas vezes a vários órgãos do Poder tal questão, o que é facto é que o problema não se resolveu, antes se agravou».



Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto. R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044.

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média no mês de Janeiro: 39 480

PCP

DELEGAÇÕES DE PARTIDOS-IRMÃOS EM PORTUGAL

A visita da delegação do PC de Cuba

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 11 a 15 de Fevereiro, uma delegação do Partido Comunista de Cuba, composta por Jesús Montanè Oropesa, membro suplente do Bureau Político, membro do Secretariado e Chefe do Departamento Geral de Relações Externas do CC e Armando Garcia, funcionário do Departamento de Relações Externas do CC do PC de Cuba.

A delegação do PCC realizou conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Manuela Bernardino, membro da Secção Internacional.

A delegação do PCC contactou com diversas aspectos da realidade portuguesa em visitas à Quimigal, no Barreiro, à UCP «1.º de Maio», em Avis e em encontros realizados nas Câmaras Municipais de Avis e Montijo. Na sua deslocação ao distrito de Setúbal, a delegação do PCC efectuou encontros com a Direcção da Organização Regional de Setúbal e com a Comissão Concelhia do Montijo.

No Montijo teve lugar um Comício de Amizade em que usaram da palavra Álvaro Cunhal e Jesús Montanè.

Durante as conversações que decorreram em ambiente de fraternal camaradagem, foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos respectivos partidos, bem como sobre questões da actualidade internacional e do movimento comunista e operário.

A delegação do PCP expressou o grande apreço dos comunistas portugueses pelas realizações e êxitos alcançados pelo povo cubano, sob a direcção do Partido Comunista de Cuba, na construção da sociedade socialista e pela sua acção solidária para com a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, expressão do elevado espírito patriótico e internacionalista do povo cubano.

A delegação do PCP condenou firmemente a política de pressões e chantagens imperialistas contra Cuba e reafirmou a sua activa solidariedade para com o PCC e o povo cubano na defesa da sua pátria socialista.

A delegação do PCC pôs em relevo o papel de primeiro plano desempenhado pelo PCP na luta contra o fascismo e pela consolidação do regime de transformações democráticas, assim como a sua tenaz e infatigável acção na defesa das mais legítimas conquistas e aspirações dos trabalhadores e do povo português. Reiterou o seu apoio solidário ao PCP e o seu alto apreço pela firmeza ideológica, fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo e consequente posição solidária e internacionalista de que sempre deram provas os comunistas portugueses. Manifestou ao mesmo tempo a sua profunda gratidão pelo apoio militante, estímulo fraternal, dado pelo PCP à Revolução cubana ao longo de anos de persistente luta.

As duas delegações expressaram a sua preocupação pelo sério agravamento da tensão internacional e os perigos que pesam sobre a paz, resultante da política militarista e agressiva do imperialismo, designadamente do imperialismo norte-americano, e consideraram como particularmente perigosos os planos e passos já dados pelos EUA no sentido da militarização do espaço.

As duas delegações manifestaram a sua solidariedade para com as revoluções vitoriosas, para com os povos que lutam contra o colonialismo e o neocolonialismo, o fascismo, o racismo e o «apartheid», pela independência nacional, a democracia e o progresso social.

As duas delegações saudaram a FSLN e o povo nicaraguense pela vitória alcançada nas primeiras eleições livres, que confirmaram o extraordinário apoio popular à revolução sandinista. Condenando firmemente a política de ingerências, provocações e agressões dos EUA na América Central, manifestaram a sua solidariedade à FSLN e ao povo nicaraguense, à FMLN e ao povo de El Salvador, e aos outros povos em luta.

Ao mesmo tempo reafirmaram o seu apoio às iniciativas orientadas para encontrar uma solução para os conflitos na América Central, através de negociações políticas e de acordo com o indeclinável respeito pela independência e soberania dos povos.

Os dois partidos condenam energicamente a continuação da ocupação do sul de Angola pelas tropas racistas sul-africanas. Estão firmemente ao lado do MPLA-PT e da RPA na exigência da sua retirada e manifestam a sua solidariedade de combate ao povo angolano. Do mesmo modo, manifestam a sua solidariedade para com o Partido Frelimo e a RPM que enfrenta constantes agressões e provocações da África do Sul, para com a SWAPO e o povo da Namíbia, para com o ANC e o povo da África do Sul, para com a ZANU-FP e o povo do Zimbabwé.

Os dois Partidos coincidem na apreciação que a agressividade do imperialismo não resulta do seu reforço, mas é um reflexo da profunda crise em que se debate o sistema capitalista e das suas pretensões para travar e, se possível, inverter o curso do processo revolucionário.

As duas delegações sublinharam a importância mundial dos êxitos e realizações dos países da comunidade socialista e a necessidade do reforço da unidade do movimento comunista internacional e da solidariedade recíproca dos países socialistas, do movimento operário dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional e dos países progressistas.

As duas delegações expressaram a sua satisfação pelas relações de amizade, cooperação e solidariedade recíproca existentes entre o PCP e o PCC e a sua vontade de as fortalecer e aprofundar, no interesse do desenvolvimento das relações entre os dois povos e países e da causa comum do socialismo e da paz.

A delegação do PC de Cuba visitou a Quimigal, tendo sido recebida, nomeadamente, pelas organizações representativas dos trabalhadores

Do programa da delegação do Partido Congolês do Trabalho fez parte um encontro, no Centro de Trabalho do Barreiro, com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP

A visita da delegação do Partido Congolês do Trabalho

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 12 a 14 de Fevereiro uma delegação do Partido Congolês do Trabalho, composta por Jean-Pierre Nonault, membro do Comité Central e Chefe de Divisão dos Partidos Comunistas e Socialistas da Europa no Departamento de Relações Exteriores e integrando Corneille Moka, Conselheiro Diplomático e Jurídico do D.R.E.

A delegação do PCT teve conversações com uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, e integrando também Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

Contactando directamente com a realidade portuguesa e a actividade do PCP, a delegação do PCT encontrou-se com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Lisboa, visitou a empresa metalúrgica MAGUE e teve um encontro com a Comissão Concelhia do PCP do Barreiro. Nesta cidade teve lugar um Comício de Solidariedade em que usaram da palavra Álvaro Cunhal e Jean-Pierre Nonault.

Durante as conversações as *duas delegações procederam a um largo intercâmbio de informações* e opiniões acerca da situação nos dois países, a actividade dos respectivos partidos e alguns aspectos de actualidade da situação internacional.

A delegação do PCP expressou o seu apreço pelos êxitos alcançados pela República Popular do Congo, sob a direcção do PCT, na edificação de uma nova sociedade orientada para o socialismo, fazendo os melhores votos pela aplicação das resoluções do 3.º Congresso Ordinário do PCT.

A delegação do PCT expressou a sua solidariedade para com a luta dos comunistas portugueses em defesa das conquistas da revolução do 25 de Abril e do regime democrático que as consagra.

As duas delegações expressaram *a sua viva preocupação pelo perigoso agravamento da* tensão internacional resultante da política militarista agressiva do imperialismo. Sublinharam que para defender a paz, derrotar os projectos hegemonistas do imperialismo e assegurar o prosseguimento do processo de emancipação nacional e social é de fundamental importância o fortalecimento da amizade, cooperação e acção comum dos países socialistas, os países progressistas, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

As duas delegações expressaram a sua activa solidariedade aos povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, o racismo e o fascismo, pela independência nacional, a democracia e o progresso social.

Debruçando-se sobre a situação na África Austral, as duas delegações condenaram firmemente a política agressiva da África do Sul, só possível com o apoio do imperialismo ao criminoso regime do *apartheid* e expressaram a sua solidariedade para com o MPLA-PT e o povo angolano, para com o Partido Frelimo e o povo moçambicano, para com a SWAPO e o povo da Namíbia, para com o ANC e o povo da África do Sul, para com a ZANU-FP e o povo do Zimbabwé.

As duas delegações expressaram a sua satisfação pelas relações de fraternal amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCT, baseadas nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, e a sua vontade de as fortalecer ainda mais no futuro, *no interesse do desenvolvimento das relações entre os* dois povos e países e da causa comum do progresso social, do socialismo e da paz.

A delegação do PCT exprimiu ao PCP o seu vivo agradecimento pelo acolhimento caloroso que lhe foi dispensado durante a sua estadia em Portugal e convidou uma delegação do CC do PCP a efectuar uma visita de amizade e de trabalho à RPC. Este convite foi aceite com satisfação.

Dois comícios internacionalistas

No mesmo dia, separados pelo curto espaço de cerca de duas horas, em locais a escassos quilómetros um do outro, dois comícios promovidos PCP (ambos contando com a participação do secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal), constituíram magníficas jornadas de solidariedade para com a luta de outros povos e partidos irmãos e de empenhamento na defesa do Portugal de Abril.

Tendo como palco a margem Sul, mais precisamente o Barreiro e o Montijo, estas iniciativas puseram em evidência, uma vez mais, aspectos marcantes nos princípios e na acção quotidiana do PCP: o seu carácter profundamente patriótico e internacionalista; o seu crescente prestígio e influência junto das massas trabalhadoras e de outras classes e camadas mais desfavorecidas da população; a sua intervenção criadora, corajosa e insubstituível, em todos os domínios, na defesa dos interesses de quem trabalha, da democracia e do País; o reconhecimento tanto interno como internacional, tanto por amigos como por adversários e inimigos, deste inestimável património de valores que conferem ao Partido da classe operária portuguesa um espaço e um papel único na cena política nacional e um exemplo seguido com carinho e atenção por quantos se batem no mundo pelo progresso, a paz e a justiça social.

Com efeito, os comícios de solidariedade com o Partido Comunista de Cuba (PCC) e o Partido Congolês do Trabalho (PCT) realizados respectivamente no Cine-Teatro do Montijo e na colectividade «Os Penicheiros», no Barreiro, constituíram duas belas iniciativas que patentearam as relações de grande fraternidade e amizade existentes entre o PCP e aqueles partidos irmãos.

Dificilmente, segundo cremos, após o contacto de perto com alguns aspectos da realidade portuguesa, poderia haver melhor fim, a culminar a estadia dos nossos convidados, do que estas vibrantes jornadas, testemunho do apreço, da solidariedade e da estima dos comunistas portugueses e do seu Partido para com as delegações dos Partidos nossos convidados.

Aliás, quem assistiu aos comícios, não deixou certamente de constatar tal facto e de registar, ao mesmo tempo, outros aspectos que merecem relevo.

O primeiro — provavelmente até não constitui surpresa a não ser para os menos atentos — tem a ver com o elevado número de pessoas presentes nas duas salas. Quer no Barreiro (pese embora a má hora — 18.15), quer no Montijo, os espaços encontravam-se repletos.

Outro aspecto, a merecer realce, prende-se com o ambiente que dominou os trabalhos, envolvendo os participantes. O entusiasmo reinante deixou clara, por um lado, a combatividade e o empenho do povo da região na defesa do regime democrático, e, por outro, uma enorme confiança de que será posto cobro muito em breve a esta política de ruína e miséria, o curso dos acontecimentos será invertido, Portugal retomará o caminho de Abril.

Uma nota final para a participação dos jovens. Com a sua presença em elevado número, as suas bandeiras, a sua alegria e entusiasmo eles foram também um sinal de vitalidade, um garante num futuro de paz, justiça e liberdade.

Discurso de Jesus Montané no Montijo

Queremos em primeiro lugar agradecer as provas de amizade e solidariedade que nos têm sido dirigidas desde a nossa chegada. De maneira muito especial quero expressar o nosso reconhecimento e a nossa profunda gratidão ao camarada Álvaro Cunhal, ao Partido Comunista Português, e a todos os que, com o seu esforço e entusiasmo, tornaram possível este combativo e fraternal encontro.

Trazemo-vos calorosas saudações do Primeiro Secretário do nosso Partido, camarada Fidel Castro, dos nossos militantes, e do povo revolucionário de Cuba, que constrói com abnegação e entusiasmo a nova sociedade socialista.

Dão-nos profunda alegria os estreitos e fraternais laços que unem o Partido Comunista de Cuba e o Partido Comunista Português, que unem os seus principais dirigentes. Mais ainda nos apraz constatar que essa profunda amizade tem raízes nos ideais e na luta comum que identificam ambos os partidos.

No Partido Comunista Português reconhecemos a firmeza, a lealdade inquebrantáveis aos princípios, a sua dedicação absoluta ao combate pelas mais legítimas aspirações dos trabalhadores e do povo português.

Nesta disposição de luta que caracteriza hoje o Partido Comunista Português está presente uma rica tradição combativa dos comunistas portugueses, forjada ao longo de múltiplas e históricas batalhas. Enfrentando heróica e consequentemente, durante quase meio século, as forças fascistas e opressoras de Portugal; na defesa pertinaz das conquistas do 25 de Abril e na luta para consolidar e abrir caminho às necessárias transformações democráticas na vida nacional, o Partido dos comunistas portugueses esteve sempre na primeira linha dessas justas lutas.

«Honrar, honra», disse o nosso herói nacional José Martí. Assim nos sentimos hoje: imensamente honrados por ter a oportunidade de testemunhar ao Partido Comunista Português o nosso reconhecimento e admiração pelo destacado papel que desempenhou e desempenha, correspondendo aos mais legítimos interesses da classe operária e do povo de Portugal.

Há cerca de um ano tivemos a imensa honra de conferir ao camarada Álvaro Cunhal a Ordem de «Playa Girón», com a qual a nossa Revolução distingue as personalidades que possuam relevantes méritos na sua trajectória revolucionária e tenham trazido contribuições destacadas às nobres tarefas da amizade e da solidariedade.

O nosso Partido conhece o valor extraordinário da solidariedade internacionalista. Na árdua luta que temos travado para fazer avançar a nossa Revolução, temos recebido o apoio material e moral dessa solidariedade. Por isso, quando contribuímos, na medida das nossas possibilidades, para o progresso, a liberdade e a independência de outros povos, fazêmo-lo com a plena consciência de que estamos a ajudar a pagar a dívida de gratidão que contraímos para com a Humanidade.

Quero reafirmar hoje o profundo respeito que o nosso Partido tem pelas firmes e invariáveis provas de activa e militante solidariedade que sempre temos recebido do Partido Comunista Português e do povo de Portugal.

Camaradas

Vivemos, sem dúvida, uma época decisiva na história da Humanidade. Carregada de perigos, mas também de belas esperanças. As acções agressivas do imperialismo e da reacção internacional, que com elas pretendem deter e fazer retroceder a luta dos povos para consolidar ou conquistar a sua independência, devem e podem ser derrotadas.

Aos perigos e ameaças de uma confrontação nuclear, que esta política nefasta aproxima e converte em realidades, junta-se o facto de simultaneamente as circunstâncias internacionais imporem que a luta pela paz se amplie, quando se impõe prestar uma maior atenção à colaboração internacional, quando constitui um verdadeiro crime dilapidar os recursos económicos numa monstruosa corrida armamentista, numa conjuntura em que tudo aconselha a mobilização desse potencial económico para promover o desenvolvimento de um grande número de países.

Estamos convictos de que os nossos dois partidos continuarão unidos nesta colossal batalha pela paz e a segurança para todos os povos do mundo. Estamos seguros de que as nossas vozes e as nossas acções não fraquejarão na defesa das mais genuínas aspirações dos povos que ainda combatem pela sua libertação, e na daqueles que exigem com dramática urgência relações eocnómicas mais justas e equitativas, a permitir-lhes que ocupem o lugar que lhes cabe no mundo dos nossos dias.

Expressamo-vos, queridos camaradas comunistas portugueses, o nosso firme e decidido apoio à positiva acção que tendes desempenhado no quadro da Europa Ocidental. A realidade actual determina que, como nunca anteriormente, exista uma profunda vinculação entre o futuro de um povo e a sua influência no destino de outros povos.

Como sabeis, o nosso país situa-se numa zona do mundo onde as tensões, ameaças e perigos se têm multiplicado nos últimos tempos. As teses dos que pretenderam explicar a forte expressão do movimento revolucionário e popular na América Central e nas Caraíbas a partir de pretensas rivalidades entre as grandes potências ou como parte do conflito ideológico Leste-Oeste caíram pela base. Para os revolucionários cubanos não é difícil ter uma visão próxima destes problemas, exactamente na medida em que a nossa Revolução se insere no quadro das realidades históricas que determinam os acontecimentos na América Central e nas Caraíbas.

Se existe hoje um processo genuinamente popular na Nicarágua, se os patriotas salvadorenhos lutam de armas na mão pela conquista da sua liberdade — tal expressa a vontade desses povos ante os governos tirânicos e o feroz sistema de exploração que na região lhes foram impostos pelo imperialismo norte-americano.

Saudamos a heróica epopeia dos combatentes da Pátria de Sandino, que se dão com exemplar abnegação à tarefa de construir uma nova Nicarágua, nascida das ruínas da era somozista e do domínio colonial e neocolonial. É nossa firme convicção que, apesar das agressões que sofre e dos perigos que a espreitam, a Nicarágua viverá, e triunfará, porque assim o quer o seu povo.

Expressamos a nossa saudação solidária ao povo de Salvador, às suas organizações revolucionárias que dia-a-dia mostram do que é capaz a sua vontade combativa ante o exército fantoche, apoiado e sustentado pelo imperialismo.

A resposta dos grupos mais reaccionários no sistema do Poder nos EUA mais não fez do que agravar a situação de tensão na América Central, na exacta medida em que aumentaram os perigos de uma insensata intervenção militar imperialista na região e nas imprevisíveis consequências que dela poderiam resultar. A constatação destas ameaças obrigou-nos a reforçar as nossas defesas e a prepararmo-nos adequadamente tanto para a paz como para a guerra, conscientes de que, compreendendo os nossos inimigos o alto custo de uma agressão, estamos a contribuir para a paz nesta parte do mundo.

Com toda a responsabilidade vos posso afirmar hoje que o nosso povo unido converteu o país numa fortaleza impossível de conquistar por qualquer agressor. Por outro lado, quer o nosso Partido quer o nosso governo jamais se eximiram a esforços no apoio a decisões e iniciativas que possam conduzir a uma solução política justa e negociada dos conflitos na zona. Pensamos que não é possível menosprezar, sejam elas grandes ou pequenas, as esperanças que possam abrir-se no caminho da distensão, na nossa região ou em qualquer parte do mundo. Tudo o que nesse sentido esteja nas mãos dos revolucionários cubanos, far-se-á sem vacilações.

Reafirmamos a nossa solidariedade àqueles que em África enfrentam o odioso regime racista e se esforçam com exemplar tenacidade por acabar para sempre com as terríveis sequelas do colonialismo e neocolonialismo.

Para eles, para todos os povos que no Médio Oriente, na Ásia e noutras latitudes defendem com as suas vidas o direito a ser homens livres e dignos, a nossa homenagem de respeito e a nossa indeclinável identificação com as suas justas causas.

Acalentamos a esperança de que os anseios de paz da Humanidade progressista hão-de frutificar. Pensamos que os primeiros passos visando acordos de carácter estratégico são animadores. Desejamos que possam concretizar-se avanços concretos e construtivos nessa direcção, correspondendo ao anseio unânime dos povos. Cortar o passo aos inimigos da paz é uma tarefa prioritária de todas as forças progressistas do nosso planeta.

Durante a nossa permanência em terra portuguesa, nas conversações com os camaradas dirigentes do Partido, passámos em revista os mais prementes problemas que hoje afectam o mundo, em especial os povos da nossa América Latina, de África e de outras zonas da Humanidade oprimida, e em tudo verificámos a coincidência de pontos de vista. Sentimo-nos, além disso, satisfeitos e ainda gratos pela fraternal hospitalidade que nos foi proporcionada.

Uma vez mais, a nossa fraternal saudação ao Partido Comunista Português e ao seu grande dirigente Álvaro Cunhal, desejando-vos os maiores êxitos na luta que o vosso povo trava por preservar as conquistas democráticas, alcançadas ao cabo de duros anos de batalha tenaz, de sacrifícios, prisões e imensos esforços.

Estamos certos de que a vitória será alcançada e de que Abril glorioso e os cravos vermelhos que foram seu símbolo não morrerão.

Viva a fraternidade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba!

Viva a solidariedade internacionalista!

Discurso de Jean P. Nonault no Barreiro

Camarada Secretário-Geral do PCP
Camaradas e Amigos,

Ao tomar a palavra, vou em primeiro lugar cumprir um dever: transmitir-vos as saudações fraternais e calorosas do povo revolucionário da República Popular do Congo, do seu Partido de Vanguarda, o PCT, do seu Presidente, o camarada Denis Sassou-Nguesso, e da delegação que tenho a honra insigne de dirigir.

Camaradas,

A nossa presença entre vós nesta grande reunião, é um testemunho eloquente dos laços de amizade e cooperação que existem de há longa data entre o PCP e o PCT, entre o povo português e o povo congolês e entre o camarada Álvaro Cunhal e o camarada Denis Sassou-Nguesso.

Permitam-nos que aproveitemos a ocasião que nos oferece para vos lembrar que o PCT é o primeiro Partido marxista-leninista no poder em África. Ele é a forma superior de organização política e social, a força que dirige e orienta a sociedade congolesa. O PCT é a organização de vanguarda da classe operária congolesa. Tem por objectivo a edificação de uma sociedade de onde serão banidas todas as formas de exploração do homem pelo homem, uma sociedade democrática e socialista. Partido proletário, o PCT, núcleo dirigente do povo congolês, vai buscar a sua força às massas operárias e camponesas, aos combatentes e aos intelectuais revolucionários decididamente empenhados no combate pela independência total e pelo socialismo científico.

Camaradas,

Se na República Popular do Congo o momento é de mobilização geral de todas as forças revolucionárias e patrióticas com vista a aplicar as resoluções do 3.º Congresso Ordinário do PCT realizado de 27 a 31 de Julho de 1984, é contudo necessário sublinhar a conjuntura internacional muito má, caracterizada pela crise económica mundial, que é na realidade a crise do sistema capitalista, com consequências extremamente graves nos outros países e particularmente nos países em vias de desenvolvimento como o nosso.

O imperialismo continua a ser o principal autor de todos os males que afligem os países em vias de desenvolvimento. Com efeito, ele mantém por todos os meios, sobretudo pela força, uma divisão internacional do trabalho que faz dos países em vias de desenvolvimento fornecedores de matérias-primas e importadores de produtos manufacturados.

Camaradas,

O PCT acompanha com simpatia e solidariedade a luta incansável travada pelos comunistas portugueses pela defesa das conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático que as consagrou sob a sábia direcção do PCP encabeçado pelo camarada Álvaro Cunhal, cuja vida militante suscita admiração e respeito.

O PCT está convicto de que a unidade do movimento comunista internacional é a única garantia do triunfo dos povos oprimidos e explorados do nosso planeta. É por isso que sempre se colocou ao lado das forças da paz e da justiça, dando o seu contributo multiforme à luta pela libertação dos povos e o desenvolvimento do socialismo no mundo.

Camaradas,

Na Europa, na América, na África, no mundo inteiro, os povos amantes da paz e da justiça lutam com coragem e abnegação, ao preço do seu sangue, para se libertarem do jugo do imperialismo e construírem uma sociedade nova, sem exploração de uns pelos outros.

Mas particularmente em África existem numerosos focos de tensão ateados pelo imperialismo, que apoia o vergonhoso regime do *apartheid* na África do Sul. A luta do povo negro da África do Sul é justa e tem necessariamente de gozar da solidariedade das forças do progresso de todo o mundo.

Os regimes progressistas instalados em Angola e Moçambique atravessam momentos críticos da sua existência, porque o imperialismo tenta por todos os meios fazer andar para trás a roda da História.

Quanto à Namíbia o imperialismo bloqueia cinicamente o processo que conduz à independência, colocando condições que nada têm a ver com o assunto e totalmente inaceitáveis por todos os povos amantes da justiça.

Camaradas e Amigos,

Reafirmando-vos os nossos sentimentos de profunda solidariedade com a luta que travais no vosso país contra os partidos reaccionários a soldo do imperialismo, aproveitamos a oportunidade que nos é oferecida para agradecer à direcção do vosso Partido a generosa hospitalidade de que temos beneficiado desde a nossa chegada à terra portuguesa.

Viva a Amizade e Solidariedade entre o PCP e o PCT!
Viva o Camarada Álvaro Cunhal!
Viva o Camarada Denis Sassou-Nguesso!
Viva o Internacionalismo Proletário!

PCP

DELEGAÇÕES DE PARTIDOS-IRMÃOS EM PORTUGAL

Intervenção de ALVARO CUNHAL

Comício de amizade PCP-PC de Cuba

Camaradas:

Para os comunistas e os trabalhadores portugueses é uma grande alegria receber como convidados — aqui, em Portugal libertado da tirania fascista, no Portugal de Abril que defendemos com a nossa luta — uma delegação do Partido Comunista de Cuba, — de Cuba revolucionária, de Cuba heróica, independente, soberana e socialista.

Bem-vindos sejais a Portugal, queridos camaradas cubanos.

Sois verdadeiros amigos do nosso povo e podeis estar certos de que tendes no nosso povo verdadeiros amigos.

O exemplo exaltante de Cuba revolucionária e socialista

É este comício uma expressão, modesta mas profunda, dos sentimentos de solidariedade recíproca que unem os nossos dois partidos e os nossos dois povos.

É uma expressão dos princípios do internacionalismo proletário que nos identificam como combatentes de uma causa comum.

A nossa luta, — nossa, dos comunistas portugueses — é animada pelo objectivo da libertação dos trabalhadores e do povo do nosso País de todas as formas de exploração e opressão, pelo objectivo de tornar Portugal um país verdadeiramente livre, democrático e independente. O nosso sentimento revolucionário mais profundo é o amor pelo povo e o amor pela Pátria.

Patriotas que somos, somos ao mesmo tempo consequentes internacionalistas.

Apoiamos firmemente os povos que realizaram vitoriosamente a revolução. Somos solidários para com a União Soviética, para com Cuba, para com os outros países socialistas.

Encontramo-nos firmemente ao lado dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo na sua luta emancipadora.

Ao lado daqueles que lutam contra a exploração capitalista, contra o imperialismo, o fascismo, o racismo, o *apartheid* e outras formas de dominação. Daqueles que lutam pela liberdade, pela independência nacional, pelo progresso social, pelo socialismo e pela paz.

Ao lado da Nicarágua revolucionária, do povo de El Salvador e dos outros povos da América Latina em luta.

Ao lado dos povos de Angola e Moçambique, que fazem corajosamente frente às agressões dos racistas da África do Sul e dos bandos armados que os servem, e exigimos que sejam tomadas medidas imediatas para acabar com o escândalo da utilização do território português para a actuação das organizações antiangolanas e antimoçambicanas.

Encontramo-nos ao lado do povo da Namíbia em luta pela independência, ao lado da Etiópia Socialista, ao lado dos povos africanos que libertados do colonialismo consolidam a independência e constroem sociedades novas e progressistas.

Encontramo-nos ao lado dos povos árabes em luta contra o imperialismo e o sionismo, nomeadamente o povo palestiniano, o povo do Líbano e a Síria. Ao lado do povo do Vietname, do Laos e do Kampuchea.

Ao lado do povo de Timor em luta contra a ocupação indonésia e pelo direito a determinar o seu próprio destino e combatemos firmemente os propósitos do Governo português de entregar Timor-Leste à Indonésia a coberto do reconhecimento de uma falsa autonomia.

O nosso Partido, o Partido Comunista Português, é activamente solidário para com todos os que no mundo lutam contra o imperialismo e designadamente o imperialismo norte-americano, contra a sua política de ingerência, intervenção, agressão, cruzada anticomunista, terrorismo, guerra, corrida aos armamentos e contra os seus loucos e perigosos planos de hegemonia mundial.

Defendemos activamente a unidade do movimento comunista internacional e a estreita cooperação e a solidariedade recíproca dos países socialistas, do movimento operário dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional e dos países progressistas.

As posições internacionalistas do nosso Partido, coincidentes com as posições internacionalistas do Partido Comunista de Cuba, constituem um importante factor de cooperação e amizade fraternal e militante existente entre os nossos dois partidos.

Queremos aqui uma vez mais afirmar que nós, comunistas portugueses, temos no mais alto apreço as posições e a prática internacionalista do Partido Comunista de Cuba e do povo cubano.

O apoio activo, generoso e heróico do povo cubano a outros povos preenche muitas das páginas mais gloriosas da história de Cuba revolucionária e socialista. O internacionalismo dos revolucionários cubanos constitui uma importantíssima contribuição para a luta dos povos directamente apoiados por Cuba e para a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

Mas, apesar do seu imenso valor, não é essa a principal contribuição internacionalista dos comunistas e do povo cubano.

Entre todas as contribuições dos comunistas e do povo cubano a contribuição mais valiosa e de maior projecção e repercussão na evolução mundial é a própria revolução cubana.

A revolução cubana é um manancial de novas experiências, de exemplos de determinação, heroísmo e confiança, de estímulos criativos e inspiradores para todos os revolucionários.

A revolução cubana demonstrou que não há forças capazes de subjugarem um povo unido, consciente da sua independência e decidido a lutar até à morte pela liberdade e pelo direito de decidir do seu próprio destino.

Realizada numa ilha a poucas milhas dos Estados Unidos, **a revolução cubana demonstrou a falsidade da teoria segundo a qual a chamada posição geoestratégica de um país na área do imperialismo torna impossível nesse país a revolução socialista.**

Cuba revolucionária, Cuba livre, Cuba socialista, lembra e confirma a cada instante ante o mundo que **cada povo tem a decisão e a vitória nas suas próprias mãos.**

É o povo que decide do seu destino

Este ensinamento tem particular valor para a luta dos comunistas e do povo de Portugal. Porque confirma, com o glorioso e vitorioso exemplo cubano, que se junta a muitos outros gloriosos e vitoriosos exemplos, como é justo, correcto e necessário confiar em que **o povo português está em condições de, com a sua luta, decidir da sua forma de viver — do regime social e político que deseja em Portugal.**

É indesmentível que tal confiança tem sido uma das determinantes da luta do nosso Partido, dos trabalhadores, das forças e dos homens que derrubaram a ditadura fascista e que criaram e defendem Portugal de Abril.

Quantas vezes no tempo da ditadura fascista, não ouvimos vozes internas e externas afirmar que o povo português, por si só, não poderia libertar-se do fascismo? Que o fim do fascismo em Portugal teria de vir de fora, de mudanças internacionais, designadamente da queda de Franco em Espanha?

Mas, nós os comunistas, os trabalhadores, os antifascistas portugueses, o movimento democrático e os militares patriotas, tivemos confiança em nós próprios e no nosso povo, não ficámos à espera que fossem antes derrubadas outras ditaduras ou que a liberdade nos viesse de fora, resistimos, lutámos, pusemos a nós próprios o objectivo de derrubar a ditadura e **em 25 de Abril de 1974 o levantamento vitorioso dos capitães do MFA, logo seguido do levantamento popular, confirmou de forma esplendorosa a decisão, a capacidade, o valor, a força de decisão independente do povo português.**

Quantas vezes, depois de 25 de Abril de 1974, no processo conturbado da revolução portuguesa, não ouvimos vozes internas e externas *afirmar que, isolado na Europa Ocidental, integrado numa zona geoestratégica dominada pelo imperialismo norte-americano, Portugal não poderia pretender — nem países estrangeiros o permitiriam — realizar transformações políticas e sociais* que se não conformassem com o quadro estabelecido nos países da Europa capitalista?

Mas nós, os comunistas, os trabalhadores, os democratas civis e militares mais consequentes, apoiados por um poderoso movimento popular de massas, tivemos confiança em nós próprios e no nosso povo, fizemos frente e derrotámos sucessivas tentativas de golpes contra-revolucionários, resistimos às tentativas de grupos monopolistas, dos latifundiários, da reacção, de abafar económica e financeiramente a jovem democracia, procurámos as soluções próprias a Portugal para resolver os problemas portugueses — **e as históricas transformações realizadas pela revolução portuguesa e consagradas na Constituição da República** — a liquidação dos monopólios com a nacionalização dos sectores básicos da nossa economia, a liquidação dos latifúndios com a Reforma Agrária, os direitos alcançados pelos trabalhadores, pelas mulheres, pela juventude — **confirmaram de forma exaltante a capacidade do povo português de encontrar por si próprio as soluções para os seus próprios problemas e de construir um regime democrático conforme com os seus interesses, a sua decisão e a sua vontade.**

Quantas vezes, depois de desencadeado o processo contra-revolucionário a partir de 1976, não ouvimos vozes internas e externas proclamar que as grandes conquistas do nosso povo estavam praticamente liquidadas? Quantas vezes não ouvimos comentar que a revolução dos cravos estava morta e bem morta e nada já dela restava?

Mas nós, os comunistas, os trabalhadores, as massas populares, vastos sectores sociais e políticos não capitulámos perante as ofensivas inconstitucionais e brutais de sucessivos governos (do PS sozinho, do PS/CDS, do PSD/CDS, do PS/PSD e outros) cujo objectivo essencial passou a ser a recuperação capitalista, latifundista e imperialista e a restauração dos monopólios fascistas, não demos por vencidas as conquistas de Abril, defendemo-las palmo a palmo e centímetro a centímetro, confiámos na classe operária portuguesa, confiámos no povo, confiámos em Portugal e, por isso, hoje, decorridos 9 anos de ofensivas contra-revolucionárias, podemos afirmar: **as conquistas democráticas do povo português sofreram sérios golpes, estão diminuídas, estão atingidas, estão feridas, mas não estão mortas nem morrerão: continuam de pé e a luta continua para que a vitória lhes pertença.**

Quantas vezes, nos últimos anos, consumada a traição de Soares ao Programa do PS e ao socialismo, repetidas as suas alianças com a direita, consumada a sua passagem para o campo da reacção; associado o PS à política contra-revolucionária, quantas vezes não ouvimos vozes internas e externas proclamar que o Poder estava sólida e definitivamente conquistado pelos inimigos das transformações democráticas, que em face das maiorias parlamentares de apoio aos governos reaccionários, nenhuma possibilidade haveria de continuar com sucesso a luta em defesa e para a continuação do Portugal de Abril?

Mas ***nem as forças contra-revolucionárias internas nem os activos apoios que lhes deu e dá o imperialismo, conseguiram ou conseguem vergar a determinação de luta e a confiança no futuro do nosso povo.***

A luta continuou e continua.

A força dos trabalhadores, a força do povo, a força da democracia de Abril, a força do país real criado pela revolução, mostrou-se inteiramente capaz de fazer frente à política e às ofensivas antipopulares, antidemocráticas e antinacionais.

A «AD» tinha maioria parlamentar e foi derrotada. O Governo PS/PSD tinha e diz ter ainda a «maior maioria», mas caminha também rapidamente para a derrota. Afirmava ter assegurado governar para já quatro anos, para continuar depois. Mas tudo indica que não chegará a metade ou não passará muito de metade.

Como resultado da luta, da determinação, da confiança do povo, aparece claramente no horizonte a possibilidade de uma alternativa democrática.

O Governo PS/PSD há muito devia ter sido demitido

Para melhor compreensão da luta que travamos e das perspectivas que se apresentam num futuro próximo, é útil recordar alguns factos passados.

O primeiro: As últimas eleições legislativas tiveram lugar em 25 de Abril de 1983. Foram eleições antecipadas realizadas em consequência da dissolução da Assembleia da República.

O segundo: A «AD» sofreu estrondosa derrota nessas eleições e os partidos da «AD» (o PSD e o CDS), que anteriormente dispunham de maioria de deputados, ficaram reduzidos a uma minoria.

O terceiro: Como resultado das eleições, passou a haver na Assembleia da República uma maioria de deputados do PS e do PCP e essa maioria numérica ainda hoje lá continua.

O quarto: Mário Soares — recusando o encontro proposto sem condições prévias pelo PCP para examinar a situação decorrente dos resultados eleitorais que expressavam a condenação da política da «AD» e a exigência pelo eleitorado de uma mudança política — promoveu a aliança e a coligação PS/PSD para formar um governo, e o Governo PS/PSD assim formado, em vez de qualquer mudança, continuou e mesmo agravou a política da «AD», que a luta do povo e o voto do povo tinham severamente condenado e derrotado.

A Constituição diz que o governo deve ser formado «tendo em conta o resultado das eleições». Mas, com inteira razão nós dizemos, que o sentido do voto e o resultado político real das eleições (a condenação da política da «AD» e a vontade de uma mudança) não foi respeitado para a formação do Governo Soares/M. Pinto. Ou seja: **o Governo Soares/M. Pinto foi formado à revelia da vontade do eleitorado.**

E isso explica a rapidez com que uma grande parte dos que votaram no PS e no PSD se voltou contra o Governo formado por estes dois partidos.

Dois dias depois das eleições de 25 de Abril de 1983, o CC do nosso Partido, tirando as conclusões dos resultados eleitorais indicou que a formação (já então em perspectiva) de um governo PS/PSD constituía «o perigo mais sério que defronta a democracia», sublinhou a necessidade de formação de um governo capaz de resolver os graves problemas nacionais, e insistiu em que «não se pode assegurar a saída da crise com o prosseguimento da política que a provocou».

Na reunião de 26 e 27 de Setembro de 1983, o CC, fazendo o balanço dos primeiros meses da actuação do Governo PS/PSD (que tomara posse em 9 de Junho) confirmou as previsões feitas de que o novo governo seria «o prosseguimento e o agravamento da política de direita do governo «AD» e preveniu novamente de que a sua política não só não conduziria à saída da crise como estava provocando e provocaria o seu ainda maior agravamento. Proclamando que o Governo Soares/M. Pinto estava condenado ao fracasso e à derrota, o CC indicou o caminho da resistência e da luta contra a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional.

Na sequência desta luta, o X Congresso do nosso Partido, realizado em Dezembro do mesmo ano, definiu como «objectivo político central» da luta em defesa de democracia, o «combate à política do Governo PS/PSD, levá-lo à demissão e criar condições para uma alternativa democrática».

Desde então o nosso Partido tem conduzido uma batalha infatigável pela demissão deste Governo.

Por tudo isso, quando hoje nos perguntam (e muitas vezes perguntam) se, na opinião do nosso Partido, o Governo Soares/M. Pinto já há muito tempo deveria ter sido demitido, que podemos nós responder?

Só podemos responder que **o Governo Soares/M. Pinto, não só há muito deveria ter sido demitido, como nunca devia ter sido formado.**

O atraso da demissão do Governo e os seus custos

A demissão do Governo deixou de ser apenas uma reclamação dos comunistas. Passou a ser uma reclamação do movimento operário, do movimento popular, de vastíssimos sectores democráticos, incluindo boa parte daqueles que votaram no PS e no PSD.

A reclamação da demissão do Governo tornou-se **não só uma reclamação popular mas uma reclamação nacional.**

A reclamação não é porém apenas da demissão do Governo. É da urgência dessa demissão.

A reclamação da urgência é plenamente justificada. Plenamente justificada porque **cada dia que passa com o Governo PS/PSD custa caro e bem caro ao povo e ao País.**

Intervenção de ALVARO CUNHAL

Comício de amizade PCP-Partido Congolês do Trabalho

É motivo de grande alegria termos aqui connosco uma delegação do Partido Congolês do Trabalho — partido com o qual o PCP de há muito tem relações de amizade fraternal, de cooperação e de solidariedade recíproca inspiradas pelos princípios do internacionalismo proletário.

O PCT e a República Popular do Congo

Acabámos de ouvir o camarada Jean Pierre Nonault falar do seu Partido, do seu povo, do seu país. Tudo aquilo que nos disse toca profundamente os nossos sentimentos de revolucionários.

Aqui quero saudar através dos nossos convidados o Partido Congolês do Trabalho e o seu Presidente o camarada Denis Sassou-Nguesso — que à frente do povo congolês estão empenhados na construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista.

Aqui fazemos sinceros votos por novos grandes êxitos e vitórias do PCT e da República Popular do Congo no caminho exaltante da total independência do seu país, da emancipação social e do bem-estar do seu povo.

A República Popular do Congo constitui um elevado e significativo exemplo das **transformações de alcance histórico universal** que, pela luta dos povos, se verificaram em África nas últimas décadas.

Ainda todos nos lembramos — não há muitos anos — de África quase totalmente dominada pelo colonialismo.

A libertação dos povos africanos do jugo colonial constitui um dos mais importantes acontecimentos, não apenas dos nossos dias, mas da História da Humanidade.

«Viva a amizade PCP-PCT» eram as palavras que, em grandes letras, dominavam o pano de fundo da sala repleta

Outro acontecimento em África nas últimas décadas tem significado e alcance universal: **a transformação de movimentos de libertação em partidos revolucionários de vanguarda, em partidos marxistas-leninistas como o Partido Congolês do Trabalho, e a decisão tomada por povos libertados, de escolherem como via de desenvolvimento, não o capitalismo, mas o socialismo.**

O apoio e a solidariedade para com os povos africanos libertados, para com aqueles que constroem novas sociedades, para com aqueles que lutam contra o imperialismo, para com aqueles que lutam ainda pela independência nacional, contra o neocolonialismo e pela total independência política e económica dos seus países pela libertação do *apartheid* — é um dever dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, um dever de todas as forças democráticas e anti-imperialistas.

(...)

A política externa do Governo M. Soares designadamente em relação a África não tem sido determinada pelos interesses portugueses, mas pelo predominante objectivo de, através de concessões ao imperialismo, obter apoios para a sua política contra-revolucionária interna.

(...)

É fundamentalmente **no fracasso da política e na luta do povo que têm de encontrar-se as causas profundas das divisões e conflitos no seio dos partidos do Governo e na coligação.**

(...)

M. Soares e o seu Governo perderam qualquer legitimidade para continuar desgovernando o País.

E porque perderam a legitimidade? Pela gravidade dos problemas que provocam; pela sua acção inconstitucional, ilegal e subversiva; pelos planos que declaram; pela sua podridão interna.

Remodelação?

Como pode o povo aceitá-la?

Como podem as instituições tolerá-la?

Consideramos um verdadeiro escândalo e uma página vergonhosa para a Democracia se o Governo for remodelado e recauchutado e continuar em funções.

(...)

A moção de confiança

Meios próximos do Governo noticiaram que o Governo tinha a intenção de apresentar **uma moção de confiança na Assembleia da República.**

Que pretende M. Soares?

O objectivo de uma tal operação é claro. A maioria PS/PSD aprovaria a moção de confiança. E Soares **afirmaria espectacularmente ter de novo comprovada a confiança do País.**

Mas **uma coisa é o apoio dos domesticados deputados PS/PSD,** agora com os vencimentos aumentados para 93 contos mensais por sua própria decisão, **deputados que já não representam o eleitorado que os elegeu. Outra coisa é o apoio do País.**

Pode até dizer-se que **a confiança dos deputados do PS/PSD no Governo manifestada na aprovação de uma «moção de confiança» seria um atestado de que a falta de confiança do País é visível e notória.**

(...)

Insistimos na urgência da demissão do Governo M. Soares. É o objectivo central, fundamental, prioritário.

(...)

Em Julho do ano passado participei com uma delegação do nosso Partido no **3.º Congresso ordinário do PCT.**

Quero aqui uma vez mais referir que fomos extraordinariamente bem recebidos. Espero que pela sua parte a delegação do PCT se tenha sentido bem no nosso país, se tenha sentido rodeada por verdadeiros irmãos de combate.

Camaradas do PCT: De volta à vossa pátria dizei ao camarada Denis Sassou-Nguesso e ao Comité Central do vosso partido que **o povo português está em luta** com confiança na vitória de Portugal de Abril.

Dizei também que **acompanhamos com profundo interesse o trabalho e as realizações do vosso partido e do vosso povo — com sentimentos de fraternal amizade e solidariedade.**

Abarcando todos os continentes, desenvolvendo-se em condições muito diferenciadas e seguindo processos também mui-

A juventude marcou presença no comício que encheu a sala. e n

le Cuba

Como resultado da luta, da determinação, da confiança do povo, aparece claramente no horizonte a possibilidade de uma alternativa democrática.

O Governo PS/PSD há muito devia ter sido demitido

Para melhor compreensão da luta que travamos e das perspectivas que se apresentam num futuro próximo, é útil recordar alguns factos passados.

O primeiro: As últimas eleições legislativas tiveram lugar em 25 de Abril de 1983. Foram eleições antecipadas realizadas em consequência da dissolução da Assembleia da República.

O segundo: A «AD» sofreu estrondosa derrota nessas eleições e os partidos da «AD» (o PSD e o CDS), que anteriormente dispunham de maioria de deputados, ficaram reduzidos a uma minoria.

O terceiro: Como resultado das eleições, passou a haver na Assembleia da República uma maioria de deputados do PS e do PCP e essa maioria numérica ainda hoje lá continua.

O quarto: Mário Soares — recusando o encontro proposto sem condições prévias pelo PCP para examinar a situação decorrente dos resultados eleitorais que expressavam a condenação da política da «AD» e a exigência pelo eleitorado de uma mudança política — promoveu a aliança e a coligação PS/PSD para formar um governo, e o Governo PS/PSD assim formado, em vez de qualquer mudança, continuou e mesmo agravou a política da «AD», que a luta do povo e o voto do povo tinham severamente condenado e derrotado.

A Constituição diz que o governo deve ser formado «tendo em conta o resultado das eleições». Mas, com inteira razão nós dizemos, que o sentido do voto e o resultado político real das eleições (a condenação da política da «AD» e a vontade de uma mudança) não foi respeitado para a formação do Governo Soares/M. Pinto. Ou seja: **o Governo Soares/M. Pinto foi formado à revelia da vontade do eleitorado.**

E isso explica a rapidez com que uma grande parte dos que votaram no PS e no PSD se voltou contra o Governo formado por estes dois partidos.

Dois dias depois das eleições de 25 de Abril de 1983, o CC do nosso Partido, tirando as conclusões dos resultados eleitorais indicou que a formação (já então em perspectiva) de um governo PS/PSD constituía «o perigo mais sério que defronta a democracia», sublinhou a necessidade de formação de um governo capaz de resolver os graves problemas nacionais, e insistiu em que «não se pode assegurar a saída da crise com o prosseguimento da política que a provocou».

Na reunião de 26 e 27 de Setembro de 1983, o CC, fazendo o balanço dos primeiros meses da actuação do Governo PS/PSD (que tomara posse em 9 de Junho) confirmou as previsões feitas de que o novo governo seria «o prosseguimento e o agravamento da política de direita do governo «AD» e preveniu novamente de que a sua política não só não conduziria à saída da crise como estava provocando e provocaria o seu ainda maior agravamento. Proclamando que o Governo Soares/M. Pinto estava condenado ao fracasso e à derrota, o CC indicou o caminho da resistência e da luta contra a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional.

Na sequência desta luta, o X Congresso do nosso Partido, realizado em Dezembro do mesmo ano, definiu como «objectivo político central» da luta em defesa de democracia, o «combate à política do Governo PS/PSD, levá-lo à demissão e criar condições para uma alternativa democrática».

Desde então o nosso Partido tem conduzido uma batalha infatigável pela demissão deste Governo.

Por tudo isso, quando hoje nos perguntam (e muitas vezes perguntam) se, na opinião do nosso Partido, o Governo Soares/M. Pinto já há muito tempo deveria ter sido demitido, que podemos nós responder?

Só podemos responder que **o Governo Soares/M. Pinto, não só há muito deveria ter sido demitido, como nunca devia ter sido formado.**

O atraso da demissão do Governo e os seus custos

A demissão do Governo deixou de ser apenas uma reclamação dos comunistas. Passou a ser uma reclamação do movimento operário, do movimento popular, de vastíssimos sectores democráticos, incluindo boa parte daqueles que votaram no PS e no PSD.

A reclamação da demissão do Governo tornou-se **não só uma reclamação popular mas uma reclamação nacional.**

A reclamação não é porém apenas da demissão do Governo. É da urgência dessa demissão.

A reclamação da urgência é plenamente justificada. Plenamente justificada porque **cada dia que passa com o Governo PS/PSD custa caro e bem caro ao povo e ao País.**

Já quando do Governo «AD», o atraso da sua demissão permitiu que a reacção assestasse graves golpes nas conquistas de Abril e no regime democrático.

Podiam ter-se evitado os golpes dados na nossa economia e no bem-estar do nosso povo. Podia ter-se evitado a apressada revisão da Constituição inserida num plano de assalto subversivo do Poder. Podia ter-se evitado a prematura liquidação do Conselho da Revolução e a diminuição dos poderes do Presidente da República sem as medidas de organização do Poder político necessárias para impedir tentativas de partidarização e instrumentalização de todo o Poder e para garantir o respeito pela legalidade democrática. Podia ter-se evitado a aprovação de uma Lei de Defesa Nacional que teve como fim dar ao ministro da Defesa de então, chefe do partido de extrema direita, os poderes para subverter a estabilidade das Forças Armadas. Podiam ter-se evitado os profundos danos provocados por esse governo reaccionário em todos os aspectos da vida nacional.

A demissão do governo «AD» e a dissolução da Assembleia da República tiveram lugar finalmente, mas o atraso custou caro e bem caro ao nosso povo e ao nosso País.

O mesmo está agora sucedendo com o Governo PS/PSD. Continuando e agravando a política do governo «AD», este Governo maldito pelo povo, autêntico Governo da contra-revolução, no seu afã de liquidar as conquistas democráticas, de tudo entregar aos capitalistas, de restaurar os monopólios fascistas e o seu poder, provoca estragos e destruições incalculáveis, em alguns casos irreparáveis.

Mais medidas de desintegração e afundamento de empresas e sectores básicos da economia. Mais transferências ilegais para os capitalistas e agrários de capitais, terras, bens, valores, que pertencem ao Estado, aos trabalhadores, aos agricultores. Mais medidas que afundam o sistema monetário e financeiro. Mais medidas que levam os agricultores à ruína e os pequenos e médios comerciantes e industriais à falência. Mais medidas para a contínua degradação da vida do nosso povo, para que alastrem os despedimentos, o desemprego, os salários em atraso e a fome, pára que, com a nova lei das rendas, milhares de portugueses deixem de ter um tecto em que se abriguem e, só em Lisboa se decretem 20 ou 30 mil despejos para que se imponham às mulheres as ferozes discriminações profissionais, salariais, sociais de antes do 25 de Abril, para que mais e mais jovens se juntem às centenas de milhar já hoje sem escola e sem emprego, para que os mais desfavorecidos, os reformados, os pensionistas, os deficientes sejam reduzidos à mais negra miséria. Mais medidas contra as liberdades e direitos dos cidadãos, contra o Poder Local, contra o próprio regime democrático. Mais medidas para a formação de um Estado policial de tipo totalitário. Mais medidas contra a Constituição e contra a legalidade. Mais medidas que agravam a nossa dependência em relação ao imperialismo e comprometem o nosso futuro. E a acompanhar a crise, a recessão e a desestabilização económica e social, o Governo passa milhões de contos dos dinheiros públicos para as mãos dos grandes especuladores, faz leis de protecção das redes mafiosas de contrabando dos seus apaniguados, e assim a corrupção vinda do alto alastra e infecta o País, ao mesmo tempo que a prostituição e a criminalidade medram com a miséria e a degradação da vida social.

Apressando o processo contra-revolucionário, o Governo afunda Portugal na miséria e no deastre: miséria e desastre económico, social, nacional e moral.

Não, **não é a mesma coisa ter sido demitido o Governo há um ano, ter sido demitido há seis meses, ser demitido hoje, ou continuar ainda mais tempo as suas criminosas actividades.**

Esta é uma verdade que os inúmeros comentadores políticos escamoteiam, mas que o homem e mulher comuns conhecem por experiência própria, pelas privações e sacrifícios que cada dia lhes são exigidas.

O povo português não compreende que não intervenham para a demissão do Governo todos aqueles que o podem fazer.

E quando nos perguntam se estas palavras significam uma crítica a alguém, nós respondemos que, **se estivesse nas nossas mãos a decisão necessária, já de há muito o Governo Soares/M. Pinto teria sido demitido.**

Assim ter-se-iam poupado ao povo muitos sacrifícios, à economia portuguesa um tão catastrófico agravamento, ao regime democrático muitos golpes, à independência nacional muitos comprometimentos.

Por isso, **com a classe operária, com o povo português, é em nome dos interesses populares e nacionais que continuamos a luta, não só para a demissão do Governo, mas para que o Governo seja demitido com a máxima urgência.**

A desagregação do PSD razão de sobra para a demissão do Governo

O que se está a passar no PSD é só por si motivo bastante para que seja inadmissível que o PSD continue no Governo e inadmissível, em consequência, que continue no Poder um Governo que se formou como um Governo de coligação PS/PSD.

Quanto ao juízo global sobre o próprio partido, Miguel Veiga informa que «isto não é um partido de bons amigos, nem sequer de bons malandros», Jardim proclama que «isto já não é um partido, é uma vergonha» e Menéres Pimentel sugere uma solução que temos de reconhecer ser a mais sensata: «fechar o partido para balanço e abrir outro ao lado».

Como pode a democracia portuguesa aceitar que entrem no Governo homens que os seus próprios companheiros, os seus correligionários mais próximos tão baixo consideram e tão violentamente desconsideram?

Quando um partido e os seus dirigentes se ajuízam assim a si próprios, que se pode dizer e concluir?

Que **tal partido e tais homens perderam qualquer credibilidade para estarem no Governo.**

Mas que sucede? A que assistimos? Como reage M. Soares ante a vergonhosa borrasca do parceiro? O que se pode dizer é que o pavor da queda o invadiu. Pediu primeiro a M. Pinto que ficasse. Mas, saindo M. Pinto, Soares aceita qualquer outro de qualquer outra «sensibilidade». Estavam os da «sensibilidade» n.º 1. Entrariam agora os da «sensibilidade» n.º 2 e toca a limpeza dos primeiros. Volta não volta, viriam os da «sensibilidade» n.º 3 e correriam com os da n.º 2. E depois, não é de excluir, viriam de novo os da n.º 1 e correriam com os da n.º 3.

Como pode a democracia portuguesa aceitar que o Governo do País, que afirma ter resultado do sufrágio universal, se transforme nesta verdadeira bagunçada?

Será preciso que a democracia portuguesa e a dignidade nacional tenham descido muito baixo para que seja possível que, depois de tudo isto, o PSD continue no Governo, que, depois de tudo isto, continue um Governo da coligação PSD/PS.

Sobre o valor do Governo e da coligação também são eles próprios a julgá-lo. Não há muito Machete considerava o Governo uma «confederação de ministérios» e perorava que, se a coligação fosse incapaz de resolver os problemas do País, «então mais vale desfazê-la».

Rebelo de Sousa falando da «inconsciência de quem ocupa o Poder» dizia que «o Governo entrou em estado comatoso», que «se preocupa apenas com durar», que «se afunda cada dia que passa» e «afundam-se os partidos seus integrantes» e que «os portugueses estão fartos deste Governo».

Júdice dizia que o Governo é um «cadáver adiado», que «tudo piorou», que a coligação é «uma coligação já morta», e «o bloco central está enterrado».

Juntando-se a numerosas outras razões, e a tudo que está para trás, **o que se passa agora no PSD é razão bastante, razão de sobra, razão que não precisaria de outras razões, para que o Governo PS/PSD fosse imediatamente demitido.**

Não se deixar iludir pela demagogia

O Governo de M. Soares, sem M. Pinto, está em plena degradação interna. O seu descrédito é total. A sua base de apoio social e política diminuiu radicalmente. Não só os trabalhadores mas o campesinato e a pequena burguesia urbana voltam-se contra ele. Dos dois partidos que o compõem, o PSD de momento está internamente desfeito e o PS, abandonado e combatido por grande parte dos seus membros, sofre a erosão da política de destruição, fome e miséria e de aliança com a reacção do seu secretário-geral. O Governo conta ainda com uma dócil maioria de deputados. Mas já não conta com o apoio real da massa dos seus membros e dos eleitores que votaram nos partidos que o compõem. O Governo está cada vez mais isolado. A luta popular abarca vastíssimos sectores da população. Por toda a parte se ouvem acusações e condenações ao Governo.

Só da extrema-direita e das clientelas directamente beneficiadas se ouve uma palavra de aprovação.

Com a queda de M. Pinto e a crise no PSD o Governo ficou em equilíbrio instável. Anda ao pé coxinho. Agora melhor que nunca se pode dizer que, com mais um empurrão, o Governo vai ao chão.

A classe operária e as massas populares dão com a sua luta o empurrão que lhes cabe dar. Mas além do empurrão da luta de massas, falta o empurrão das instituições democráticas.

Não há que afrouxar a luta. Porque **a luta do povo acabará por determinar o funcionamento democrático das instituições e a consequente demissão do Governo.**

Seria um novo escândalo para as instituições democráticas uma remodelação do Governo de M. Soares mudando alguns homens para continuar a mesma política.

Uma remodelação do Governo nada resolveria e a efectuar-se complicará ainda mais a situação nacional. Só a demissão pode resolver a crise política existente.

O grande cine-teatro do Montijo regorgitava de gente. Panos com frases em português e espanhol exaltavam a amizade entre os comunistas portugueses e cubanos

Afinal o que é o PPD/PSD? Qual o seu programa? Quem tem a responsabilidade da sua política? Trata-se de um partido ou de uma amálgama de partidos? Mota Pinto volta mais tarde ou fica em casa recordando a sua enganadora grandeza passada como chefe civil dos chefes militares? E Machete? Quem lá o pôs, quando de lá o tira? No próximo Congresso, quem será o futuro presidente do partido de entre os 10 ou 20 candidatos que se digladiam? E, a sério a sério, quem poderá dizer qual é e qual será dentro de meses a política do PSD? Será a da «sensibilidade» n.º 1, da «sensibilidade» n.º 2 ou da «sensibilidade» n.º 3?

Como pode a democracia portuguesa aceitar que um tal partido pretenda estar no Governo na base dos resultados eleitorais de há dois anos, obtidos em torno de uma campanha liderada por M. Pinto, então chefe incensado e agora caído em desgraça?

Esta é, camaradas, a nossa apreciação. Ela é objectiva. Expressa a verdade nua e crua.

E ninguém pode dizer que o nosso juízo é demasiado severo: juízo ainda mais severo acerca do que é o PSD e acerca da falta de credibilidade dos seus dirigentes, fazem os próprios dirigentes do PSD.

São eles que ajuízam de si próprios e que ajuízam do seu próprio partido.

De si próprios que dizem eles?

Reproduzindo fiel e literalmente o que os jornais noticiaram dos recentes debates, Santana Lopes desancou a torto e a direito. A Mota Pinto disse: «Se se quiser ir embora, vá, é um bem para o País e para o partido». E a Eurico de Melo disse ainda pior: «O melhor é ir para casa porque já está gágá. Coitado (acrescentou), anda para aí a oferecer-se na praça pública, sem resultado, para ser ministro».

Claro que Eurico de Melo não se ficou. Afirmou referindo-se ao seu acusador nunca ter visto «tanta baixeza moral» e acusou os adversários de «covardes sem moralidade». Convergindo com ele noutro lugar, outros barões entraram na liça. «Traidores, garotos e Santanas (gritaram) no PSD não há lugares para estes...» (e seguiu-se uma palavra em rima, que por educação aqui não repito mas que foi ouvida por milhares de telespectadores).

Entretanto o Eurico manda calar o Júdice porque podia ser seu neto. E o Júdice manda calar o Eurico porque «se calhar é párvo» (insisto, camaradas, as palavras são deles).

Quanto à solução da crise interna do PSD, Machete reclama a «eliminação das baronias», um membro do Conselho Nacional grita «fora a cambada», Santana barafusta que «o partido tem de ser varrido», Peixoto diz ser «preciso correr com estes gajos» e «acabar com os ratos» e porta-vozes de Salgueiro e Rebelo de Sousa proclamam que «o gang tem de saltar».

É absolutamente certo que o povo não compreenderá que o Presidente da República dê posse a novos ministros para essa operação de recauchutagem.

Além do mais, é um erro pensar que virão ainda momentos mais adequados para que o Governo seja demitido. Já passaram outros momentos em que o comportamento do Governo tem atingido tais marcas que aconselhavam a demissão imediata. Este agora é mais um. Para a democracia portuguesa seria **grave imprevidência** deixá-lo também passar.

O Governo de M. Soares está derrotado pelos resultados da sua política, pela desagregação interna, pela geral oposição popular. Mas, se continua, pode ainda enganar muita gente e **tomar novas medidas antidemocráticas que dificultem uma alternativa democrática.** Há também que esperar **novas provocações para atingir as forças de oposição.** E há que esperar **uma frenética intensificação de medidas demagógicas**, utilizando os dinheiros públicos e os meios de comunicação social instrumentalizados.

A demagogia eleitoralista começou em grande.

Demagogia na política interna com o corropio de inaugurações e promessas de inaugurações, de pequenas concessões e promessas de concessões, de medidas que aparentemente vão ao encontro de reclamações populares.

Demagogia na política externa na busca de êxitos diplomáticos espectaculares e com iniciativas tendentes a mostrar o alargamento das amizades e apoios externos.

É no **quadro da demagogia que temos de considerar a declaração ontem anunciada por M. Soares relativa aos países africanos de língua portuguesa.**

Como considerar a declaração de que o Governo resolveu tomar medidas contra as actividades da UNITA e da RENAMO em Portugal?

Por um lado, é inteiramente justo afirmar que essa declaração é fundamentalmente **o resultado da luta do nosso povo** que há muito exige medidas nesse sentido.

Mas, por outro lado, não há que fiar na acção do Governo. **A orientação do Governo de M. Soares continuará inserida na política do imperialismo norte-americano e manterá como objectivo estratégico o derrubamento dos governos progressistas do MPLA-Partido do Trabalho e do Partido FRELIMO.**

Por isso, ao mesmo tempo que se deve exigir o cumprimento das declarações e promessas demagógicas, há que continuar firmemente a luta para que **sejam de facto impedidas em Portugal actividades anti-angolanas e anti-moçambicanas e para que Portugal estabeleça relações de verdadeira amizade e cooperação com os países africanos de língua portuguesa.**

abalho

Em Julho do ano passado participei com uma delegação do nosso Partido no **3.º Congresso ordinário do PCT.**

Quero aqui uma vez mais referir que fomos extraordinariamente bem recebidos. Espero que pela sua parte a delegação do PCT se tenha sentido bem no nosso país, se tenha sentido rodeada por verdadeiros irmãos de combate.

Camaradas do PCT: De volta à vossa pátria dizei ao camarada Denis Sassou-Nguesso e ao Comité Central do vosso partido que **o povo português está em luta** com confiança na vitória de Portugal de Abril.

Dizei também que **acompanhamos com profundo interesse o trabalho e as realizações do vosso partido e do vosso povo — com sentimentos de fraternal amizade e solidariedade.**

Abarcando todos os continentes, desenvolvendo-se em condições muito diferenciadas e seguindo processos também muito diferentes, a luta dos povos insere-se num mesmo processo mundial de emancipação da Humanidade.

Hoje mais que nunca são necessários a unidade do movimento comunista internacional, a acção comum de todas as forças anti-imperialistas, a unidade e solidariedade recíproca dos países progressistas, do movimento operário dos países capitalistas e do movimento de libertação nacional.

As relações entre o PCP e o PCT são inspiradas em elevados princípios.

Tudo faremos para estreitar mais e mais as relações entre os nossos dois partidos, os nossos dois países.

(...)

(Extractos do discurso de Álvaro Cunhal, pronunciado de improviso, no comício do Barreiro).

A juventude marcou presença no comício que encheu a sala. e no final coube aos Pioneiros saudar os camaradas congoleses

Já quando do Governo «AD», o atraso da sua demissão permitiu que a reacção assestasse graves golpes nas conquistas de Abril e no regime democrático.

Podiam ter-se evitado os golpes dados na nossa economia e no bem-estar do nosso povo. Podia ter-se evitado a apressada revisão da Constituição inserida num plano de assalto subversivo do Poder. Podia ter-se evitado a prematura liquidação do Conselho da Revolução e a diminuição dos poderes do Presidente da República sem as medidas de organização do Poder político necessárias para impedir tentativas de partidarização e instrumentalização de todo o Poder e para garantir o respeito pela legalidade democrática. Podia ter-se evitado a aprovação de uma Lei de Defesa Nacional que teve como fim dar ao ministro da Defesa de então, chefe do partido de extrema direita, os poderes para subverter a estabilidade das Forças Armadas. Podiam ter-se evitado os profundos danos provocados por esse governo reaccionário em todos os aspectos da vida nacional.

A demissão do governo «AD» e a dissolução da Assembleia da República tiveram lugar finalmente, mas o atraso custou caro e bem caro ao nosso povo e ao nosso País.

O mesmo está agora sucedendo com o Governo PS/PSD. Continuando e agravando a política do governo «AD», este Governo maldito pelo povo, autêntico Governo da contra-revolução, no seu afã de liquidar as conquistas democráticas, de tudo entregar aos capitalistas, de restaurar os monopólios fascistas e o seu poder, provoca estragos e destruições incalculáveis, em alguns casos irreparáveis.

Mais medidas de desintegração e afundamento de empresas e sectores básicos da economia. Mais transferências ilegais para os capitalistas e agrários de capitais, terras, bens, valores, que pertencem ao Estado, aos trabalhadores, aos agricultores. Mais medidas que afundam o sistema monetário e financeiro. Mais medidas que levam os agricultores à ruína e os pequenos e médios comerciantes e industriais à falência. Mais medidas para a contínua degradação da vida do nosso povo, para que alastrem os despedimentos, o desemprego, os salários em atraso e a fome, pára que, com a nova lei das rendas, milhares de portugueses deixem de ter um tecto em que se abriguem e, só em Lisboa se decretem 20 ou 30 mil despejos para que se imponham às mulheres as ferozes discriminações profissionais, salariais, sociais de antes do 25 de Abril, para que mais e mais jovens se juntem às centenas de milhar já hoje sem escola e sem emprego, para que os mais desfavorecidos, os reformados, os pensionistas, os deficientes sejam reduzidos à mais negra miséria. Mais medidas contra as liberdades e direitos dos cidadãos, contra o Poder Local, contra o próprio regime democrático. Mais medidas para a formação de um Estado policial de tipo totalitário. Mais medidas contra a Constituição e contra a legalidade. Mais medidas que agravam a nossa dependência em relação ao imperialismo e comprometem o nosso futuro. E a acompanhar a crise, a recessão e a desestabilização económica e social, o Governo passa milhões de contos dos dinheiros públicos para as mãos dos grandes especuladores, faz leis de protecção das redes mafiosas de contrabando dos seus apaniguados, e assim a corrupção vinda do alto alastra e infecta o País, ao mesmo tempo que a prostituição e a criminalidade medram com a miséria e a degradação da vida social.

Apressando o processo contra-revolucionário, o Governo afunda Portugal na miséria e no deastre: miséria e desastre económico, social, nacional e moral.

Não, **não é a mesma coisa ter sido demitido o Governo há um ano, ter sido demitido há seis meses, ser demitido hoje, ou continuar ainda mais tempo as suas criminosas actividades.**

Esta é uma verdade que os inúmeros comentadores políticos escamoteiam, mas que o homem e mulher comuns conhecem por experiência própria, pelas privações e sacrifícios que cada dia lhes são exigidas.

O povo português não compreende que não intervenham para a demissão do Governo todos aqueles que o podem fazer.

E quando nos perguntam se estas palavras significam uma crítica a alguém, nós respondemos que, **se estivesse nas nossas mãos a decisão necessária, já de há muito o Governo Soares/M. Pinto teria sido demitido.**

Assim ter-se-íam poupado ao povo muitos sacrifícios, à economia portuguesa um tão catastrófico agravamento, ao regime democrático muitos golpes, à independência nacional muitos comprometimentos.

Por isso, **com a classe operária, com o povo português, é em nome dos interesses populares e nacionais que continuamos a luta, não só para a demissão do Governo, mas para que o Governo seja demitido com a máxima urgência.**

A desagregação do PSD razão de sobra para a demissão do Governo

O que se está a passar no PSD é só por si motivo bastante para que seja inadmissível que o PSD continue no Governo e inadmissível, em consequência, que continue no Poder um Governo que se formou como um Governo de coligação PS/PSD.

Quanto ao juízo global sobre o próprio partido, Miguel Veiga informa que «isto não é um partido de bons amigos, nem sequer de bons malandros», Jardim proclama que «isto já não é um partido, é uma vergonha» e Menéres Pimentel sugere uma solução que temos de reconhecer ser a mais sensata: «fechar o partido para balanço e abrir outro ao lado».

Como pode a democracia portuguesa aceitar que entrem no Governo homens que os seus próprios companheiros, os seus correligionários mais próximos tão baixo consideram e tão violentamente desconsideram?

Quando um partido e os seus dirigentes se ajuízam assim a si próprios, que se pode dizer e concluir?

Que **tal partido e tais homens perderam qualquer credibilidade para estarem no Governo.**

Mas que sucede? A que assistimos? Como reage M. Soares ante a vergonhosa borrasca do parceiro? O que se pode dizer é que o pavor da queda o invadiu. Pediu primeiro a M. Pinto que ficasse. Mas, saindo M. Pinto, Soares aceita qualquer outro de qualquer outra «sensibilidade». Estavam os da «sensibilidade» n.º 1. Entrariam agora os da «sensibilidade» n.º 2 e toca a limpeza dos primeiros. Volta não volta, viriam os da «sensibilidade» n.º 3 e correriam com os da n.º 2. E depois, não é de excluir, viriam de novo os da n.º 1 e correriam com os da n.º 3.

Como pode a democracia portuguesa aceitar que o Governo do País, que afirma ter resultado do sufrágio universal, se transforme nesta verdadeira bagunçada?

Será preciso que a democracia portuguesa e a dignidade nacional tenham descido muito baixo para que seja possível que, depois de tudo isto, o PSD continue no Governo, que, depois de tudo isto, continue um Governo da coligação PSD/PS.

Sobre o valor do Governo e da coligação também são eles próprios a julgá-lo. Não há muito Machete considerava o Governo uma «confederação de ministérios» e perorava que, se a coligação fosse incapaz de resolver os problemas do País, «então mais vale desfazê-la».

Rebelo de Sousa falando da «inconsciência de quem ocupa o Poder» dizia que «o Governo entrou em estado comatoso», que «se preocupa apenas com durar», que «se afunda cada dia que passa» e «afundam-se os partidos seus integrantes» e que «os portugueses estão fartos deste Governo».

Júdice dizia que o Governo é um «cadáver adiado», que «tudo piorou», que a coligação é «uma coligação já morta», e «o bloco central está enterrado».

Juntando-se a numerosas outras razões, e a tudo que está para trás, **o que se passa agora no PSD é razão bastante, razão de sobra, razão que não precisaria de outras razões, para que o Governo PS/PSD fosse imediatamente demitido.**

Não se deixar iludir pela demagogia

O Governo de M. Soares, sem M. Pinto, está em plena degradação interna. O seu descrédito é total. A sua base de apoio social e política diminuiu radicalmente. Não só os trabalhadores mas o campesinato e a pequena burguesia urbana voltam-se contra ele. Dos dois partidos que o compõem, o PSD de momento está internamente desfeito e o PS, abandonado e combatido por grande parte dos seus membros, sofre a erosão da política de destruição, fome e miséria e de aliança com a reacção do seu secretário-geral. O Governo conta ainda com uma dócil maioria de deputados. Mas já não conta com o apoio real da massa dos seus membros e dos eleitores que votaram nos partidos que o compõem. O Governo está cada vez mais isolado. A luta popular abarca vastíssimos sectores da população. Por toda a parte se ouvem acusações e condenações ao Governo.

Só da extrema-direita e das clientelas directamente beneficiadas se ouve uma palavra de aprovação.

Com a queda de M. Pinto e a crise no PSD o Governo ficou em equilíbrio instável. Anda ao pé coxinho. Agora melhor que nunca se pode dizer que, com mais um empurrão, o Governo vai ao chão.

A classe operária e as massas populares dão com a sua luta o empurrão que lhes cabe dar. Mas além do empurrão da luta de massas, falta o empurrão das instituições democráticas.

Não há que afrouxar a luta. Porque **a luta do povo acabará por determinar o funcionamento democrático das instituições e a consequente demissão do Governo.**

Seria um novo escândalo para as instituições democráticas uma remodelação do Governo de M. Soares mudando alguns homens para continuar a mesma política.

Uma remodelação do Governo nada resolveria e a efectuar-se complicará ainda mais a situação nacional. Só a demissão pode resolver a crise política existente.

O grande cine-teatro do Montijo regorgitava de gente. Panos com frases em português e espanhol exaltavam a amizade entre os comunistas portugueses e cubanos

Afinal o que é o PPD/PSD? Qual o seu programa? Quem tem a responsabilidade da sua política? Trata-se de um partido ou de uma amálgama de partidos? Mota Pinto volta mais tarde ou fica em casa recordando a sua enganadora grandeza passada como chefe civil dos chefes militares? E Machete? Quem lá o pôs, quando de lá o tira? No próximo Congresso, quem será o futuro presidente do partido de entre os 10 ou 20 candidatos que se digladiam? E, a sério a sério, quem poderá dizer qual é e qual será dentro de meses a política do PSD? Será a da «sensibilidade» n.º 1, da «sensibilidade» n.º 2 ou da «sensibilidade» n.º 3?

Como pode a democracia portuguesa aceitar que um tal partido pretenda estar no Governo na base dos resultados eleitorais de há dois anos, obtidos em torno de uma campanha liderada por M. Pinto, então chefe incensado e agora caído em desgraça?

Esta é, camaradas, a nossa apreciação. Ela é objectiva. Expressa a verdade nua e crua.

E ninguém pode dizer que o nosso juízo é demasiado severo: juízo ainda mais severo acerca do que é o PSD e acerca da falta de credibilidade dos seus dirigentes, fazem os próprios dirigentes do PSD.

São eles que ajuízam de si próprios e que ajuízam do seu próprio partido.

De si próprios que dizem eles?

Reproduzindo fiel e literalmente o que os jornais noticiaram dos recentes debates, Santana Lopes desancou a torto e a direito. A Mota Pinto disse: «Se se quiser ir embora, vá, é um bem para o País e para o partido». E a Eurico de Melo disse ainda pior: «O melhor é ir para casa porque já está gágá. Coitado (acrescentou), anda para aí a oferecer-se na praça pública, sem resultado, para ser ministro».

Claro que Eurico de Melo não se ficou. Afirmou referindo-se ao seu acusador nunca ter visto «tanta baixeza moral» e acusou os adversários de «covardes sem moralidade». Convergindo com ele noutro lugar, outros barões entraram na liça. «Traidores, garotos e Santanas (gritaram) no PSD não há lugares para estes...» (e seguiu-se uma palavra em rima, que por educação aqui não repito mas que foi ouvida por milhares de telespectadores).

Entretanto o Eurico manda calar o Júdice porque podia ser seu neto. E o Júdice manda calar o Eurico porque «se calhar é parvo» (insisto, camaradas, as palavras são deles).

Quanto à solução da crise interna do PSD, Machete reclama a «eliminação das baronias», um membro do Conselho Nacional grita «fora a cambada», Santana barafusta que «o partido tem de ser varrido», Peixoto diz ser «preciso correr com estes gajos» e «acabar com os ratos» e porta-vozes de Salgueiro e Rebelo de Sousa proclamam que «o gang tem de saltar».

É absolutamente certo que o povo não compreenderá que o Presidente da República dê posse a novos ministros para essa operação de recauchutagem.

Além do mais, é um erro pensar que virão ainda momentos mais adequados para que o Governo seja demitido. Já passaram outros momentos em que o comportamento do Governo tem atingido tais marcas que aconselhavam a demissão imediata. Este agora é mais um. Para a democracia portuguesa seria **grave imprevidência** deixá-lo também passar.

O Governo de M. Soares está derrotado pelos resultados da sua política, pela desagregação interna, pela geral oposição popular. Mas, se continua, pode ainda enganar muita gente e **tomar novas medidas antidemocráticas que dificultem uma alternativa democrática.** Há também que esperar **novas provocações para atingir as forças de oposição.** E há que esperar **uma frenética intensificação de medidas demagógicas**, utilizando os dinheiros públicos e os meios de comunicação social instrumentalizados.

A demagogia eleitoralista começou em grande.

Demagogia na política interna com o corropio de inaugurações e promessas de inaugurações, de pequenas concessões e promessas de concessões, de medidas que aparentemente vão ao encontro de reclamações populares.

Demagogia na política externa na busca de êxitos diplomáticos espectaculares e com iniciativas tendentes a mostrar o alargamento das amizades e apoios externos.

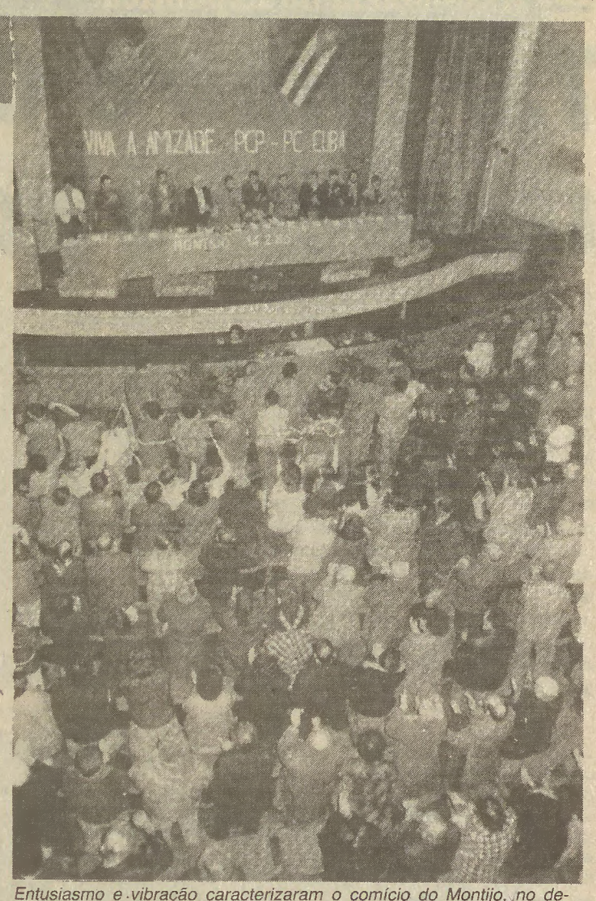
É no **quadro da demagogia que temos de considerar a declaração ontem anunciada por M. Soares relativa aos países africanos de língua portuguesa.**

Como considerar a declaração de que o Governo resolveu tomar medidas contra as actividades da UNITA e da RENAMO em Portugal?

Por um lado, é inteiramente justo afirmar que essa declaração é fundamentalmente **o resultado da luta do nosso povo** que há muito exige medidas nesse sentido.

Mas, por outro lado, não há que fiar na acção do Governo. **A orientação do Governo de M. Soares continuará inserida na política do imperialismo norte-americano e manterá como objectivo estratégico o derrubamento dos governos progressistas do MPLA-Partido do Trabalho e do Partido FRELIMO.**

Por isso, ao mesmo tempo que se deve exigir o cumprimento das declarações e promessas demagógicas, há que continuar firmemente a luta para que **sejam de facto impedidas em Portugal actividades anti-angolanas e anti-moçambicanas e para que Portugal estabeleça relações de verdadeira amizade e cooperação com os países africanos de língua portuguesa.**



Entusiasmo e vibração caracterizaram o comício do Montijo, no decorrer do qual aos camaradas cubanos foram oferecidas diversas prendas pelos comunistas e trabalhadores do concelho

O essencial é porém lutar para que não se necessite de verificar nos factos toda a mentira da demagogia soarista. O essencial (insistimos sempre) é continuar a luta pela demissão do Governo o mais rapidamente possível.

Perspectivas políticas próximas e o papel do PCP

Tempos atrás, quando se abordava a possibilidade de mudança do Governo e da política, logo falavam da importância que para isso teriam os resultados das eleições autárquicas e das eleições presidenciais, que se devem realizar, umas e outras, no fim do ano.

Pela nossa parte, **sempre contrariámos e contrariamos a ideia de fazer depender a mudança do governo das eleições presidenciais e muito menos das eleições autárquicas.**

Considerando a gravidade da situação nacional, essas eleições vêm ainda longe, devem ter lugar em Dezembro, e os trabalhadores, o povo português, a democracia, o País, não podem suportar que o Governo PS/PSD continue até então.

Isto não quer dizer que não encaremos a extraordinária importância que terão essas eleições.

Por isso, **no que respeita às eleições autárquicas, desde já trabalhamos esforçadamente na sua preparação, com o objectivo de reforçarmos substancialmente as posições da APU e do PCP nas Câmaras e Assembleias Municipais, nas Assembleias e Juntas de Freguesia.**

Este é um dos grandes objectivos políticos do nosso Partido no ano corrente e estamos profundamente convencidos de que será alcançado.

Por isso, no que **respeita às eleições presidenciais**, desde já definimos como objectivos fundamentais, **derrotar o ou os candidatos da reacção (incluindo Mário Soares, se apresentar a sua candidatura) e levar a Belém um candidato que dê garantias de respeitar e fazer respeitar a Constituição, a legalidade, as instituições democráticas.**

É porém cedo para se tomarem desde já decisões quanto a um candidato e por isso consideramos precipitado e prejudicial o lançamento de quaisquer campanhas no momento presente.

Por duas razões.

A primeira é a necessidade de um candidato, não apenas para fazer uma boa campanha política e obter número elevado de votos, mas um candidato **para derrotar o ou os candidatos da direita.**

E isso exige que, os democratas e patriotas estejam certos de que esse candidato conta com o apoio de todos aqueles que, com os seus votos, têm de assegurar a sua vitória.

A segunda razão é que os trabalhadores, as massas populares, vastos sectores democráticos estão lutando para que se consume a derrota da coligação PS/PSD e se efectue **uma mudança política urgentemente e, a efectuar-se essa mudança, a questão das eleições presidenciais** (incluindo os candidatos e a arrumação de forças) **apresentar-se-á em termos muitíssimo diferentes daqueles em que se apresenta no momento actual.**

O essencial no momento presente é, no uso das liberdades e direitos que a Constituição nos confere, desenvolver a luta de massas e todas as formas de acção social e política em todas as frentes, convergindo no objectivo central e prioritário que é a demissão de Mário Soares e do seu Governo.

E temos de continuar e intensificar essa luta não apenas para ficarmos tranquilos com a nossa consciência, mas **com confiança em que Soares e o seu Governo serão finalmente demitidos.**

E este não é o único grande acontecimento a inscrever no calendário provável da vida nacional no ano de 1985.

Perante a extrema gravidade da crise, perante **o facto evidente de que a maioria dos deputados PS/PSD na Assembleia da República já não representa os eleitores que os elegeram nem conta com o seu apoio, será inteiramente constitucional, institucionalmente justa, politicamente necessária a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas. Temos também de estar preparados para tal eventualidade.**

Nós, comunistas, não somos os únicos a lutar contra a política actual.

Nós, comunistas, saudamos todos os trabalhadores, todos os portugueses e portuguesas, seja qual for o partido em que votaram que hoje participam na luta por uma alternativa democrática.

Nós, comunistas, consideramos que um novo partido, ou novos partidos democráticos que se formem e consigam largo apoio dos sectores que abandonaram o PS e o PSD, podem ter um papel positivo numa solução institucional para a gravíssima crise económica, financeira, social, cultural e política que vivemos.

Mas uma coisa é absolutamente certa.

Nenhum outro partido existente ou a criar pode substituir o papel essencial e determinante do Partido Comunista Português na vida nacional.

Nenhum outro partido dá ou pode dar aos trabalhadores e ao povo português a absoluta garantia de lutar abnegada e consequentemente na defesa dos seus interesses vitais, das conquistas da revolução, do regime democrático consagrado na Constituição da República.

E por isso **o reforço constante do PCP, o sólido apoio da classe operária e das massas populares ao PCP, o aumento dos votos no PCP nas eleições que se avizinham, são condições essenciais para que a contra-revolução seja derrotada e para que triunfe e viva Portugal de Abril.**

O Governo e toda a reacção têm plena consciência de que o PCP é, no plano partidário, o mais forte obstáculo à realização dos planos da contra-revolução. Têm plena consciência de que o PCP é hoje o grande baluarte das liberdades, dos direitos dos trabalhadores e de todas as camadas laboriosas do povo, do futuro livre, democrático e independente da nossa Pátria.

Por isso multiplicam as campanhas e os ataques contra o nosso Partido. Por isso ontem no Porto desencadearam mais uma provocação forçando com a polícia o despejo do Centro de Trabalho da Rua Aníbal Cunha, prepotência contra a qual energicamente protestamos.

Mas **nada impediu e nada impedirá, que o nosso Partido continue a reforçar-se, que tenha obtido inteiro sucesso na campanha de mais 10 000 novos membros (que, não será nem a última nem a maior), que cada vez mais portugueses e portuguesas, de todas as idades e de todos os sectores sociais, venham ao Partido, apoiem o Partido, sejam ganhos para os nossos objectivos e participem ao nosso lado nas lutas decisivas que travamos.**

Para terminar camaradas, permiti que peça ao camarada Montané e à delegação do Partido Comunista de Cuba que, de volta à sua pátria, transmitam as mais calorosas e fraternais saudações e a expressão da mais profunda solidariedade dos comunistas e dos trabalhadores portugueses, ao camarada Fidel Castro, ao Comité Central do PC de Cuba e ao povo cubano, desejando novos êxitos e vitórias a Cuba revolucionária, a Cuba heróica, independente, soberana e socialista.

Viva o internacionalismo proletário!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba, entre os povos de Cuba e de Portugal!

Viva Portugal de Abril!

Viva o Partido Comunista Português!

to diferentes, a luta dos povos insere-se num mesmo processo mundial de emancipação da Humanidade.

Hoje mais que nunca são necessários a unidade do movimento comunista internacional, a acção comum de todas as forças anti-imperialistas, a unidade e solidariedade recíproca dos países progressistas, do movimento operário dos países capitalistas e do movimento de libertação nacional.

As relações entre o PCP e o PCT são inspiradas em elevados princípios.

Tudo faremos para estreitar mais e mais as relações entre os nossos dois partidos, os nossos dois países.

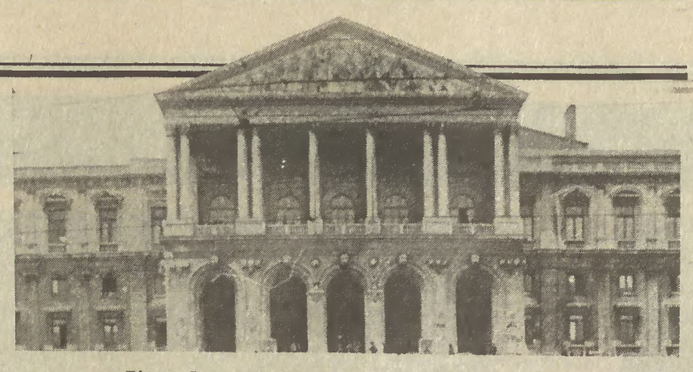
(...)

(Extractos do discurso de Álvaro Cunhal, pronunciado de improviso, no comício do Barreiro).

al coube aos Pioneiros saudar os camaradas congoleses

Assembleia da República

Tal como o Orçamento de desgraça também o governo é provisório



A maratona acabou a tempo de governantes e seus deputados poderem dar um pezinho de dança carnavalesca sobre a aprovação do desastroso Orçamento de Estado, avançando assim a quaresma para o povo português, com o seu cortejo de jejuns e penitências. O Orçamento votado pelos partidos da maioria, PS e PSD, com o acordo do seu desmantelado apêndice, ASDI, entrará em funcionamento com muitos meses de atraso. Não foi a maratona final que o veio apressar de alguma forma, ao cabo de semanas de discussão. O debate, primeiro na generalidade e mais tarde na especialidade (**ver Suplemento**), não conseguiu alterar como se desejaria a proposta governamental que os partidos da maioria — divididos embora, mas reunidos à volta do tacho — defenderam com unhas e dentes. Desde o início se poderia prever que, face a um Orçamento «sem remédio», os comunistas votariam contra, no que foram seguidos por outros. Contrários aos documentos governamentais também se pronunciaram o CDS, o MDP e a UEDS.

Este Orçamento agora aprovado é tanto mais escandaloso que, para além de na especialidade haverem sido recusadas as alterações positivas «para dar resposta aos interesses das camadas mais largas do nosso povo e para fazer frente às mais agudas carências regionais e nacionais nos domínios da educação, da saúde, da habitação, da segurança social, do saneamento básico e dos transportes» — como sublinhou Carlos Brito —, foi reconhecida a necessidade de ser ainda este ano apresentado um orçamento suplementar. É que o aumento do défice previsto — que é de 335 milhões de contos — poderá ser acrescido de 40 milhões de contos!

Acerca da situação financeira, o deputado do PCP, Carlos Carvalhas, interveio na Assembleia, prevendo que, «em face dos défices, o Governo vai engrossar a dívida pública, interna e externa».

«A dívida pública directa atinge já qualquer coisa como os 1800 milhões de contos», revelou o deputado comunista. E continuou:

«Se lhe adicionarmos a dívida acumulada actual dos diversos Fundos Autónomos a dívida deverá ser acrescida em mais de 33 por cento.

«Mas a verdade é que esta Assembleia da República ainda hoje não conhece com clareza e transparência as contas dos Fundos Autónomos e muito menos a dívida total real da Administração Central.

«Segundo estimativas, nos fins de 1985 esta dívida deverá ser superior a 3000 milhões de contos, ou seja cerca de 4 vezes mais do que o valor em escudos das nossas exportações de mercadorias em 1984.

«A gravidade da situação», sublinhou Carlos Carvalhas, «obriga a que se ponha em cima da mesa, com rigor, as contas do Estado, que se clarifique o que está obscuro, que se avalie com precisão a quanto montam realmente as dívidas da Administração Central, pois a definição e concretização de medidas de fundo conducentes à recuperação da economia e à promoção do desenvolvimento são inadiáveis.»

Arruinar o país

Para o Governo e a maioria PS/PSD, porém, inadiável não é o desenvolvimento. Como afirmou Carlos Brito, concluídas as votações fundamentais do OE para 1985, em lugar de promover o desenvolvimento e de responder aos interesses do povo, **o Governo e a sua maioria parlamentar não hesitaram em reforçar ainda mais as benesses aos ricos e poderosos, em inscrever as verbas destinadas ao escandaloso aumento dos vencimentos dos deputados, em organizar um novo ataque aos trabalhadores da Função Pública, em preparar uma nova ofensiva contra as empresas públicas, em proteger os sacos azuis com objectivos eleitorais e em reafirmar as desastrosas orientações económicas e financeiras que arruinam o país e agravam a sua dependência em relação ao estrangeiro.**

E o presidente do grupo parlamentar comunista sublinhou que, **por isso, este Orçamento de Estado não é o Orçamento do nosso povo e do nosso país.**

Com propriedade se poderá dizer que este é o Orçamento do estado desgraçado, a que isto chegou pelas mãos do PS e do PSD.

É o Orçamento dos interesses do grande capital e da restauração monopolista que o Governo serve e a que está subordinado.

Éo Orçamento da candidatura presidencial de Mário Soares a que a coligação ficou, depois das últimas peripécias, ainda mais afeiçoada.

As votações que tiveram lugar no plenário da Assembleia da República ao longo dos últimos três dias completam o retrato do Orçamento, como instrumento de injustiça social e de protecção a interesses ilegítimos.

Carlos Brito deu alguns exemplos:

Os Deputados do PS e do PSD recusaram a introdução de qualquer correcção nas tabelas do imposto profissional e do imposto complementar para atenuar a injustiça fiscal, negaram qualquer suspensão ou isenção em relação ao IVA, incluindo as que respeitam aos livros e aos medicamentos, que já se tornaram uma reclamação nacional.

Em contrapartida juntaram às grandes benesses ao grande capital, já constantes da proposta do Governo, nova isenção de imposto de mais-valia pelos ganhos resultantes do aumento de capital mediante a entrada de numerário e um regabofe de benefícios exclusivamente para as empresas cotadas na bolsa.

Não sublinhamos aqui a isenção de sisa para aquisição de prédios ou parte de prédios até ao valor de 15 000 contos, uma vez que a bancada do PS alega que o seu voto foi um engano. Mas já é significativo que os dois partidos da coligação se enganem sempre para o mesmo lado.

Fica como um dos casos escandalosos deste Orçamento e desta votação na especialidade, o alargamento da isenção dos subsídios *pagos com senhas*. Ninguém tem dúvida que esta prenda tem um rótulo e um destinatário muito concreto de que aliás se sentiu a presença na apresentação e discussão da proposta.

Junte-se a esta, as largas isenções fiscais previstas no artigo 42.º da Proposta de Lei do Orçamento e que o Governo não contestou que se destinavam exclusivamente à SPI do dr. Santos Silva.

A ferida mal curada

Depois de recordar que o debate orçamental ocorreu em clima de crise no seio do Governo que o propôs e de sublinhar que o desenrolar da mesma confirmou a fragilidade do executivo agora remodelado que não assegura mas continua a impedir o funcionamento normal e regular das instituições, o dirigente do PCP continuou:

Dir-me-ão que tudo passou e que a coligação está mais forte do que nunca. É falso, todos o sabem. O estado da coligação é o de uma ferida mal curada. É tudo provisório. Salvo uma coisa — o caminho do abismo para que a política do Governo e da coligação empurram o país.

Significativamente, subiram ao poder no PSD, aqueles que se apresentaram como os maiores críticos do Orçamento, dentro da coligação, chegando um deles a suspender o mandato de deputado por incompatibilidade moral com as soluções orçamentadas.

Mas agora que mandam, o que fazem?

Onde está a coerência invocada e a incompatibilidade moral arguida?

As cabeças substituem-se, mas a política de ruína continua. Está mais do que feita a prova de que a coligação PS/PSD é incapaz de dar solução a qualquer dos problemas nacionais, antes os agrava a todos. Está feita também a prova que dentro da coligação não há alternativa. Vai de mal a pior. É o país que paga. É a recuperação que será cada vez mais difícil se se permite que o desastre prossiga.

Como as mudanças de cenário na coligação são precárias e provisórias, este Orçamento também é um cenário precário e provisório. As receitas estão sobreavaliadas. As despesas e o défice estão subavaliados.

O Governo introduziu na proposta uma norma (artigo 17.º — que a sua maioria parlamentar obedientemente votou), que lhe permite alterar com grande arbitrariedade tudo o que aqui foi aprovado. É uma clamorosa violação da Constituição e da Lei do Orçamento. Mas nem isto lhe basta. Não é nenhuma ousadia prever a necessidade de mais mês menos mês de um orçamento suplementar tal é a evidência das controvérsias dentro da coligação e dos erros e contradições do Orçamento.

Este Orçamento representa a ameaça de mais inflação, mais desemprego, mais recessão, mais salários em atraso, mais dificuldades no ensino, na saúde, na habitação, na segurança social e em todas as áreas onde se decide o bem-estar dos portugueses.

Só a luta pode modificar estas sombrias perspectivas. Antes de tudo a luta que corte o mal pela raiz isto é, a luta visando a demissão e a substituição do Governo.

PCP

Porto – a «ocupação» do CT Aníbal Cunha

Uma clara provocação contra o PCP!

Ilegalidade, prepotência, **provocação**.

Foi o que aconteceu na tarde do passado dia 13, na cidade do Porto, com a ocupação por forças da PSP do Centro de Trabalho do Partido em Aníbal Cunha.

Através de um comunicado divulgado no próprio dia da ocupação e ainda de uma conferência de Imprensa realizada no dia seguinte, a Direcção Regional do Porto do PCP (DORP) denunciou vigorosamente esta acção *antidemocrática em que aparecem envolvidos o Governo PS/PSD e o Governador Civil do Porto, Cal Brandão, do PS.*

Na conferência de Imprensa, a DORP concentrou a denúncia da ocupação do Centro de Trabalho do PCP e o seu significado político num documento tornado público onde, com clareza e objectividade, se referem os factos ocorridos no dia 13, os antecedentes desta situação, o comportamento do Governo e do Governador Civil do Porto, a posição da DORP do PCP face a um Acórdão do Supermo Tribunal Administrativo e, finalmente, algumas ilações políticas que se podem e devem retirar deste episódio vergonhoso.

Dia 13, 16 horas: o que sucedeu?

Comecemos então pelos factos.

Às 16 horas de quarta-feira, 13 de Fevereiro, três funcionários que recusaram identificar-se e que disseram pertencer ao Ministério da Educação e agirem por ordem do ministro demissionário Seabra (grupo que era capitaneado —, segundo o PCP conseguiu apurar, por um tal prof. José Henriques), apresentaram-se no Centro de Trabalho do PCP em Aníbal Cunha com o propósito de "tomar conta" do edifício.

«Recusaram exibir qualquer mandato judicial ou ordem escrita.

«Acrescentaram como único "argumento" para concretizarem o seu desígnio a força da PSP de que se faziam acompanhar — comandada pelo Comissário Marques e composta por cerca de meia centena de agentes — e que invadiu e ocupou as instalações do Centro de Trabalho do PCP.

«O Comissário Marques recusou igualmente identificar os funcionários do Ministério da Educação; recusou exibir qualquer ordem ou mandato escrito para a ocupação das instalações, invocando apenas ordem verbal do Comandante da PSP e sucessivas instruções verbais que ia recebendo via rádio de um "Comando Superior da operação", o tenente-coronel Ramos de Campos (figura bem conhecida pelo facto de, ainda major, ter sido acusado de ter assumido "um papel relevante no comando das operações" da madrugada sangrenta do 1.º de Maio de 82).

«Os membros do PCP presentes no Centro de Trabalho, insistindo que nenhuma intimação prévia de evacuação do edifício havia sido feita ou outro qualquer aviso; que nenhum mandato ou ordem escrita era exibido; que os pretensos agentes do Ministério da Educação se escondiam no anonimato; — **consideraram ilegal, prepotente e completamente arbitrária a forma da ordem e da actuação dos acólitos do ministro demissionário Seabra e da força policial ali presente**, e declararam não acatar o seu propósito.

«Só perante a declaração expressa do Comissário Marques de que usaria a violência — e para a evitar — é que os militantes do PCP se viram obrigados a deixar as instalações do Centro de Trabalho, trazendo a documentação interna do Partido mas deixando nas instalações todo o seu equipamento e bens».

Serenidade entre os membros do PCP

E acrescenta a DORP:

«Muitos outros factos poderiam ser acrescentados para a compreensão da natureza e objectivos provocatórios da ocupação policial do Centro de Trabalho de Aníbal Cunha.

«Referem-se apenas a exigência feita pelo Comissário Marques (emanada do chefe de operações tenente-coronel Ramos de Campos?) de que no interior do edifício apenas permanecessem seis militantes para "retirarem imediatamente" todos os bens do PCP. A "proibição" por ordem dos anónimos acólitos do ministro Seabra e do Comando da PSP de utilização dos telefones do Centro de Trabalho — alugados e pagos pelo PCP! — eram comunicações com o exterior, numa prepotência de claro recorte fascista. E o próprio facto do Ministro demissionário Seabra e dos seus acólitos, que nenhuma diligência prévia, informação ou intimação haviam feito junto do PCP para que deixasse as instalações do Centro de Trabalho, terem providenciado que a acompanhar a PSP não faltasse uma numerosa e apetrechada equipa de carpinteiros para barrar portas e modificar fechaduras.

«Em toda esta situação os militantes do PCP, com a precisa e rigorosa compreensão de que se estava perante uma provocação e de que havia que evitar cair nela, deram provas de alta serenidade — que nem sequer foi perdida quando o Comissário que chefiava a força policial deu prepotentemente ordem de expulsão do Centro de Trabalho de um dos militantes, dirigente do PCP, que havia "autorizado" a permanecer no interior.

«Não se conseguiu no imediato impedir a consumação de uma ilegalidade e de uma prepotência.

«Mas a provocação fascista de 13 de Fevereiro não resultou.»

Os antecedentes

A DORP do PCP explica em seguida os problemas levantados pelo Ministério da Educação a partir de 1979 e o conjunto dos «antecedentes» da grave situação ocorrida no passado dia 13.

A palavra para a DORP:

«Em Maio de 1974, o PCP entrou na posse do edifício de Aníbal Cunha para instalação da sua primeira sede no Norte do país, posse que as autoridades competentes sempre reconheceram e cujo exercício nunca puseram em causa, de tal forma que, nessa base em terrenos anexos, foi então autorizada a construção de um pavilhão actualmente avaliado em mais de 6 mil contos, além da realização de importantes obras no seu interior.

A partir de 1979, o PCP recebeu um ofício do MEIC, que reivindicava as referidas instalações, propondo contactos com o PCP, «afim de se encontrar uma plataforma de entendimento». Aceites, inicialmente, como base de negociação as propostas então apresentadas pelo PCP no sentido da aquisição ou aluguer do edifício ou dos terrenos, aquele departamento suspendeu unilateralmente as negocições em curso, reivindicando, a partir de então, a saída do PCP de Aníbal Cunha.

O PCP contestando aquela decisão do MEIC desencadeou um processo judicial que correu de tribunal em tribunal com recurso para o Supremo Tribunal Administrativo e, posteriormente para o seu pleno, o qual, em Março de 1984, emitiria um Acórdão em que não reconhecia o direito à utilização de Aníbal Cunha.

Acatando a decisão do Supremo Tribunal Administrativo, o PCP solicitou avaliações relativas às benfeitorias realizadas que salvaguardassem os seus legítimos direitos.

Em Outubro de 84 e respondendo a um ofício do Ministério das Finanças, única entidade que após a decisão do Pleno do Supremo Tribunal Administrativo contactou o PCP, o PCP enviou um ofício àquele ministério no qual são de novo formuladas tanto a disposição do PCP de cumprir o Acordão como as suas propostas em relação às benfeitorias, e ainda a quaisquer possibilidades de aluguer ou compra parcial ou total do edifício e terreno anexo.

É neste contexto que ainda há poucas semanas teve lugar a deslocação ao Centro de Trabalho do PCP de Aníbal Cunha de um avaliador do Ministério das Finanças com ordem para realizar a avaliação do pavilhão, do edifício e do terreno anexo, e que se mantinha em aberto a procura duma solução negociada».

O papel do Governo PS/PSD e do Governador Civil

Prosseguindo a explicação e denúncia da situação, a DORP destaca assim o comportamento do Governo de Mário Soares, incluindo o ex-ministro Seabra, e também do representante do Governo PS/PSD no distrito: Cal Brandão.

«Perante uma ordem incorrecta e insólita, executada por quem não apresentava título de autoridade nem demonstrava poder judicial de execução, a DORP do PCP encetou imediatas diligências com as autoridades com vista a impedir o desenvolvimento de situações de choque e de confronto e a assegurar os interesses legítimos do PCP.

«Foram feitas imediatas diligências para contactar o Governador Civil do Porto (Cal Brandão) e o Comandante da PSP do Porto — tendo ambos recusado receber as delegações que os procuraram. O Governador Civil invocou mesmo o pretexto de que a desocupação era já um facto, quando tal era falso e isso não poderia deixar de ser do seu conhecimento.

«A pretexto de cumprirem ordens, os elementos responsáveis da PSP apoiaram activamente as acções provocatórias desencadeadas pelos funcionários do governo.

«Nos contactos imediatamente realizados com membros responsáveis do governo e do PS, quer o Dr. Almeida Santos quer o Eng.º Eduardo Pereira reconheceram a inconveniência da acção policial. Este último, que é ministro da Administração Interna, chegou a assegurar ao fim da tarde a suspensão da operação policial caso a desocupação não tivesse ainda tido lugar (o que era a situação, pois a saída dos militantes e de documentação que trouxeram com eles do Centro de Trabalho só ocorreu muitas horas depois, passava já das 23 horas).

«Ao ministro demissionário Seabra coube, na montagem e na execuação da provocação fascista de Aníbal Cunha, um papel muito especial. Mas do que atrás fica revelado, podem tirar todos os democratas a conclusão do envolvimento ou cumplicidade nos acontecimentos de outros membros do governo, do governo Mário Soares no seu conjunto, e do seu representante no distrito do Porto — o Governador Civil Cal Brandão.

«Ao povo português caberá ajuizar sobre mais este acto do governo moribundo (ainda) em funções.

O PCP e o Acórdão do STA

A DORP do PCP sublinha, entretanto, que o Partido «não contesta a execução do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que ordena a entrega das instalações da sede de Aníbal Cunha. Mas essa execução depende da indispensável notificação por parte da entidade competente, a conceder prazo certo para a entrega das instalações. Essa notificação não foi feita. Além disso, era também indispensável, à face das leis e do direito, que as pessoas que se apresentaram para efectuar a desocupação, legitimassem através de mandato legal o seu poder de execução, bem como demonstrassem também a sua representatividade, através de documento idóneo que os identificasse com a qualidade invocada. Nada disso aconteceu pois nem os quatro indivíduos que se apresentaram como representantes do ministro Seabra nem os elementos da PSP demonstraram uma coisa ou outra».

E acrescenta a DORP:

«A violência perpetrada contra o PCP traduz um acto absolutamente ilegal, insólito e incorrecto de desrespeito da Constituição (nomeadamente os números 1 e 2 do art.º 268) e do direito, sendo pois lícita a exigência de reposição da legalidade e de responsabilidade civil (incluindo as decorrentes de perdas ou danos no património do PCP ilegalmente usurpado) e de responsabilidade disciplinar e criminal dos seus autores».

Ilações políticas

A DORP conclui o seu documento sublinhando algumas ilações políticas que se devem retirar da provocação.

O Centro de Trabalho do PCP em Aníbal Cunha foi ocupado por forças da PSP em **clara exibição de prepotência fascista.**

A provocação partiu do ex-ministro Seabra, mas contou com cumplicidade do Governador Civil Cal Brandão e com a inadmissível actuação da PSP.

O governo de Soares apoiou activamente este autêntico assalto pidesco.

A exigência da reposição da legalidade e a responsabilização civil, disciplinar e criminal dos responsáveis da insólita e ilegal desocupação do Centro de Trabalho de Aníbal Cunha, bem como a resolução do problema com estrita observância das normas legais, não é apenas uma questão do exercício do direito do PCP, mas também da defesa do Estado de direito, dos direitos e garantias dos cidadãos e do regime democrático.

A DORP do PCP alerta para **os perigos fascistas que toda esta inconcebível actuação demonstra.**

Os intuitos provocatórios são evidentes. Estamos perante uma demonstração policial, intimidatória, prepotente, antidemocrática que procura deliberadamente desencadear o confronto e a repressão.

A passividade ou cumplicidade de todo o governo está à vista. Fica claro quais são os objectivos do governo quando intenta pôr de pé um vasto aparelho repressivo: substituir a vida democrática pela perseguição, a intimidação e a violência.

Este governo está moribundo. Mas ao chegar ao fim ainda mostra o seu ódio à democracia e à liberdade, os seus propósitos fascizantes.

De nada lhe valerá. A luta do povo e dos democratas acabará por enterrar definitivamente este governo e esta política de Mário Soares e companhia.

O PCP cresce e crescerá no país e no Porto, aumentando a sua força, influência de massas, a capacidade de acção, o papel na luta e na vida dos trabalhadores e do povo.

A DORP do PCP apela vivamente aos trabalhadores, ao povo, aos democratas para intensificarem a luta pela demissão imediata deste governo e pela criação das condições de uma alternativa que consolide a liberdade e a democracia no Portugal de Abril.

Excursão juvenil à Serra da Estrela

No fim-de-semana de 2 e 3 de Março realiza-se uma excursão juvenil à Serra da Estrela, iniciativa da JCP do distrito de Lisboa.

As inscrições para esta jornada de convívio funcionam nos Centros de Trabalho do PCP e da JCP na região de Lisboa.

Célula da U. Bancos Portugueses

Está marcada para o próximo dia 28, durante a manhã, a 2.ª Assembleia da Célula do PCP da União de Bancos Portugueses (UBP), Lisboa. Da ordem de trabalhos constam o balanço da actividade realizada e a eleição do secretariado da célula. A Assembleia decorrerá no CT do Chiado, a partir das 10 horas. Depois, haverá um convívio.

Seguros do Porto

Realizou-se no último sábado a Assembleia da Organização de Seguros do Porto do PCP, onde foi eleito o novo organismo de direcção, constituído por 17 elementos. Além de questões orgânicas, os camaradas presentes tiveram oportunidade de analisar aspectos muito importantes da situação do sector dos seguros na vida portuguesa.

Os problemas inerentes ao conjunto dos 2570 trabalhadores distribuídos pelas 8 companhias nacionalizadas e 8 companhias mistas e estrangeiras, correctores e agências gerais em funcionamento no Porto estiveram também em foco no decurso da Assembleia. A propósito das suas conclusões, o «Avante!» voltará a esta iniciativa do Partido.

José Magro

• *Romagem no sábado*

Por ocasião da passagem de mais um ano sobre a morte do camarada José Magro, realiza-se no próximo sábado, dia 23, às 10 horas, uma romagem à sua campa no cemitério de Benfica, no decorrer da qual fará uma breve intervenção o camarada Manuel Pedro, do Comité Central.

José Magro, membro do Comité Central do PCP, nasceu em Lisboa em 27 de Março de 1920, tendo aderido ao Partido com 21 anos. Preso por diversas vezes pela polícia política, passou um total de vinte e um anos nas cadeias fascistas.

St.ª Bárbara de Nexe

A situação política e social e a preparação da 2.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, do PCP, serão temas em destaque na reunião de militantes comunistas marcada para amanhã (sexta-feira), às 21 e 30 horas, no Centro de Trabalho do Partido naquela freguesia do Algarve (concelho de Faro).

Debate no Vitória, hoje — o Orçamento do Estado

O deputado comunista Joaquim Miranda participará no debate que se realiza hoje (quinta-feira) à noite no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa. Em foco estará o **Orçamento do Estado contra Abril, os trabalhadores e a independência nacional**. A sessão incluirá a passagem de uma entrevista gravada em vídeo com o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. Início da sessão: 21 horas.

Organização Distrital de Castelo Branco

Prossegue em todo o distrito o trabalho preparatório da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Castelo Branco do PCP, a realizar em 9 de Março próximo no cine-teatro da cidade da Covilhã, sob o lema «Pelo progresso do distrito, reforçar o PCP, continuar Abril». O debate do projecto de resolução e a eleição dos delegados são os principais objectivos das múltiplas reuniões integradas nas actividades preparatórias da Assembleia.

A título de exemplo refira-se o conjunto de iniciativas já realizadas nos concelhos de **Castelo Branco** e de **Vila Velha de Rodão**, que mobilizaram para o debate preparatório camaradas de células, freguesias e de outros organismos.

Organização local do Monte da Caparica

O balanço e as perspectivas de trabalho e a eleição da Comissão Local são os pontos em agenda para a Assembleia da Organização do PCP do Monte da Caparica, no concelho de Almada, iniciativa que está marcada para o próximo sábado, dia 23, no Clube Recreativo União Capricho, a partir das 15 horas. José Pedro Soares, do CC e da DORS do Partido, estará presente nesta Assembleia.

Assembleia participada em S. Martinho do Bispo

A colectividade «Vigor da Juventude», em Fala, foi cenário da 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. Martinho do Bispo, do PCP, no concelho de Coimbra, iniciativa marcada pela viva participação da mais de meia centena de camaradas e amigos presentes.

A situação social e política no País e mais concretamente no concelho e na freguesia, as consequências da actuação da Câmara Municipal, a gestão PS na freguesia, as soluções que o Partido propõe para os problemas concretos desta freguesia, a acção dos três eleitos da APU na AF, questões da organização do Partido, as próximas eleições autárquicas e a eleição da C. Freguesia do Partido e do seu executivo foram temas particularmente em foco no decorrer dos trabalhos.

Vasco Paiva, membro do CC, encerrou a Assembleia com uma intervenção sobre a actualidade política.

Reunião de quadros da ORP sobre trabalho de fundos

Realiza-se no próximo sábado, dia 23, às 15 horas, no Centro de Trabalho da Boavista, uma reunião sobre trabalho de fundos, onde participarão os camaradas responsáveis de fundos das organizações e outros camaradas ligados à tarefa.

A reunião contará com a presença do camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Trabalhadores

Têxteis, vestuário e calçado

Um grande sector em Congresso

● Apesar da «expansão» há 2,1 milhões de contos de dívidas salariais

Começa amanhã no Porto, como anunciámos no **Suplemento** da semana passada, o 4.º Congresso dos Trabalhadores Têxteis, de Lanifícios, Vestuário e Calçado. Os trabalhos, que se prolongam até domingo, realizam-se pelo «direito ao trabalho e ao salário» e «pela defesa dos direitos dos trabalhadores». Os temas que presidem ao Congresso, além dos referidos, são: «Organizar para lutar por uma vida melhor no sector e no País»; «Pelas liberdades, pela democracia e por Abril». Uma comissão nacional organizadora (CNOC), formada por todos os elementos do secretariado da Federação sindical do sector e por um elemento de cada um dos 13 sindicatos filiados de todo o País, durante a preparação do Congresso, revelou que «a dívida dos salários em atraso já ultrapassa os dois milhões e cem mil contos». Entretanto, nos **últimos três anos**, o desemprego sectorial ultrapassava os 380 por cento de aumento, «com **cerca de 16 mil despedimentos**».

Vinha a público entretanto, segundo elementos fornecidos pela CNOC e pela Federação, com sede no Porto, a situação em várias fábricas, sobretudo do Norte, onde empresas como a **Industrial de Pevidém** tinham 15 meses de salários em atraso no princípio deste mês; a **Algot**, 32 meses; a **Ernesto Cruz**, nove; **Monte de Burgos**, onze; **Cifa**, vinte e dois. Em meados de 1983, o total da dívida do patronato aos trabalhadores atingia os 507 mil contos. Hoje, passados 18 meses, esse total quadruplicou **(2,1 milhões de contos) em 139 empresas de todo o País afectando 26 630 trabalhadores**, num sector onde predomina, como se sabe, o trabalho feminino.

Mais de 35 mil trabalhadores estão ameaçados de desemprego, afirma ainda a CNOC. Ao sublinhar que, no total de 15 827 despedimentos nos últimos três anos não se inclui a parcela elevadíssima dos que perderam o emprego pela cessação dos contratos a prazo, a CNOC reafirma que os beneficiários das dívidas salariais são determinados patrões que **«utilizam indevidamente o dinheiro dos trabalhadores para uso pessoal, ou para autofinanciamento das empresas sem juros»**.

No sector, os salários em atraso servem ainda para criar «um clima de instabilidade e medo». Segundo as estruturas sindicais representadas na CNOC, há patrões que «jogam com o drama dos trabalhadores para obterem **chorudos subsídios do Estado — quase dois milhões de contos para 65 empresas**», como foi revelado ultimamente.

Áreas de quase mono-indústria

A Federação, que realizou os seus três Congressos anteriores no Porto (1976), Covilhã (1978) e Guimarães (1981), afirma que o **total superior a 2330 empresas** do sector se distribui irregularmente pelo território nacional, formando-se áreas de quase mono-indústria, como sejam a zona da **Corda da Serra** (Estrela), **Castanheira de Pera, Mira de Aire** e **Avelar (lanifícios); bacia do Rio Ave** (têxtil algodoeira); **S. João da Madeira** e **Vila da Feira** (calçado).

O 4.º Congresso, que elegerá os novos corpos gerentes da Federação, vai discutir e votar um **programa de acção** para os próximos três anos. Um projecto de **estatutos** será também apresentado ao 4.º Congresso de um sector dos mais importantes da economia nacional, pois emprega perto de 29 por cento de todo o pessoal das indústrias transformadoras; contribui com mais de 10 por cento para a formação do PNB (produto nacional bruto); representa mais de 30 por cento das exportações nacionais; e o seu produto ultrapassa os 20 por cento do total das indústrias transformadoras.

A CNOC que inclui, além dos 13 sindicatos filiados, um elemento de cada um dos seis sindicatos que participam normalmente nas acções unitárias da Federação e na sua actividade estritamente sindical, acrescenta no seu **programa de acção** (projecto) que «se as potencialidades económicas do sector apontam para **a expansão**, como se deduz dos aumentos de produção e de exportações, nos últimos anos a situação financeira tem sido preocupante e põe em causa a sobrevivência de muitas empresas. Estas dificuldades, que não são recentes, resultam da descapitalização das unidades produtivas (desvios de fundos, fugas de capitais) e do facto de o sector comercial absorver grande parte da mais-valia criada».

As dificuldades derivam ainda, segundo a CNOC, «da política restritiva dos últimos governos, com nítido definhamento do mercado interno» — factores que «impuseram uma crescente dependência do sistema bancário para tentar equilibrar fundos de maneio».

A CNOC, a Federação e os Sindicatos concluem, segundo as propostas a apresentar no IV Congresso, que «é possível reestruturar o sector sem desemprego» e alterar no sentido positivo as condições de vida e trabalho hoje existentes.

Luta na Equimental

Na sexta-feira passada, os trabalhadores da Equimetal concluiram três semanas de luta pelo pagamento de quatro meses de salários em atraso. Ameaçada de extinção, a empresa do ramo da metalomecânica pesada emprega actualmente perto de 1100 trabalhadores nas divisões do Barreiro, Porto, Sines, e na sede em Lisboa. A Equimetal pertence ao Sector Empresarial do Estado e dispõe também de uma unidade industrial no Norte. Segundo nota das ORTs (organizações representativas) datada do Barreiro na última sexta-feira, as formas de luta adoptadas têm consistido na deslocação diária dos trabalhadores «dos seus locais de trabalho para as instalações onde funcionam os directores de divisão e respectivos serviços de pessoal, nas divisões do Barreiro, Porto e Sines». Os trabalhadores, sobretudo metalúrgicos, consideram que «a Equimetal é uma empresa indispensável da metalomecânica pesada do Sector Empresarial do Estado»; e «pela diversificação dos seus produtos — vagões, equipamentos industriais e outros — dará uma contribuição razoável à recuperação económica do País». As deslocações diárias continuarão, afirmam as ORTs, bem como outras iniciativas de luta consideradas necessárias (**(na imagem, concentração da Equimetal, na quinta-feira passada, no Barreiro)** «até que surjam respostas satisfatórias» da parte da administração e das entidades oficiais, que têm vindo a ser contactadas pelas organizações representativas dos trabalhadores da Equimetal.

Poder local

Sábado

Encontro distrital de Lisboa

Poder Local, com o povo, por Abril é o lema do Encontro distrital de Lisboa de Quadros do PCP sobre o trabalho autárquico que no próximo sábado, das 10 às 19 horas, decorrerá na Voz do Operário por iniciativa da DORL.

O objectivo do Encontro é, segundo um texto distribuído aos órgãos de comunicação social, «fazer uma análise e balanço da actividade desenvolvida, quer pelos eleitos comunistas em maioria, quer em minoria, definir perspectivas e objectivos e formas de os alcançar».

No mesmo comunicado realça-se o «impressionante número de obras, realizações e iniciativas que têm sido concluídas, iniciadas e realizadas pelas autarquias de maioria APU no distrito» e ainda que tudo isso só foi possível «em resultado do grande apoio e participação popular, do trabalho voluntário e das obras por administração directa; do trabalho, honestidade e competência dos eleitos comunistas; dos subsídios da PL-AECOD», — porque do Governo PS/PSD tem sido a descapitalização financeira do Poder Local, as discriminações e ilegalidades contra as autarquias APU.

Faro: os autoritarismos de um presidente

Uma nota à Imprensa da Comissão Concelhia de Faro do PCP comenta os incidentes provocados recentemente nesta cidade pelo presidente da Câmara. Diz a nota:

«Os compromissos assumidos pelo actual presidente da Câmara Municipal de Faro em relação ao lançamento do ramal de caminho-de-ferro na rua Miguel Bombarda, ficaram demonstrados claramente na sessão de Câmara do dia 14 de Fevereiro de 1985.

«O senhor Negrão Belo, ao impedir que as pessoas presentes usassem da palavra sobre um assunto em que se sentem lesadas — tendo para tal pedido a intervenção das forças policiais a fim de identificarem e expulsarem da sala alguns dos presentes — vem mostrar o seu cariz autoritário, prepotente e antidemocrático. O PCP, solidário com a luta dos moradores da rua Miguel Bombarda, condena mais uma vez estas atitudes indignas do presidente da Câmara, que continua a desprestigiar este órgão autárquico e a lesar os interesses das populações do concelho.»

Lumiar contra aumentos de rendas de casa

Um comunicado/apelo da «Comissão de Luta do Lumiar Contra os Aumentos», da «Associação dos Inquilinos Lisbonenses» e do «NúcleoMDM/Lumiar», afirma que «o Governo PS/PSD, através da proposta de lei n.º 77/111, que apresentou à Assembleia da República, e a ser discutida no dia 26 de Fevereiro, quer impor aos portugueses brutais aumentos nas rendas de casa, demonstrando uma total e profunda insensibilidade perante a realidade social: trabalhadores sem receberem salários, meio milhão de desempregados, a fome instalada em muitos lares portugueses e um quarto da população constituída por reformados, pensionistas e idosos».

No Lumiar, a situação social dos moradores é particularmente preocupante. Assim, um grupo de moradores decidiu contactar a Associação de Inquilinos Lisbonenses e o MDM local no sentido de conjuntamente promoverem uma iniciativa de protesto contra os aumentos das rendas e das rendas camarárias, já decididas pela CML e a entrarem em vigor a partir de 1986. E o apelo conclui:

«Apelamos a todos os moradores do Lumiar no sentido de se integrarem na Concentração a realizar na Alameda das Linhas de Torres, junto à Caixa Geral de Depósitos (frente ao Café Trenó), na quarta-feira, dia 20 de Fevereiro a partir das 18.30 horas.»

SMAS do Porto: água de emergência

Segundo um comunicado da APU do Porto, «o Conselho de Administração (CA) dos SMAS persistindo, e bem, numa actuação unicamente voltada para a satisfação e defesa dos interesses dos consumidores, e alheio a quaisquer formas de pressão que sobre ele se têm tentado exercer, vai lançar uma obra — obra de emergência — que garante o fornecimento de água de boa qualidade não só ao Porto como aos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos e Valongo».

«O CA dos SMAS dá assim — prossegue o comunicado — mais um importante passo para salvaguardar os interesses e a saúde dos consumidores seriamente ameaçados com a possibilidade real do fornecimento, nos meses de Verão, de uma água intragável e imprópria para consumo, com alto teor de salinidade e resolvendo finalmente o flagelo da má qualidade da água com que a região tem sido abastecida nos últimos anos.

«Trata-se de uma obra de inegável importância e interesse para a população que a APU, que participa no CA dos SMAS, saúda, com a qual se congratula e para cuja concretização envidará todos os esforços», mas «perante esta actuação dos SMAS, de tão grande impacto na vida das populações, o Governo e os partidos que o apoiam (PS e PSD), designadamente através dos seus deputados na Assembleia da República, da generalidade dos seus eleitos nos órgãos autárquicos e dos serviços municipalizados (onde são maioria), tudo têm feito e a todas as formas de pressão têm recorrido para dificultar, entravar e mesmo boicotar a acção e as obras dos SMAS.»

E o comunicado da APU especifica esse boicote: recusa do Governo em financiar esta obra, pressões apressadas para a constituição de uma chamada «Associação de Municípios», através da qual — e só através da qual — seria canalizada a verba necessária (o que é um pretexto falso porque o Governo já financiou, em muitos milhões de contos, vários investimentos intermunicipais e nenhum, mesmo nenhum, foi feito através de uma associação e sim com protocolos entre os municípios abrangidos) e finalmente, para além de tentativas para surgirem como os dinamizadores da obra que vai agora ser lançada, o Governo PS/PSD, com o apoio dos veradores e deputados à AR dos respectivos partidos, pretendem obrigar a Câmara do Porto a lançar um empréstimo obrigacionista no valor de um milhão de contos a um juro de 30% e a amortizar a partir do 3.º ano!

As intenções do Governo PS/PSD são claras — não gastar dinheiro com esta importante obra, obrigar a Câmara a uma política de ruína para a cidade.

«Esta não pode ser a solução» — conclui o comunicado da APU, que acrescenta: «O Governo não pode eximir-se a assumir as suas responsabilidades. As obras, de emergência e definitiva, têm que ser financiadas pelo Governo. A população do Porto não pode continuar a ser prejudicada por jogos e interesses partidários. A única forma de defender o Porto e os concelhos limítrofes é garantir que no Orçamento de Estado, em discussão na Assembleia da República, seja incluída a verba de 700 mil contos», como foi proposto pelo PCP.

Comunistas de Cascais discutem Poder Local

Realizou-se no passado dia 3 de Fevereiro um Encontro de Trabalho de Autarquias promovido pela Comissão Concelhia do PCP de Cascais, sob o lema «Com o Poder Local Democrático, Continuar Abril», que teve lugar nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Parede.

Iniciando-se às 10 horas e prolongando-se até cerca das 19.30, o Encontro contou com a presença de cerca de 200 participantes e convidados e reuniu camaradas eleitos nas autarquias e quadros de organismos de direcção, proporcionando um largo debate, com 27 intervenções proferidas ao longo dos trabalhos.

Presente o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP, que faria a intervenção de encerramento. As conclusões (bem como as três moções surgidas no Encontro) foram aprovadas por unanimidade.

Construção civil

Salários em atraso na Madeira

Numa folha volante datada deste mês, a organização do Partido no sector da construção civil da Região Autónoma da Madeira afirma que «continua a alastrar a triste situação dos salários em atraso». Agravando-se dia a dia a situação dos trabalhadores daquele sector de actividade, a organização do PCP na Madeira salienta a urgência da «eleição de delegados sindicais e o reforço do Sindicato». A chaga dos «salários em atraso só será banida com a luta e a organização dos trabalhadores», sublinha a organização do PCP. Apelando ao reforço da organização dos trabalhadores na própria empresa, o Partido acentua que «o trabalho já começa a faltar», que a «repressão aumenta assustadoramente nas empresas». Os salários em atraso atingem «centenas de trabalhadores», que «produzem riqueza mas não recebem os seus salários; produzem bem-estar e vivem na miséria».

«Largas centenas» sem salários em Barcelos

A União dos Sindicatos de Braga expunha entretanto à Assembleia Municipal de Barcelos «a grave situação social existente no concelho» onde os salários por pagar atingem «largas centenas» de trabalhadores. Dos **«mais de dez mil no distrito de Braga, que trabalham e não recebem salários»**, a União dos Sindicatos cita no **concelho de Barcelos** as seguintes empresas: **Sarpex** (60 trabalhadores); **Confecções Galo** (48); **Costa e Rodrigues** (120); **Guial** (370); **Docar** (230); **Carlos Matos** (183); **Travol** (90); **Barcelense** (500); **Barcélia** (50); **Tézi** (44); **Vicol** (20); e **Construções Monteiro** (9).

Ilegalidades na Torralta

A propósito do inquérito pedido pelo grupo parlamentar do PCP sobre a cedência de terrenos à banca por parte da administração da Torralta, a célula do PCP nesta empresa dirige-se aos trabalhadores afirmando a dada altura do seu comunicado de 13 de Fevereiro: «A célula do PCP da Torralta alerta os trabalhadores para sintomas de má gestão e compadrio da administração»; esses sintomas «não são compatíveis com a situação salarial que se vive na empresa; **o não pagamento de salários há alguns meses, assim como o 13.º mês**, não se ajusta com os gastos de cerca de 5000 contos no Torneio de Futebol de Tróia, com cerca de mil contos (média mensal) em créditos não realizáveis em Tróia, com milhares de contos em alugueres de carros à «Avis» (só em Lisboa foram gastos no mês de Janeiro 1500 contos) tendo a empresa um parque automóvel capaz de responder às suas necessidades; admitem-se directores a título de pagamento de favores políticos pagos a preço de ouro; fazem-se promoções desnecessárias, só compreensíveis pela exitência de esquemas de compadrio na empresa».

A célula do PCP na Torralta apela à firmeza e vigilância dos trabalhadores.

Nacional

Por uma vida mais digna

Reformados concentram-se frente à Assembleia

O MURPI-Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos — realizou no passado dia 13 uma concentração nacional de milhares de reformados frente à Assembleia da República, com a presença de delegações de Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Évora e Beja, os quais — como sublinha o comunicado do MURPI a propósito — «rejeitaram veemente a política desumana e anti-social do Governo PS/PSD, que reduz os reformados à maior miséria, mesmo fome em muitos lares».

Os reformados aprovaram um documento rejeitando a redução do poder de compra das pensões, depois dos últimos aumentos que, reduzem o poder de compra neste momento a 32% no regime geral, 32,5% no rural e 34,7% no regime social e o miserável aumento dos medicamentos que chegam a levar mais de 3 mil escudos por mês das magras pensões.

Os cidadãos reformados puseram ainda à consciência dos deputados — numa exposição entregue na AR — a discriminação de que têm sido vítimas e responsabilizaram-nos «pelo sofrimento desnecessário que resultará da aprovação de um Orçamento como o de 1985, que exprime bem o fracasso da política do Governo e a "austeridade" selectiva contra os estratos sociais desprotegidos», terminando por exigir: um «Cabaz de Compras» e contenção da subida do custo de vida; congelamento das rendas de casa; Serviço Nacional de Saúde e medicamentos gratuitos.

PCP

Porto

Avança a campanha de difusão da Imprensa

A campanha de difusão da Imprensa do Partido prossegue no Porto, com a sua discussão e dinamização nas organizações, com a definição de iniciativas e metas. Casos há em que uma primeira boa discussão e um trabalho empenhado deram já os seus frutos: a organização da **Maia**, que vendia pouco mais de uma dezena de «Avantes» e que definiu uma meta, até Maio, de 150 «Avantes» e 50 «Militantes», vende neste momento 101 «Avantes» e 21 «Militantes». Numa banca, num domingo de manhã, numa zona central, os camaradas não só venderam dezenas de exemplares do «Avante!» como conseguiram uma lista de pessoas que se mostraram interessadas em receber regularmente o nosso jornal.

A organização de **Gondomar** preparou também no passado fim-de-semana uma venda de «Avantes», programando bancas e porta-a-porta. Vendendo normalmente uma média de 450 «Avantes», os camaradas propuseram-se nesta acção ultrapassar os 800.

Em **Gaia**, os problemas da Imprensa do Partido foram também discutidos num debate amplo e aberto, que reuniu mais de 100 pessoas e que teve a presença do camarada Dias Lourenço, da Comissão Política e director do «Avante!».

O camarada fez uma intervenção inicial sobre a História do «Avante!», que considerou ser um legado para a História do País. Lembrou, entre outros, os camaradas José Moreira, Maria Machado e Joaquim Rafael, que nas tipografias clandestinas fizeram o «Avante!». A necessidade de adaptar o «Avante!» às novas condições de legalidade, logo após Abril de 74, a importância da Imprensa do Partido na situação de manipulação da Comunicação Social pelo Governo PS/PSD e pela direita, o «Avante!» como meio de propaganda e de informação constituíram temas de um debate vivo e participado que concluiu apontando a necessidades de vender e divulgar mais e mais a Imprensa do Partido.

«Alargar a difusão do "Avante!" é combater a mentira, é repor a verdade, é defender o 25 de Abril, é levar a verdade ao Povo» – afirmou Dias Lourenço.

A campanha de difusão da Imprensa do Partido, decidida pela Direcção da Organização Regional do Porto, ganha assim força e uma nova dinâmica, tudo indicando que as organizações não poupam esforços para cumprir as suas metas.

Campanha do Vitória

Ultrapassados os 51 mil contos!

Mais de que um lema, «o Vitória para o Partido» é cada vez mais uma realidade.
Segundo o apuramento de 14 deste mês, a campanha registava já uma verba superior a 51 mil contos!
Agora, há que não parar este ritmo!
Aqui deixamos o quadro com os resultados por organização e sector no último apuramento.

ORGANIZAÇÕES	ACUMULADO
Alenquer	159 913$00
Arruda dos Vinhos	85 928$00
Azambuja	105 475$50
Cadaval	29 343$00
Mafra	186 833$00
Lourinhã	52 293$00
Sobral	136 598$00
Torres Vedras	352 776$00
Amadora	1 917 084$00
Cascais	1 610 497$00
Carnaxide	1 195 402$00
Oeiras	423 126$00
Sintra	1 008 081$00
Queluz	1 219 438$00
Loures - Ocid.	2 229 780$00
Loures - Ori.	2 670 670$50
Vila Franca de Xira	2 991 198$50
C. L. L.	14 579 586$70
Bancários	2 082 045$00
Seguros	742 750$00
Sect. Público	1 216 336$00
Transportes	3 324 362$00
Função Pública	1 358 877$00
Saúde	2 260 311$00
Informação	499 675$00
Intelectual	2 682 467$00
Sect. Sindical	900 492$00
SIP/DORL	403 927$00
Diversos	46 976$00
C. T. Vitória	164 870$00
Livraria Vitória	31 149$50
DORL	4 358 240$50
TOTAIS	**51 026 501$20**

Internacional

EUA Achas para a fogueira da guerra fria

A existência de planos secretos do Pentágono para a instalação de armas nucleares em Portugal, Espanha, Canadá, Islândia, Filipinas, Bermudas, Porto Rico e na ilha de Diego Garcia, denunciada a semana passada em Washington pela imprensa norte-americana, colocou de novo na ordem do dia a questão da soberania nacional de que dispõem (ou não) os aliados dos Estados Unidos.

Segundo o "Washington Post», que divulgou a notícia com base em documentos militares secretos fornecidos pelo especialista em armas nucleares, William Arkin, o plano elaborado pelo Pentágono data de 1975 e destina-se a ser posto em prática numa situação de emergência. Situação a ser definida pelos próprios EUA, uma vez que os governos dos países e territórios afectados não foram sequer informados da existência do plano.

De acordo com William Arkin, do Instituto de Estudos Políticos de Washington, as armas nucleares previstas consistem sobretudo em cargas de profundidade designadas como «bombas B-57» lançadas por aviões P-3 Orion contra submarinos do «inimigo» ou para bloquear rotas marítimas por eles utilizadas. As referidas cargas pesam mais de 200 quilos e possuem um poder explosivo equivalente a 10 quilotoneladas.

Para os Açores, o plano admite a instalação de 32 dessas cargas.

Outros pormenores deste caso foram revelados pelo New York Times», mas o mais importante a reter é a afirmação de que **a activação do plano dependeria apenas do presidente dos Estados Unidos.**

Perante estas notícias, que a imprensa norte-americana não divulgou certamente por acaso, seria de esperar a mais viva reacção por parte das autoridades dos países envolvidos, designadamente o nosso.

Tal não aconteceu. Dos Açores, onde está instalada a base norte-americana das Lajes, um porta-voz de Mota Amaral limitou-se a afirmar à Anop: **pelo que sei, não há conhecimento por parte do Governo Regional destes alegados planos.**

Em Lisboa, o responsável pela diplomacia portuguesa, Jaime Gama, deu mais um exemplo de sua irresponsabilidade: as autoridades nunca se debruçaram sequer sobre hipóteses especulativas, disse. E rematou afirmando que **o Ministério dos Negócios Estrangeiros, como entidade competente para se pronunciar em matéria de relações externas do País, tem por princípio comentar factos e não especulações.**

Mas será que se trata de especulações?

A embaixada dos EUA em Madrid, onde a reação à existência dos referidos planos foi muito forte tanto por parte das autoridades como da opinião pública, não confirmou nem desmentiu as notícias do «New York Times» e do «Washington Post», afirmando que **por razões óbvias os Estados Unidos não fazem comentários sobre os planos de emergência.**

Obviamente.

Não porque eles não existam, mas porque existindo são secretos e logo matéria não comentável...

Sobretudo quando se trata, como é o caso, de uma questão que reduz a nada a soberania dos países envolvidos.

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, Fernando Schwartz, foi particularmente claro ao denunciar as implicações da participação plena na NATO: **Se a Espanha integrar a estrutura militar da NATO**, disse, **terá de aceitar a instalação de armas nucleares, independentemente da deliberação do Parlamento.**

Como sucede com Portugal. Ou seja, ser membro de pleno direito (ou de submissão?) daquela organização político-militar dominada de facto pelos Estados Unidos, significa permitir que os EUA decidam quem é o «inimigo», consentir que o território de um país que se pretende independente sirva para a instalação de todo o tipo de armamento que sirva os interesses dos EUA e dar carta branca a Washington para envolver os países que entender nos conflitos que considerar «necessários» para a defesa dos interesses vitais. Dos Estados Unidos, claro.

Em Espanha, país que não faz parte da estrutura militar da Aliança Atlântica, a indignação provocada pela existência dos planos secretos do Pentágono foi acrescida pela descoberta de dois espiões norte-americanos com estatuto diplomático, já expulsos do país. Como é de convir, esta forma de tratar os aliados dá muito que especular. Lamentável que o ministro de Negócios Estrangeiros português o não faça...

Fuga de informação?

A divulgação dos planos secretos do Pentágono na imprensa norte-americana, tanto no caso vertente como noutros, poderá levar a pensar que se está perante uma fuga de informações, convenientemente explorada pela imprensa. Mas será mesmo disso que se trata?

A coincidência existente entre o momento em que tais «fugas» ocorrem com a realização de importantes iniciativas a nível internacional abre um vasto *campo de hipóteses que não podem deixar de ser consideradas.*

É do domínio geral que nos EUA a imprensa está nas mãos de meia-dúzia de importantes potentados, a que não são estranhas, longe disso, as estratégias político-militares da Casa Branca. Assim sendo, como justificar que se divulguem os ditos «planos secretos»?

A famosa luta intestina entre «falcões e pombas» da política norte-americana pode explicar algumas dessas fugas, mas não certamente todas. Não sobretudo aquelas que, contrariamente ao que pode parecer à primeira vista, favorecem os planos da administração Reagan.

As conversações americano-soviéticas, em Genebra, estão para recomeçar no próximo mês. Ali se vão debater questões tão importantes como o desarmamento nuclear, a proibição do uso de armas químicas, a não militarização do espaço.

A administração Reagan, forçada pela opinião pública internacional a aceitar tais conversações, não está na verdade interessada em acordar quaisquer medidas que representem uma paragem na corrida aos armamentos e muito menos no início do desarmamento.

Como de resto afirmou Reagan publicamente, ao anunciar que as conversações de Genebra não impediram o desenvolvimento do seu programa «guerra das estrelas». Um programa para o qual a Casa Branca quer o apoio dos aliados da NATO, como ainda a semana passada reafirmou o subsecretário de Estado para os assuntos europeus, Richard Burt, numa conferência de imprensa realizada em Bruxelas.

Na capital belga, Burt disse claramente que os EUA desejam o acordo dos países da NATO para o seu programa de militarização do espaço, e que pretendem esse acordo antes das conversações de Genebra, bem como a continuação da instalação de armas nucleares *norte-americanas na Europa.*

A insistência para que os governos dos países aliados **cumpram as suas obrigações para com a NATO**, escuda-se no pretexto de que os EUA têm de chegar a Genebra numa posição de força. Para quê?

Para forçar a URSS a fazer concessões unilaterais em matéria de desarmamento? Certamente que não. Os EUA não são tão ingénuos que acreditem em tal hipótese. Então para quê?

A única resposta é a de que os Estados Unidos não pretendem chegar a qualquer acordo em Genebra.

As negociações marcadas para o dia 12 de Março têm para a administração Reagan uma utilidade apenas propagandística. Criadas todas as condições para inviabilizar eventuais acordos, os porta-vozes de Washington utilizarão todos os meios ao seu alcance para fazer belas declarações de intenções e acusar uma vez mais a União Soviética de bloquear o caminho para a paz.

É neste contexto que a divulgação dos planos secretos, estes ou outros, ganha significado mais lato. São tudo achas para a fogueira da guerra-fria contra o desanuviamento e o desarmamento.

Divulgar planos velhos de dez anos, se é certo que provocam controvérsia, indignação popular e até reacções mais ou menos fortes em alguns países, não é demasiado grave no contexto da política global da Casa Branca, hoje lançada na corrida mais perigosa de todos os tempos, a militarização do espaço.

E se o reconhecimento disso não deve impedir a condenação de alianças que desrespeitam por completo a soberania nacional, muito menos deve distrair o foco de atenções do principal problema em causa. A luta contra o holocausto nuclear.

A simples realização das conversações de Genebra já é uma vitória das forças da paz. Mas as esperanças nelas depositadas não se concretizarão *por si sós. Há que batalhar por isso.*

Requerimento do PCP

A propósito da existência de planos dos EUA para a instalação de armas nucleares em Portugal, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República dois requerimentos ao Governo no sentido de ser esclarecido o assunto.

Assim, os deputados comunistas pretendem ser informados sobre que medidas tomou o Governo para um total esclarecimento dos factos revelados pela imprensa, bem como que medidas estão a ser tomadas a fim de impedir que qualquer parcela do território nacional seja utilizada para instalação, depósito ou trânsito de armamento nuclear.

O Grupo Parlamentar do PCP deseja ainda saber se o Governo está em condições de garantir que não existe já na base das Lajes, nos Açores, qualquer tipo de carga nuclear, e ainda se os aviões destinados ao seu transporte e lançamento não estão equipados e ao serviço das Forças Armadas estacionadas nos Açores.

Quatro questões da máxima importância a que convinha que o Governo, ao contrário do que sucede com a generalidade dos requerimentos, respondesse.

URUGUAI Parlamento aprova pedido de amnistia

A primeira reunião do parlamento uruguaio, livremente eleito, ficará assinalada na história do país como mais um marco importante do longo percurso no retorno à democracia, pois foi ponto de honra das forças progressistas nele representadas que a primeira resolução aprovada fosse a da exigência de libertação de todos os presos políticos.

Após doze anos de ditadura militar, o pedido de amnistia, dirigido ao governo que tomará posse no próximo dia 1 de Março, simboliza bem o desejo de liberdade por que anseia o povo do Uruguai, tal como a firme decisão de não perder tempo na consolidação de um processo que apenas começou e vai ter de enfrentar inúmeras dificuldades.

Dificuldades expressas de resto já na votação do pedido de amnistia, aprovado com os votos dos deputados da Frente Ampla e do Partido Blanco e a abstenção dos representantes do Partido Colorado do presidente eleito Julio Sanguinetti, numa posição pouco consonante com as repetidas afirmações deste último de que uma das primeiras acções do seu governo será justamente a concessão de uma ampla amnistia.

Dificuldades expressas também no facto do general Gregório Alvarez se ter demitido das funções de chefe de Estado a escassos dias da tomada de posse do presidente legalmente eleito, por não querer fazer a transferência de poderes.

Se do ponto de vista legal a situação nada tem de preocupante, dado que a presidência foi assumida interinamente pelo presidente do Supremo Tribunal, Rafael Addiego Bruno, e do ponto de vista social ter sido saudada com ruidosas manifestações de júbilo pela população, o mesmo não se poderá dizer do ponto de vista político.

É na verdade preocupante que, no último momento, os representantes da ditadura militar se recusem ao único acto digno do reinado que impuseram ao país, a passagem do Poder para o presidente escolhido em eleições que eles próprios controlaram. Porque isso pode significar que não obstante a sua total incapacidade para gerir o país, quer económica como política e social, os militares se retiram do Poder com saudades do Poder.

Sabe-se que nunca é por arrependimento ou por cansaço que os ditadores se retiram. São sempre forçados a tal pela luta de massas e pelas suas contradições internas, que em conjunto actuam no movimento imparável da história contra os que só pela força têm força para se impor. Mas seria de esperar, neste longo processo vivido no Uruguai, em que a ditadura foi pouco a pouco perdendo terreno em favor da democracia até que ficou sem qualquer espaço, pelo menos um mínimo de discrição.

Tal não sucedeu. Gregório Alvarez fez questão de não ser ele a passar o testemunho do Poder. Uma retirada a pensar num regresso?

Seja como for, a necessidade de conjugar esforços na reconstrução do país e na consolidação da democracia é vital. Tal como o é o empenhamento do Uruguai no reforço da unidade latino-americana contra as ingerências externas e em particular nos esforços para a resolução pacífica dos conflitos centro-americanos.

As declarações de Julio Sanguinetti sobre o restabelecimento, em breve, das relações diplomáticas com Cuba e o apoio do seu governo às propostas do Grupo Contadora para uma solução negociada dos problemas na América Central são certamente um ponto de partida.

Uma imagem que o Uruguai quer ver desaparecer

Cimeira de S. Tomé

A quinta Cimeira dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa, que reuniu nos dias 14 e 15 em São Tomé os presidentes de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, aprovou uma declaração final onde se denuncia com veemência a cumplicidade de certos círculos políticos, económicos e financeiros portugueses contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique.

A Cimeira dos cinco, que ficou assinalada pela assinatura de acordos multilaterais, dedicou particular atenção à situação que se vive na África Austral e às relações entre os cinco países.

No que se refere à «componente portuguesa» da contra-revolução movida contra a RPA e a RPM, o documento divulgado no final do encontro faz notar **o facto de que, contrariamente à vontade reafirmada de amizade e cooperação entre os cinco Estados e a República Portuguesa, cidadãos portugueses e outros, a partir do território português, dirigem, financiam e apoiam acções terroritas contra a RPA e a RPM de que são vítimas inclusive cidadãos portugueses e interesses portugueses naqueles Estados.**

Num recado que não pode deixar de ser tido em conta, aquele texto salienta que a **continuação desses actos compromete a materialização das relações de amizade e cooperação sempre afirmada e contraria profundamente a ética de relacionamento entre Estados soberanos.**

Um convite muito diplomático para que sejam levadas à prática as promessas do Governo PS/PSD, e nomeadamente do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, de que Portugal não será uma base para os terroristas da Unita, Renamo e afins.

O «grupo dos cinco», em Luanda, em Abril passado

Também a situação decorrente do acordo de N'Komati e do compromisso de Lusaka, cuja assinatura **materializou a vontade sempre afirmada de promover a paz**, foi tema de debate, tendo os cinco chefes de Estado constatado que **se mantém a ocupação da parte sul do território angolano, contrariamente ao compromisso de Lusaka e que a partir do território sul-africano continuam a ter lugar actos de violência e terrorismo contra Moçambique, em violação do acordo de N'Komati.**

Os participantes na Cimeira concluíram de resto que as causas da instabilidade na África Austral se devem ao imperialismo, ao colonialismo, neocolonialismo e ao racismo, que têm na África do Sul o seu principal baluarte.

Ainda no que se refere à situação internacional, os cinco analisaram a situação em Timor-Leste, exortando o Estado português, a assumir **enquanto potência administrante, plenamente as suas responsabilidades históricas, morais e jurídicas iniciando o processo de conversações com a Fretilin**, cujo plano de paz e política de unidade nacional os cinco chefes de Estado apoiam.

Os dirigentes da Fretilin, Abílio Araújo, Roque Rodrigues e Maria Alka Tiri estiveram também em S. Tomé para informar os participantes na Cimeira da evolução da questão de Timor-Leste. Na altura, em declarações à Anop, aqueles dirigentes criticaram duramente o Governo PS/PSD, que acusam de **pretender avançar com negociações sobre o território sem ter em conta as posições do movimento de libertação.**

Só existirá paz em Timor-Leste, disse Abílio Araújo, **quando negociarem um cessar-fogo todas as forças interessadas e não apenas Portugal e a Indonésia.**

Durante a Cimeira os presidentes Samora Machel, José Eduardo dos Santos, João Bernardo Vieira, Manuel Pinto da Costa e Aristides Pereira salientaram a importância da cooperação existente entre os seus países, que assenta na **amizade, confiança e militância**, constituindo **um novo tipo de relacionamento entre Estados.**

Os quatro acordos multilaterais assinados na ocasião (supressão de vistos, cooperação consular, cooperação cultural e científico-técnica e na marinha mercante) constituem mais um passo no aprofundamento dessas relações.

Como já é hábito, o general Ramalho Eanes enviou aos seus homólogos africanos uma mensagem afirmando que **a amizade entre os nossos povos e o diálogo entre os nossos Estados prosseguirão no total respeito e compreensão do valor da dignidade de nações livres e soberanas que somos.**

Kampuchea defende a revolução

O primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Kampuchea, Hum Sen, afirmou recentemente que **as forças armadas kampucheanas, apoiadas pelos voluntários do Vietname, resistem e ripostam energicamente às tentativas do imperialismo de sabotar as conquistas da revolução, de fazer retroceder a marcha da História, de recolocar no poder os carrascos do povo do Kampuchea.**

Aquele dirigente afirmou ainda que **as palavras dos órgãos de comunicação social ocidentais sobre alegadas vitórias militares da reacção kmer, entrincheirada em território tailandês, não passam de calúnias gratuitas.**

Com efeito, esclareceu, **as chamadas «forças de resistência» mais não são que bandos que se dedicam a assassinar e a saquear a população civil, bem como a actividades de espionagem contra a República. De resto**, frisou, **esses bandos não existiriam sem os apoios que lhes são fornecidos pelo imperialismo, o qual está interessado em recuperar as suas posições no Sudeste asiático, em agravar a situação na região, em acentuar a confrontação entre os países da Indochina e os Estados do Sudeste asiático.**

Cientistas contra a guerra

O académico soviético Nikolai Botchkov concluiu, com base num estudo sobre o eventual bombardeamento das principais cidades europeias, que uma bomba nuclear de mil megatoneladas causaria 168 milhões de mortos e 146 milhões de feridos.

O estudo salienta ainda que o número de vítimas da catástrofe tenderia a aumentar, uma vez que muitos dos feridos acabariam por morrer e que os sobreviventes seriam atingidos, em grande número, por cancro, devido à irradiação de isótopos.

As conclusões do académico soviético confirmam as teses dos médicos britânicos e alemães de que a explosão dos 572 mísseis que estão para ser instalados na Europa e de um número equivalente de mísseis soviéticos extinguiria praticamente toda a vida no continente.

Jovens recusam conferência da Jamaica

A Organização dos Jovens do Partido Nacional e a União dos Jovens Comunistas, da Jamaica, recusaram-se a participar na «Conferência Internacional da Juventude» que se vai realizar no país, tendo lançado um apelo ao movimento internacional da juventude para que boicote o encontro.

Segundo aquelas organizações, **a iniciativa é organizada por Washington e visa dividir o movimento internacional da juventude,** cujo XII Festival Internacional se realiza este ano em Moscovo.

Nicarágua acusa os EUA

A agência noticiosa da Nicarágua acusou a administração Reagan de ter aceite negociar com a Nicarágua apenas para evitar críticas durante a sua campanha eleitoral, abandonando as negociações assim que as autoridades sandinistas se propuseram analisar problemas concretos.

Segundo a agência, Washington explica a sua decisão afirmando que Manágua limita as negociações aos problemas das relações bilaterais. Mas é preciso não esquecer, salienta, que as conversações de Manzanilo, no México, acompanharam os esforços desenvolvidos pelo Grupo de Contadora, cujo objectivo é assegurar uma solução negociada para a América Central. Ao abandonar as negociações, a administração Reagan mostrou a sua intenção de querer resolver o conflito regional através da guerra.

Egipto e Zâmbia contra Israel

A libertação de todos os territórios árabes ocupados desde 1976, incluindo a parte árabe de Jerusalém, foi exigida a Israel pelo Egipto e pela Zâmbia, no final da visita ao Egipto do presidente Kenneth Kaunda.

O comunicado conjunto divulgado na ocasião insiste na necessidade de Israel cumprir as resoluções 508 e 509 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, respeitante à retirada total e incondicional das tropas israelitas do Líbano, e reconhece o direito do povo palestiniano à autodeterminação e criação do seu próprio Estado, sob a direcção do seu legítimo representante, a OLP.

O Egipto e a Zâmbia exprimiram ainda o seu respeito aos princípios e à carta da OUA, aprovando a decisão deste organismo de criar um fundo especial de ajuda aos países atingidos pela fome e pela seca.

O comunicado conjunto condena também a política racista de Pretória, nomeadamente no que se refere ao problema da Namíbia, solidarizando-se com a SWAPO enquanto representante legítimo do povo namibiano.

Divergências entre os EUA e a Arábia Saudita

A visita do rei Fahd da Arábia Saudita aos Estados Unidos, onde manteve conversações com a administração Reagan, revelou a existência de profundas divergências entre os dois países, nomeadamente no que se refere à questão do Médio Oriente.

Enquanto Reagan continua a defender a realização de acordos em separado dos países árabes com Israel, a Arábia Saudita defende a concretização das resoluções aprovadas pela Cimeira árabe de Fez, em 1982. Aquelas resoluções apontam para a realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente, com a participação de todas as partes interessadas.

O comunicado divulgado no final do encontro do rei Fahd com Reagan refere que o monarca saudita considera a Cimeira de Fez como um justo fundamento para as conversações conducentes a uma paz global na região do Médio Oriente.

Suplemento

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 582
21 de Fevereiro de 1985
Suplemento n.º 146
Não pode ser vendido separadamente

As «especialidades» do Orçamento

Págs. 8/9

Sector empresarial do Estado

Vaga de fundo em defesa do interesse nacional

Págs. 2/3

A responsabilidade do jornalista na luta pela paz

Págs. 12/13

Assembleias das Organizações

Extractos das conclusões das Assembleias de Trás-os-Montes Barreiro e Funchal

Págs. 6/7

a Talhe de FOICE

Diga 33

Convocou-se conferência de Imprensa, levou-se o pessoal da Informação para sala convenientemente escolhida, apresentou-se-lhe a mesa ajaezada, florida e habitada a preceito. A presidir o secretário-geral do PS, a coadjuvar uma boa conchada da mais fresca nata soarista. Tudo a postos: microfones ligados, luzes a estrelejar fluorescências, canetas em riste, filme a zumbir nas bobines, a tensão a tomar conta da sala num alpinismo psicológico arrasante. O PS das fauis sabe fazer as coisas e em conferências de Imprensa é um ás. Dimensão de Estado — não há nervos que lhe resistam. Alguém tosse e não é do fumo, Mário Soares levanta-se e não é por acaso. Vai falar. Vai-se ouvir, enfim, o segredo mais bem prometido na Comunicação Social estatizada, nos últimos anos.

— Estamos aqui num acto simbólico para anunciar, com discrição, o que outros propagandeiam em campanhas ruidosas.

Os cinco milhões de portugueses que vêem televisão e os restantes que ouvem rádio e lêem jornais, abanaram discretamente a cabeça em sintonia irreprimível com o secretário-geral do PS. Tinha toda a razão: afora os comunistas e essa cambada das «masas laboriosas» que andam sempre com uma campanha qualquer (em geral ruidosa, mas felizmente pouco ouvida na TV) ninguém tinha incomodado a serena inflação nacional. E muito menos o PS, que nessas águas só pratica navegação discreto-submarina também conhecida por «vaga de fundo». Mas o Primeiro-Ministro, agora discretamente e apenas secretário-geral, já continuava:

— O Partido Socialista é hoje, na sociedade portuguesa, um referencial de estabilidade democrática.

De novo os jornalistas — e através deles, discretamente, o País — se agitaram em crispação nervosa. O segredo não estava ali, evidentemente: aquela do «PS referencial» tinha barbas e até já servira tantas preposições, que era impossível esperar novidades nessa área (referencial **de** verdade, **de** liberdade, **de** unidade, **de** estabilidade, **de** sociedade, **de** verticalidade **de** democraticidade, **de** globalidade, **de** tranquilidade, **de** fraternidade, **de** igualdade e de tudo o que em português termine em **dade** — à excepção, talvez, de **saudade**, por excesso de fadistice ou mesmo apenas de **de**). Portanto impunha-se continuar a ouvir. E a esperar, o que é uma grande virtude como se sabe.

— O PS tem um projecto *claro* e uma base ideológica também *clara.*

Com esta, reconheçamos, o secretário-geral do PS conseguiu um inequívoco «frisson», a vibrar em duas grandes direcções: uma (mais sensível a certo chauvinismozito pêésse) desconfiando que o secretário-geral do Partido Socialista estava contaminado, no seu discurso, pelo pitoresco da clareza motapintista, outra atónita por ouvir, assim sem mais nem menos, que o PS de Mário Soares tinha «uma base ideológica». A expectativa trepou uma data de galhos, se galhos ainda havia naquela floresta de ansiedade.

— O socialismo democrático.

O socialismo democrático?!... Legítima estupefacção e algum desapontamento. Aquela, além de velha, tinha o inconveniente de sofrer de excesso cabalístico, era uma violência para as meninges de qualquer País — quanto mais do nosso, que nestas coisas é pão pão queijo queijo! Mas Mário Soares estava bem consciente disso, como não podia deixar de ser num «faro» político de tão reconhecido «peedegree». Por isso flectiu com rapidez:

— É um acto simbólico de confiança no PS e de esperança na democracia portuguesa!

Era agora. Percebia-se pelo tom apolcgético, o tão familiar indicador em riste, o inconfundível erguer de queixo que nivelava por baixo, amalgamadas, qualquer dúvida e toda a convicção. A sala fremiu, o País especou-se, Mário Soares sorriu, usando generosamente os vastos recursos faciais com que tanta vez já seduziu o País.

— TENHO O PRAZER DE VOS ANUNCIAR 33 NOVAS ADESÕES AO PS!!!

O silêncio congelou a sala e o País.

— ... Trinta e três quadros!

Ninguém dizia nada.

— ... é um acto de confiança no partido!

Nem uma mosca bulia.

— ... De esperança na democracia portuguesa!

Então um leve murmúrio começou a ganhar consistência na sala. Chiaram algumas cadeiras. Tosses discretas manifestaram aqui e ali, até que uma voz lá para o fundo perguntou a meio-tom a alguém ao lado:

— O que é que ele disse?!

— Disse trinta-e-três...

■ ***H. C.***

Sector empresarial do Estado

Vaga de fundo em defesa do interesse nacional

Interesses imediatos e interesses nacionais convergem na luta em defesa das nacionalizações.

No outro lado da trincheira, como se viu na quinta-feira passada frente à Assembleia da República, estão também representados interesses imediatos – a grande diferença é que estes últimos não são nacionais.

O Orçamento de Estado e a quantificação, por assim dizer, dos riscos e ameaças que veicula contra o sector público da economia levaram uma delegação da assembleia das ORT's (organizações representativas dos trabalhadores) do SEE (sector empresarial do Estado) a reunirem-se aos milhares de trabalhadores na concentração que naquele dia decorreu junto à Assembleia da República, onde continuava em agenda a discussão na especialidade do Orçamento de Estado.

Esta acção, conjugada com outras em vários pontos do País, na perspectiva do crescendo da luta de massas, convergindo para uma vasta acção em Março já aprovada em plenário nacional pela CGTP-IN, propõe-se alcançar uma série de objectivos onde, para além da matéria específica, avulta a exigência comum de um novo Governo e de outra política que não ataquem – e sirvam – os interesses nacionais.

O conjunto de acções de massas já realizadas ou anunciadas para breve, com a incentivação, apoio e participação da CGTP-IN, seguem-se a várias arremetidas do Governo PS/PSD contra o sector empresarial do Estado – algumas delas recentes, como seja a propagandeada receita contida no «Livro Branco» (que os trabalhadores acham «negro») da autoria de Veiga Simão, ministro da Indústria e Energia, que tutela 18 das maiores empresas do SEE.

Dos 500 milhões a maioria são dívidas dos Governos ao SEE

Recorde-se que dos 500 milhões de contos que Veiga Simão reclama do OE para «recuperar» — desmembrando-as e entregando as partes rentáveis à privada — as 18 empresas do âmbito da sua tutela, incluindo a **EDP, Petrogal, Quimigal, Lisnave, Setenave, Complexo de Sines,** entre outras, 280 milhões (se os vir; ou melhor, se as empresas os virem?) destinam-se a pagar dívidas acumuladas por parte dos Executivos às empresas do SEE.

Conforme a CGTP-IN divulgou em 31 do mês passado, ao analisar pela primeira vez as propostas do Ministério da Indústria, contidas no «Livro Branco», desses mesmos 500 milhões 130 destinam-se a compensar «investimentos mal feitos», mas que, embora este Governo não o admita, são da exclusiva responsabilidade executiva, compartilhada por governos e respectivas maiorias legislativas e partidos que formaram Gabinete desde 1976/77.

Ainda dessa verba de 500 milhões de contos, apenas 90 milhões seriam para capital de empresas públicas.

Da análise feita pela Inter ao «Livro

Branco» e das intervenções públicas entretanto produzidas por alguns dos seus dirigentes nacionais, incluindo as da quinta-feira passada, na reunião nacional das ORTs do SEE em Lisboa e junto da Assembleia da República, ressalta a conclusão unânime de que aquela verba de 500 milhões de contos, aparentemente substancial, além de estar longe de constituir qualquer interesse especial do Governo na salvação do SEE, representa **«prejuízos causados pelo Governo ao sector público».**

Por outro lado, é preciso ter em conta que 80 por cento do financiamento das empresas públicas (EPs), considerando globalmente todo o SEE, tem sido feito no mercado externo (5 milhões de contos), numa situação evidentemente desvantajosa em relação às empresas privadas, que se financiam em quase 98 por cento no mercado interno.

O SEE suporta a grande maioria da dívida externa

Grande parte da dívida externa a curto prazo (6 meses) cabe a empresas como a **Petrogal**, a **EPAC**, **IAPO** e **AGA**, ligadas, como se sabe, à importação de ramas e ao comércio de cereais e oleaginosas. Todas são importantes empresas do SEE, geridas por gente da confiança deste Governo e ameaçadas todas elas, juntamente com a **Quimigal**, de desanexações ou mesmo de entrega pura e simples à exploração do grande capital financeiro... privado.

De resto, quando se fala de dívida externa e da parte que nessa dívida cabe ao SEE, já se sabe quem mexe nesses dinheiros. Ninguém acredita que o recurso ao crédito externo, nas suas formas mais lesivas do interesse nacional, resulte simplesmente de erros crassos na salvaguarda específica dos bons resultados económico-financeiros das empresas em causa. Trata-se, ao contrário, de opções ao mais alto nível, que favorecem o grande capital imperialista em prejuízo da economia portuguesa e em benefício imediato dos que se preparam — ou já são — os «herdeiros» dos «maus negócios» efectuados pelas empresas nacionalizadas.

Um outro indicador fidedigno da política seguida para a destruição a curto prazo das EP's e de todo o SEE, como motor da economia portuguesa, é o facto de nos 24,2 por cento de crédito externo a que recorre toda a economia portuguesa 43 por cento desse total pertencer às empresas públicas não financeiras, isto é, excluindo a banca e outras empresas dedicadas aos seguros e ao crédito.

É possível parar esta investida

O mecanismo dos salários em atraso, que em vários casos parece inventado para facilitar ainda mais o «reordenamento» do SEE e levar trabalhadores a despedir-se com perda de regalias contratuais e grande risco de não voltarem a conseguir empregar-se, insere-ne na investida geral desta política e do actual Governo contra o SEE e a parte mais substancial do emprego, dos postos de trabalho, da riqueza nacional. Registe-se que numa sondagem recente, citada pela CGTP-IN, quando da primeira análise pública do «Livro Branco» de Veiga Simão, 88 por cento dos portugueses são a favor do sector público e nacionalizado da economia, como está preceituado na Constituição e nas leis democráticas em vigor. Registe-se também que grande parte das acções de luta no ano passado tiveram por base a defesa do SEE e o normal funcionamento de grandes unidades de produção que o Governo ataca sistematicamente, como parte integrante da política que faz.

O movimento sindical unitário e as forças democráticas empenhadas na mudança têm conseguido bons resultados nas diversas formas de luta adoptadas nas situações concretas que se apresentam caso a caso em empresas e sectores.

E assim vão continuar contra a alienação do património de empresas públicas, nacionalizadas e participadas; contra a sua extinção (como no caso mais recente da CTM e CNN); contra a entrega do SEE ao controlo, ou mesmo ao domínio, do grande capital nacional e estrangeiro; pelo pagamento das dívidas do Estado e pelo reforço das verbas orçamentais para as empresas públicas.

E **citando a Inter**, a luta prosseguirá:

«Pelo desbloqueamento e apoio aos grandes projectos de produção nacional (plano siderúrgico, Alqueva, frota mercante, metalurgia do cobre, etc.); defesa dos postos de trabalho e pagamentos dos salários em atraso; entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores; pela manutenção das regalias e prémios de produtividade e assiduidade»; e, finalmente, «por uma informação isenta e objectiva sobre o SEE, nos órgãos de comunicação social, em especial nos do Estado»; pois se considera parcial e facciosa muita da informação produzida, escamoteando o alvo principal das lutas do movimento sindical e dos trabalhadores. ■

O feitiço a favor do feiticeiro

Em tudo o que seja sítio público e susceptível de ter voz, os responsáveis pelo sector empresarial do Estado pretendem apresentar as desnacionalizações e reprivatizações ilegais como simples actos administrativos – até como rigorosas gestões, e sensatas – para as quais o Governo disporia de uma legitimidade incontestável, mais o quanto baste de apoio para continuar por esse caminho até à consumação final. Nítido exemplo dessa campanha são as distorsões, meias verdades, falsidades e inexactidões deliberadas que os órgãos estatatizados (ou apensos) da comunicação social manuseiam com o à-vontade próprio de quem utiliza indevidamente os meios de comunicação de massas, pagos pelos dinheiros públicos, para o desenvolvimento de campanhas estritamente partidárias no interesse exclusivo do grande capital financeiro e especulador.

O sítio público predilecto para essas campanhas é naturalmente a RTP. Manifesto é que aí a voz engrossa e chega longe. Assim, ninguém duvidará que a televisão tenha o privilégio de chamar a si o grosso da coluna manipulando-a da opinião, engordando todos os dias o bicho da ignorância, do confusionismo como doutrina e padrão para avaliar dos factos que se relacionam directamente, neste caso, como o motor da economia nacional.

É sabido que parte substancial das lutas operárias e de massas, do movimento sindical unitário e das forças democráticas, que não olham para as formações económicas constitucionais como para um monstro a abater, têm defendido as nacionalizações e o sector empresarial do Estado, que engloba o seu conjunto, com a máxima determinação.

Como os partidários incondicionais da entrega ao grande capital financeiro usam manifestamente os únicos argumentos que interessam a essa formação económica, fácil lhes surge a maneira de escamotear todos os factos que destroem pela base a pretensão principal em que fundamentam, com grave abuso até da própria lógica, as posteriores justificações tecnocráticas para as verdadeiras extorsões que se têm verificado, desde que a recuperação acelerada do sistema capitalista anterior ao 25 de Abril se tem vindo a desenvolver no nosso País.

Aquilo que hoje é apresentado na televisão, e por aí noutros meios de comunicação que de social só têm o nome, como investimentos errados e até ruinosos em empresas públicas, nacionalizadas e participadas – naquilo que se designa no seu conjunto por sector empresarial do Estado (SEE) – pode considerar-se como artes de feitiço em favor do feiticeiro. E o feiticeiro é o mesmo – só que tem engordado – a partir de 1976.

Martelam-nos os ouvidos com o *slogan* estafado, segundo o qual as nacionalizações são «o cancro da economia». Durante anos consecutivos, não houve gestor público que não fosse da estrita confiança dos governos, dos ministérios das várias tutelas e dos partidos que ocuparam os governos desde a entrada em vigor da Constituição. Em vários tons e feitios pretendeu-se durante oito anos confundir as nacionalizações com «colectivização» da economia, ergueram-se as mais absurdas teses liberalizantes, fez-se do lucro privado – principalmente o superlucro – uma espécie de deus que tudo move. Mas o que se verifica, apesar de todas as campanhas ilusionistas, é que os gestores ditos públicos e como tal legalmente instalados, com a autonomia que os estatutos lhes conferem, talvez com excepções mínimas que só confirmam a regra, actuaram como mandatários de uma política determinada para destruir o sector empresarial do Estado.

Pode o SEE continuar com esse nome ou com outro que queira dizer a mesma coisa, pode a Constituição manter as divisões que mantém hoje entre as três formações económicas do regime, podem funcionar ou não os mecanismos institucionalizados para a defesa do SEE; enquanto não houver quem aplique na prática a política que interessa às funções nacionais do SEE e dos seus trabalhadores, não haverá margem que valha entre gestores de grandes empresas públicas e de grandes empresas privadas. Eles estarão à vontade tanto numas como nas outras, fazendo naturalmente pela vida, com a sem cerimónia e as facilidades que governos como este lhes conferem facilmente.

Diz o Governo, pela voz dos seus mentores mais autorizados no sector público e nacionalizado da economia, que não é culpado dos erros dos outros: não havendo agora hipótese de corrigi-los sem extinções, desmembramentos e outras entregas de mão-beijada ao grande capital privado.

Veja-se o que os trabalhadores sem salários, as suas organizações sindicais, as suas forças representativas em empresas e sectores dizem sobre isso há muitos anos. Na quinta-feira passada decorreu em Lisboa mais uma das numerosas iniciativas em defesa das nacionalizações e de tudo o que elas continuam a significar para os trabalhadores e para a economia nacional.

Ouçam todos os que têm ouvidos honestos e bom senso suficiente, lendo o que se aqui se relata a propósito dessa iniciativa das ORT's do SEE, e das lutas correspondentes, aquilo que a propaganda oficial dos ministérios tutelares e do Governo, via TV, oficiosamente esconde. ■

Movimento Sindical

Intensificação das lutas

O Plenário Nacional de Sindicatos, efectuado na passada sexta-feira pela CGTP-IN em Lisboa, marcou para o próximo dia 16 de Março uma «grande jornada nacional de luta». Na iniciativa participará todo o movimento sindical unitário. A forma de acção destina-se a intensificar a luta de massas e abrangerá todo o País. Segundo documento aprovado no Plenário, a forma de luta incluirá «grandes concentrações, manifestações e desfiles em todos os distritos». Os objectivos são: «Defender os interesses imediatos dos trabalhadores; pôr termo à ofensiva contra as conquistas de Abril; em defesa das liberdades, do regime democrático e da independência nacional; pela demissão do Governo PS/PSD». Um dia antes do plenário nacional, uma concentração reunia muitos milhares de trabalhadores em frente à Assembleia da República (ver este **Suplemento**) com boa participação dos trabalhadores da Função Pública e dos outros sectores mais afectados pela política da coligação.

Dia 26: Concentração contra aumento das rendas de casa

16 de Março: Grande Jornada Nacional

Nas conclusões do Plenário Nacional, aberto à participação de todos os sindicatos e organizações sindicais (filiadas ou não na CGTP-IN) a recente «remodelação» governamental é repudiada como um «ridículo estratagema, que revela a mais desesperada tentativa de sobrevivência da coligação e o seu apego ao poder, mas que em nada alterará (...) a natureza do Governo».

Contra os aumentos das rendas de casa: manifestação dia 26

A anunciada manifestação contra os aumentos das rendas de casa, projectados por este Governo, foi apoiada pelo Plenário Nacional de Sindicatos que fez um apelo à participação em massa naquela forma de luta em frente à Assembleia da República. O Plenário decidiu ainda «mobilizar o movimento sindical para as iniciativas comemorativas do **8 de Março, Dia da Mulher**, destacando-se neste campo a «grande jornada nacional de luta», marcada para 16 do mês que vem.

«Impedir o funcionamento das instituições democráticas» é um dos objectivos da «remodelação» governamental, afirma entretanto a resolução final aprovada no Plenário. Essas instituições são aquelas que «podem accionar os mecanismos de demissão do Governo, de dissolução da Assembleia da República e de convocação de eleições legislativas antecipadas».

Segundo o Plenário Nacional de Sindicatos, a mesma «remodelação» destina-se a «imprimir uma dinâmica mais acelerada ao processo de contra-revolução, com vista a destruir as transformações democráticas alcançadas a partir do 25 de Abril».

Lutas no Norte

Entretanto, no Norte do País, marchas da fome, cortes de estrada, greves, impedimentos de saída de produtos acabados constituem formas de luta pelo direito aos salários. Em finais de Janeiro, como noticiámos oportunamente, depois de uma marcha de 30 quilómetros a pé, perante a tenacidade demonstrada pelos trabalhadores, as administrações da **Sundlete**, da **Equimetal** e **Mondego** acabaram também por pagar remunerações em atraso e por se sentarem à mesa para negociações com os representantes dos trabalhadores.

Na **Sundlete**, a administração comunicou por circular que não havia dinheiro para os salários de Janeiro. Os trabalhadores, que já em Dezembro tinham paralisado para receber os salários, decidiram em plenário, onde praticamente estavam todos, uma nova paralisação até que os salários de Janeiro fossem pagos. Ao fim de quatro horas de greve, a administração pagava os salários na totalidade e dispunha-se a negociar o pagamento de outras remunerações em atraso.

Na Equimetal, onde os trabalhadores lutam há meses e a laboração está praticamente parada, os trabalhadores optaram por novas formas de luta, designadamente o impedimento da saída de obra acabada. Assim, a administração foi pagando 50 por cento de Outubro, depois mais 10 contos referentes ao mesmo mês, e recentemente acabou por liquidar por inteiro o mês de Novembro. Vários trabalhadores da **Equimetal**, que tinham aceite a proposta de rescisão dos contratos, acabaram por retirar o pedido, continuando a luta.

Na **Mondego**, empresa dos Mellos, a administração informou, por sua vez, que não havia dinheiro para pagar os salários de Janeiro. A decisão dos trabalhadores foi imediata: parar e obrigar o Mello a negociar. Ao fim de algum tempo, este propôs-se pagar 40 por cento dos salários. Mas acabou por ceder, dizendo que pagava 14 500 escudos (cerca de 80 por cento do salário de um operário têxtil). Entretanto, mantendo a paralisação a 10 por cento em todos os sectores, os trabalhadores reunidos em plenário decidiram continuar a greve até recolherem o dinheiro acordado e até ser marcado um dia para o pagamento do restante. Novamente, a unidade e a determinação dos trabalhadores lhes deu a vitória: o Mello pagou logo os 14 500 escudos, comprometendo-se a pagar o restante até ao passado dia 12.

A luta resulta e, em situações destas, só a unidade e a resistência aos objectivos do Governo e do «seu» patronato podem vencer. ■

As verbas consignadas para os S. Sociais Universitários no Orçamento de Estado

Uma fraude bem à altura da política PS/PSD

Aumentos dos preços das refeições nas cantinas e também das propinas, além da não actualização das bolsas, estão nos planos do recauchutado Governo PS/PSD, já sem Seabra. «Que os estudantes paguem os serviços destinados aos estudantes» parece ser a filosofia do Governo neste Ano Internacional da Juventude...

Há muitas maneiras de comemorar o Ano Internacional da Juventude. A do Governo português, agora já sem Seabra, é das mais «sensacionais». Ao mesmo tempo que o Primeiro-Ministro lançava meia dúzia de palavras carregadas de demagogia bem soarista («há que despartidarizar...»), nos bastidores iam-se preparando uns golpes fundos no sector da Educação, com José Augusto Seabra a dizer que «sim senhor», com a cabeça. Feitas as contas, a fatia do OE para o ensino e a educação é a mais delgadinha dos últimos 10 anos — apenas **9,28** por cento. Brevemente, as consequências estarão à vista. As insuficiências vão continuar a agravar-se. Os equipamentos e as estruturas vão acelerar o seu processo de degradação. As condições nos estabelecimentos escolares vão piorar ainda mais. Tudo o que diz respeito ao ensino terá um sinal cada vez mais negativo. Por hoje, aqui deixamos apenas um exemplo entre mil possíveis: os reflexos desse orçamento de miséria nos serviços sociais universitários.

Como salientava há dias o Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior (DCES) da Juventude Comunista Portuguesa, o que está em perspectiva desde já é «uma enorme fraude» quanto às verbas consignadas para os serviços sociais universitários, sector responsável por uma acção de apoio aos estudantes — na alimentação, nos subsídios financeiros, nas propinas, nas residências, etc.

Vão aumentar os preços nas cantinas?

E já que falámos de miséria — uma constante da política PS/PSD em tudo o que diz respeito à vida dos portugueses — atente-se neste expressivo exemplo: o Orçamento de Estado concede apenas **322 932** contos para o pagamento de bolsas de estudo, ou seja **17,5 por cento** do valor total previsível numa portaria (suspensa em Novembro) dedicada a essa rubrica, que estipulava cerca de **1850** mil contos para as bolsas.

Trata-se de um «buraco» de grandes dimensões, que vem dar novo e substancial agravamento (ou será asfixia?) à contabilidade dos serviços sociais universitários, já de si mergulhados em sucessivos défices.

Como irá o Governo tentar disfarçar aquele «buraco»? Pelo que se conhece da sua prática, a «solução» milagrosa acaba por bater sempre à mesma porta. A dos aumentos de bens e serviços essenciais. Neste caso, tudo aponta para o aumento, talvez nos próximos dias, do preço das refeições nas cantinas, um dos pontos inseridos no «protocolo» governamental PS/PSD.

... E a seguir: as propinas!

Mas nem só de aumentos nas cantinas vive esta política de miséria apadrinhada por José Augusto Seabra do primeiro ao último minuto em que se empoleirou na pasta da Educação, à sombra de Mota Pinto.

Nos horizontes do recauchutado Governo PS/PSD está também o aumento do preço das propinas e, possivelmente, uma completa estagnação do sistema de bolsas a atribuir aos estudantes que delas necessitam para prosseguirem os seus estudos.

Estagnação essa que poderá incluir desde o **não** aumento dos montantes das bolsas até à **não** actualização das capitações, ou seja, **não** abrir a possibilidade de acesso às bolsas a mais estudantes carenciados que ainda não usufruem dessa ajuda social contemplada na lei.

Ainda antes da sua saída do Ministério, numa reunião com a Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República, José Augusto Seabra não foi capaz de desmentir aqueles planos governamentais.

Uma Universidade desarticulada, com graves problemas de estruturas, de equipamento e de meios humanos, uma Universidade repleta de problemas e de obstáculos colocados por uma política de desastre, que não tem o mínimo elementar de respeito pela importância que o Ensino Superior poderá desempenhar no futuro quadro da sociedade portuguesa, uma Universidade que carrega já este fardo terá ainda de suportar esta política de miséria levada aos últimos extremos? Aguardemos mais uns dias.

Entretanto, como sublinha a nota da DCES da JCP divulgada no passado dia 12, «esta situação que o Governo pretende fazer passar despercebida, com o silêncio e conivência dos dirigentes associativos enfeudados à sua política, exige dos estudantes universitários um firme repúdio e acentua a urgência e a necessidade de congregar esforços para uma completa inversão desta política para a Universidade e para o ensino, e uma profunda viragem da vida política que coloca a tarefa prioritária da demissão do antiestudantil e antinacional Governo PS/PSD».

Agora, que as actividades lectivas vão recomeçar, após breve período de férias do Carnaval, estamos certos que a luta estudantil não hesitará.

■ *J.P.O.*

Uma força política atenta às realidades (6)

Com que política se podem resolver os graves problemas de **Trás-os-Montes** e **Alto Douro?** Porque é que a economia na **Madeira** se afunda cada vez mais? Quais os reflexos desta situação no concelho do Funchal? E quanto a saneamento básico, como está essa parcela da Região Autónoma da Madeira? Voltando ao continente, como vivem os sectores das fibras químicas (Fisipe), da metalomecânica pesada e ligeira no concelho do **Barreiro?**

As respostas a todas estas questões estão incluídas nos breves apontamentos que a Redacção do «Avante!» seleccionou e adaptou a partir da vasta documentação produzida pelas Assembleias do Partido realizadas em Vila Real (1.ª Assembleia da ORT), Funchal (1.ª Assembleia da Organização Concelhia) e Barreiro (3.ª Assembleia da Organização Concelhia).

Não se trata de uma exposição exaustiva dos problemas focados. O que aqui deixamos são apenas passagens breves extraídas de um conjunto de conclusões muito mais vasto e profundo, conseguido pelo empenhamento vivo dos comunistas no estudo, na análise e na reflexão dos problemas que afectam o País e as localidades, no quadro de uma acção responsável e patriótica, que demonstra a ligação das organizações do Partido à realidade e às aspirações populares. Vale a pena conhecer as posições e a análise do PCP!

Trás-os-Montes e Alto Douro: o futuro é possível

Trás-os-Montes e Alto Douro

Os princípios gerais de uma política certa para a região

Os problemas de Trás-os-Montes e Alto Douro, bem como a crise nacional, resolvem-se no quadro de uma política nacional assente no respeito pela Constituição da República e pela legalidade; na consolidação de todas as conquistas democráticas; na mobilização dos recursos do País; na mobilização e empenho dos trabalhadores; na defesa firme e intransigente da independência nacional.

O desenvolvimento plurifacetado, económico, social, cultural e político de Trás-os-Montes e Alto Douro, ultrapassando as noções do simples «crescimento económico», é necessário e é possível no respeito e cumprimento da Constituição da República Portuguesa, de que realçamos, pela sua importância para os problemas regionais, os seguintes princípios políticos e institucionais:

Os princípios das Liberdades, Direitos e Garantias de todos os cidadãos, incluindo o direito de participar pessoalmente ou por acção dos corpos sociais em que se integram — sindicatos, associações de agricultores, de comerciantes, clubes, colectividades, etc. — na vida económica, social e política da região e do País.

Os princípios da subordinação do poder económico ao poder político, a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos e recursos naturais, o desenvolvimento da propriedade social, a intervenção democrática dos trabalhadores e a planificação democrática da economia nos seus diversos níveis — sectorial e global, regional e nacional.

O princípio de irreversibilidade das nacionalizações e do respeito pelas restantes estruturas socioeconómicas, base fundamental para uma efectiva intervenção do Estado no funcionamento da economia nacional ao serviço do Povo português.

Os princípios que garantem um Poder Local — freguesias e municípios — forte, interdependente e democrático, com uma larga autonomia financeira, passo decisivo para a resolução dos problemas regionais.

O princípio da criação de um 3.º nível autárquico — a REGIÃO — com órgãos, executivo e consultivo próprios, resultando da descentralização do poder político central.

Os princípios que referem expressamente a correcção das assimetrias regionais e uma justa distribuição individual e regional do produto nacional.

•

O desenvolvimento da região deve estar voltado para o conjunto da sua população, em especial, dos que mais sofreram e sofrem na pele, as consequências do fascismo e da política de recuperação capitalista: os trabalhadores das fábricas, das oficinas, dos campos, dos escritórios e repartições públicas, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os jovens, as mulheres e as crianças. Os que, de Barroso à Vilariça, da Terra Fria ao Douro, do Basto ao Planalto Mirandês, vivem e trabalham duramente. **É para estes e com estes, que o desenvolvimento regional será feito:**

O desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro é inseparável da resolução dos problemas do resto do País. A luta e os problemas dos operários mineiros de Jales ou da Borralha, dos trabalhadores durienses, dos pequenos e médios agricultores do Alto Tâmega ou dos Vitivinicultores de Freixo-de-Espada-à-Cinta, integram-se na luta da classe operária e de toda a população laboriosa portuguesa, por uma vida melhor.

Os inimigos dos transmontanos e durienses são os mesmos de todo o Povo português. São os grandes capitalistas, os antigos monopolistas e latifundiários, os grandes intermediários e comerciantes, todos os que vivem da exploração do nosso povo.

São vozes inimigas do desenvolvimento regional, as que pretendem opor e confrontar a luta por melhores salários, dos trabalhadores da Quimigal ou da Siderurgia, com as dificuldades dos pequenos produtores agrícolas de Trás-os-Montes, as que pretendem fazer, da heróica luta dos trabalhadores alentejanos, uma luta dirigida contra os interesses do País e dos trabalhadores de outras regiões.

Há uma política de desenvolvimento, capaz de promover o aproveitamento das potencialidades humanas e materiais da região e o florescimento da sua vida económica, social e cultural. No respeito pelos princípios constitucionais, com os Planeamentos Central e Regional, com uma política de investimento e crédito virada para a «mobilização dos recursos, capacidades instaladas, energias produtivas e potencialidades do País», reforçando o papel do sector nacionalizado e o papel das indústrias básicas, saneando e melhorando os circuitos de distribuição, criando emprego, com uma política de salários e preços favorável a todas as camadas, trabalhadores, pequenos e médios agricultores, pequenos e médios comerciantes e industriais, com uma cooperação económica externa diversificada e sem discriminações.

(1.ª Assembleia da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP, Fevereiro de 1985).

O atraso das regiões do interior não é uma fatalidade. Há uma política de desenvolvimento capaz de promover o pleno uso das potencialidades humanas e materiais de Trás-os-Montes **e** Alto Douro.

•

Madeira: **os produtos agrícolas, pecuários e da pesca atingem preços incomportáveis; é grande a carência de habitações e as rendas de casa atingem valores escandalosos; agrava-se de forma alarmante o abastecimento público, com brutais aumentos no preço dos produtos alimentares e de outros bens de primeira necessidade.**

•

A Fisipe, a Equimetal, a Mompor e as pequenas empresas da metalomecânica ligeira do Barreiro — as características destas unidades económicas, os seus problemas e dificuldades, as condições fundamentais para o seu desenvolvimento.

• Que ninguém duvide: os comunistas conhecem os problemas, apontam soluções, vivem intensamente as aspirações populares, tanto no plano nacional como nas localidades e regiões

Zona comercial na capital madeirense

Concelho do Funchal

Uma caracterização geral da situação económica

Debrucemo-nos sobre a economia regional e os seus reflexos na cidade do Funchal.

A economia da Região Autónoma da Madeira continua a ter características profundamente distorcidas.

Na verdade, enquanto o sector terciário ou seja o turismo e demais serviços, apresenta-se empolado pois geram mais de metade do Produto Regional Bruto, os sectores primários e secundários ou seja, a agricultura, a pesca e a indústria, nos quais trabalham muito mais de metade da população, mostram-se atrofiados, pois contribuem com menos de metade para a formação desse Produto Bruto.

E se considerarmos outros indicadores socioeconómicos, tais como a grande pressão demográfica cujo único remédio tem sido a emigração, a alta taxa de analfabetismo, as técnicas rudimentares, a balança comercial grandemente deficitária, a estrondosa falta de cobertura financeira e o baixo nível de salários e de condições de vida da maioria da população, podemos afirmar, sem rebuços, que a situação económica madeirense, aponta para características de subdesenvolvimento, fragilidade e dependência.

Esta preocupante situação é consequência do modelo de desenvolvimento que o regime fascista adoptou para a Madeira, de forma a colocar a economia ao serviço dos grandes capitalistas e senhores.

Na realidade o fascismo apostou no turismo como única mola impulsionadora de todo o desenvolvimento económico regional. Daí que as actividades não directamente ligadas ao turismo, tais como a agricultura, a pesca e a indústria, tenham sido, praticamente, deixadas à estagnação e ao abandono, pese muito embora serem estes os sectores de que vive a maior parte das pessoas.

E começam a tornar-se perigosas e insuportáveis, quer para a economia, quer para o nível de vida da esmagadora maioria do povo madeirense, as consequências desta desastrosa política do PPD e do seu Governo Regional.

Os produtos agrícolas, pecuários e da pesca atingem preços incomportáveis, sendo que no Funchal e em toda a Madeira a inflação ameaça ultrapassar os 30%.

É grande a carência de habitações e as rendas das casas atingem valores escandalosos, pois preocupam-se, predominantemente, em construir apartamentos e hotéis de luxo para o turismo.

Agrava-se de forma alarmante o abastecimento ao público, o que determina um dramático aumento no preço dos produtos alimentares e de outros bens de primeira necessidade.

(1.ª Assembleia da Organização Concelhia do Funchal do PCP, Junho de 1984).

Saneamento básico

Apenas algumas palavras para um aspecto tão importante quanto o do saneamento básico.

Em consequência do desordenado alastramento da cidade de que já falámos, além de faltarem esgotos em vastas zonas da periferia, foram executadas ampliações da rede sem obediência a qualquer plano de conjunto e drenado, de forma chocante e irresponsável, todo o sistema para saídas de **esgoto** na baía do Funchal.

E o resultado tem sido uma gritante e gravíssima poluição das águas da orla marítima da cidade, que a continuar a este ritmo, acabará por pôr em perigo a saúde dos cidadãos e originará a debandada da corrente turística de que tanto necessitamos.

É assim urgente e vital esboçar planos de correcção do sistema de esgotos e através de centrais elevatórias, enviar todo o caudal para longe da orla marítima citadina, aproveitando parte dele para regadio, após adequada correcção e tratamento, tal como aliás já se vem fazendo por todo o mundo civilizado.

Em relação à recolha e tratamento do lixo, verificamos que fora da área da baixa citadina, a maior parte dos arruamentos, já de si com pavimentos degradados ou assentes sobre terra, constituem autênticas e poluídas lixeiras, sem que se vislumbre o desencadeamento de acções para pôr fim a tão lamentável estado de coisas.

Finalmente, quanto à água, é do conhecimento geral que ainda não chega a grande parte das zonas altas de S. Roque, Santo António e São Gonçalo. E o dramático é que tudo indica que a Câmara não está interessada em inverter este estado de coisas.

Na verdade, em Feverreiro de 1979, após lutas das populações de S. Roque e Santo António, com abaixo-assinados de mais de um milhar de assinaturas, nomeadamente nos Sítios do Galeão, Lombo do Jamboeiro e Lombo dos Aguiares, a Câmara anunciou que finalmente iria proceder à expropriação das águas Rocha Machado.

Só que até hoje ainda não o fez, e após vigorosas intervenções na Assembleia Municipal pelos eleitos da APU, os vereadores do PPD foram forçados a tirar a máscara e confessarem que não executariam essas expropriações, pois tinham optado pelas águas dos Tornos, que após a feitura das canalizações continuam, aliás, sem chegar às casas das pessoas.

Trata-se de mais um exemplo, entre muitos, de que os governantes do PPD preferem que milhares de pessoas continuem a padecer da falta de água, a tocar nos mesquinhos interesses e privilégios de Rocha Machado e quejandos.

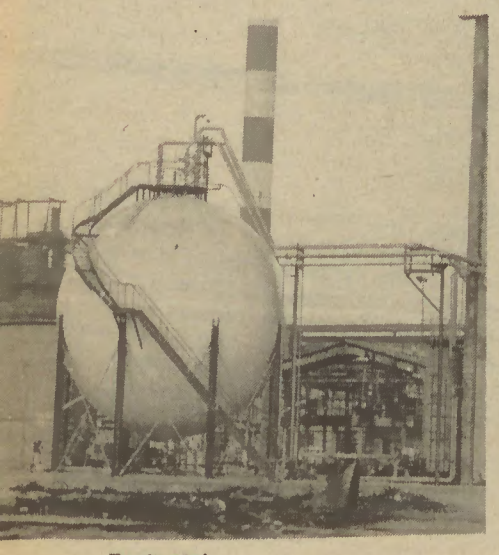
(1.ª Assembleia da Organização Concelhia do Funchal do PCP, Junho de 1984).

Concelho do Barreiro

Fibras químicas – a Fisipe

A Fisipe, empresa produtora de fibras acrílicas, situada no Lavradio, emprega 461 trabalhadores.

Participada pela Quimigal em cerca de 86% e sendo a restante parte do capital da transnacional japonesa Mitsubishi, orienta a sua actividade para o abastecimento do mercado nacional têxtil, ao qual consegue responder em cerca de 80% das suas actuais necessidades.



Equimetal

Da sua produção inicial de 12 mil t/ano, passou-se para as actuais 21 mil t/ano, fruto do aumento de capacidade verificado e em grande parte devido ao esforço dos trabalhadores.

Verifica-se que, paralelamente ao aumento de produção, corresponde uma redução significativa de efectivos (de 523 trabalhadores para 461) através de indemnizações, reformas antecipadas, etc., que incidiram fundamentalmente no sector da produção.

Se é um facto concreto a melhoria do volume total de vendas, também não deixa de ser verdade que a evolução positiva verificada na empresa se ficou a dever aos recentes aumentos de capital social realizados através da Quimigal (os quais não foram acompanhados pelos japoneses). Dos 250 mil contos em 76, passou-se para 1,6 milhões contos, factor determinante no desafogo financeiro actual, que permite à administração implementar algumas «benesses» sociais para os trabalhadores, a troco de regalias e privilégios por vezes escandalosos e imorais, para um restrito número de pessoas da sua confiança.

Importante será termos presente o papel desta empresa no contexto nacional, pelos montantes que paga à Banca nacionalizada (em 1984, 1,7 milhões de contos em juros). A administração tudo tem feito para que a ligação entre a Fisipe e a Quimigal se torne menos clara aos olhos dos trabalhadores. Mas esta ligação é uma realidade.

Sem ela não teria sido possível à Fisipe sair do «atoleiro» financeiro em que se encontrava há bem pouco tempo. Desta força, apontam-se como principais medidas:

- A não liberalização de importação de fibra do estrangeiro;
- A reorganização do sector têxtil nacional;
- O apoio a medidas financeiras para o sector, por parte do Governo;
- O desenvolvimento Fisipe/Quimigal, aprofundando a definição dos seus limites.

Metalomecânica pesada

A Metalomecânica Pesada é de fundamental importância para o desenvolvimento económico.

No concelho do Barreiro estão localizadas duas das maiores empresas deste sector: Equimetal e Mompor, ambas pertencentes ao Sector Empresarial do Estado e que, em consequência da política dos sucessivos Governos de direita empregam somente cerca de 1000 trabalhadores, quando já empregaram 2100.

A primeira fase da ofensiva governamental consistiu no endividamento acelerado, investimentos mal aproveitados, gestão incompetente, instabilidade no emprego e atraso no pagamento de salários.

A segunda fase manteve todas as características da primeira e agravou a situação com a suspensão total dos planos de desenvolvimento nacional.

Na fase actual das propostas de racionalização apresentadas pelo IPE, transparecem ideias e intenções muito claras: de despedimentos de centenas de trabalhadores, intromissão do capital financeiro internacional e encerramento das instalações fabris do Barreiro, transferindo-as para a Amora.

Para a sobrevivência e dinamização deste sector, é necessário travar e derrotar o actual Plano do Governo/IPE, dito de reordenamento da Metalomecânica Pesada, e fazer uma política que assegure nomeadamente:

- O aumento da taxa de crescimento da economia nacional (particularmente do sector siderúrgico, naval e indústria básica), contrariamente às imposições do FMI;
- Contratos de compensação com os países de expressão portuguesa;
- Apoio da banca nacionalizada;
- Adequada gestão financeira;
- Definição de uma política de pessoal que defenda os interesses dos trabalhadores e que assegure a sua motivação profissional;
- Aumento da competitividade comercial no mercado externo;
- Renovação da frota ferroviária com material circulante de fabrico nacional, pondo fim igualmente ao aluguer de vagões ao estrangeiro.

Metalomecânica ligeira

No que se refere à Metalomecânica Ligeira, a sua implantação no Barreiro assenta basicamente em cerca de 13 pequenas empresas, com aproximadamente 650 trabalhadores e de várias pequenas oficinas.

A situação de recessão que também se vive neste sector só poderá ser ultrapassada com uma política voltada para o investimento, para a substituição de importações pelo fabrico nacional, pela procura de novos mercados e por uma política de crédito que, inequivocamente, apoie as pequenas e médias empresas. É necessária uma política de desenvolvimento em vez da actual política de recessão.

(3.ª Assembleia da Organização Concelhia do Barreiro do PCP, Novembro de 1984).

As «especialidades» do Orçamento

Novidades na discussão do Orçamento tornado ao plenário depois de debatido na especialidade na Comissão de Economia Finanças e Plano? Nenhuma. Os traços gerais que podem classificar este documento são os mesmos. Eles revelam o desastre de uma política que é a deste Governo PS/PSD. Uma política «sem remendo possível», como afirmou Ilda Figueiredo, em declaração de voto sobre o relatório da Comissão.

O Orçamento apresentado na Assembleia da República é, em si próprio, aquilo que é: um aborto transformado em documento oficial. Mas mais do que isso, é também um instrumento do jogo político protagonizado por um Governo posto ao serviço dos privilegiados e exploradores contra os interesses da grande maioria da população

O facto, porém, de afirmar que este Orçamento não tem remendo, não quer dizer que não fosse susceptível de ser menos gravoso para os portugueses. E nesse sentido trabalharam os deputados comunistas. No entanto, a forma como se processaram os debates na comissão, que duraram mais de duas semanas, mostrou que não havia, por parte dos deputados da maioria, a intenção de aprofundá-los demasiado. E a própria atitude dos responsáveis governamentais — muitas vezes ausentes ou mudos ou ainda embrulhando-se nas «explicações» — não só não contribuiram para clarificar as opções do Governo como as procuraram esconder.

Por outro lado, como também a deputada do PCP assinalou, «a crise da coligação, os conflitos e jogadas dos partidos governamentais (instrumentalizando a Assembleia da República) projectaram-se nos trabalhos da Comissão. No corropio das votações sucederam-se as fugas às responsabilidades, as votações contraditórias, as promessas e as ameaças sem sequência, as negociações de bastidores...»

Obediência ao Governo

É que os deputados da maioria PS/PSD não estavam na realidade na Comissão para discutir na especialidade o Orçamento, como o não estavam no plenário, mas sim para o aprovarem, aceitando tudo o que o Governo queria. As posições tomadas pontualmente por este ou aquele deputado da maioria não passaram de fogo de vista, tal como não passaram de fogo de vista as críticas que fizeram:

«Face a este Orçamento», disse Ilda Figueiredo, «cujas maleitas e vícios reconheceram em plenário, os deputados do PS e do PSD adoptaram na especialidade a mesma atitude fundamental: "não se pode alterar o que o Governo propôs". Mas, à cautela, os deputados PS/PSD de cada região foram votar favoravelmente as propostas positivas do PCP logo rejeitadas pelos seus colegas. Os de Braga inviabilizaram as propostas relativas a Oliveira de Azemeis e os de Aveiro as propostas do PCP relativas a Lisboa, Portalegre, Algarve. Foi uma vergonha!».

E a deputada do PCP, continuando a citar os numerosos factos que evidenciaram a falta de rigor e de seriedade não só do Orçamento em si — apresentado com três meses de atraso — como também daqueles deputados governamentais que o debateram, caracterizou a «disposição» com que eles participaram nos trabalhos da Comissão:

«Os deputados da coligação PS/PSD rejeitaram tudo. Até as propostas que se limitavam a cativar verbas para garantir a execução de obras fundamentais e que não implicavam qualquer agravamento do défice, desde o Hospital do Patrocínio em Évora, até à defesa da Ria de Aveiro passando pela estrada de S. Pedro do Sul a Arouca.

«Em certos casos ficaram no ar promessas de futuro reforço de verbas como sucedeu quanto à Comissão da Condição Feminina cuja votação foi três vezes repetida para a coligação impedir um magro reforço de 10 mil contos. Outras vezes acenou-se com a esperança do recurso aos sacos azuis.»

Duas faces da moeda

Os sacos azuis, aliás, são bem visíveis neste Orçamento, por mais que a maioria ou o Governo o negue. Ilda Figueiredo afirmou mesmo que os debates na especialidade comprovaram a existência de um enorme volume deles, «ao serviço de objectivos claramente eleitoralistas, para distribuição discriminatória, se até lá durar o Governo». Os debates mostraram também que a moeda deste Orçamento tem duas faces comprovando-se «a insuficiência de verbas para atender a gritantes carências do povo e do país, embora tais verbas não faltem para as benesses orçamentais com que o PS e o PSD pretendem dar aos senhores do grande capital».

«Das votações realizadas pelo PS e pelo PSD», sublinhou a deputada, «resultam graves restrições em domínios como a educação e a saúde. Fica sem resposta o flagelo dos salários em atraso. Foram rejeitadas outras propostas do PCP que visavam objectivos tão importantes como diversos aproveitamentos hidroagrícolas no Alentejo, a resolução dos problemas relacionados com o saneamento básico do Algarve e a zona da Grande Lisboa, a regularização do Vale do Tejo, o abastecimento de água à cidade do Porto e zonas limitrofes».

Dando abundantes exemplos da falta de rigor, do atamancar de alterações e de rectificações somado ao atraso com que o OE foi apresentado, da utilização de um critério que não visa a resolução dos graves problemas do país mas pretende continuar a favorecer os detentores do grande capital — e isso verifica-se através dos exemplos de desoneração dos mais altos rendimentos e do agravamento fiscal dos mais baixos, das disposições que facilitam a criação e desenvolvimento da banca privada e a concentração capitalista —, o grupo parlamentar do PCP não deixou de se bater, tanto na Comissão como no plenário, por medidas menos gravosas.

Mas trata-se de um Orçamento sem remendo, «a mais cabal confirmação dos rumos de desastre a que a coligação vem amarrando o país» ■

O rigor

Importa assinalar finalmente que uma proposta orçamental que chegou à Assembleia da República com três meses de atraso foi objecto de sucessivas rectificações e alterações. A dotação provisional teve de ser reforçada em 8 milhões de contos. O Orçamento da Segurança Social teve de ser totalmente substituído à última hora. O mapa dos projectos plurianuais está neste momento a ser refeito por não obedecer à Lei. A distribulção de verbas pelas autarquias está largamente viciada por assentar em critérios sem critério nenhum.

Ilda Figueiredo, 13/2/85

Uma luva para Nabeiro

«A tal decreto só falta especificar que se destina a safar o industrial de Campo Maior, Manuel Rui Azinhais Nabeiro, correligionário de Mário Soares e presidente da Câmara Municipal local, da sua conhecida dívida ao fisco de mais de meio milhão de contos, relativa a direitos aduaneiros não pagos».
(Suplemento do «Avante!», de 14/2/85)

Excertos do diário das sessões (borrão), de quinta-feira passada:

O sr. Carlos Carvalhas (PCP): (...) Sr. Secretário de Estado, a minha questão vai no mesmo sentido da do Sr. Deputado Magalhães Mota — saber como se compatibiliza esta alínea *e)* com a decisão do Conselho de Ministros que facilita o pagamento de dívidas do fisco. Parece-nos haver aqui uma contradição: como é que isto se compatibiliza com a equidade e a justiça fiscal, em nome de que princípios, visto haver também outros pagamentos em atraso, nomeadamente no imposto complementar e outros?

O Sr. Secretário de Estado: (...) Quanto à segunda questão levantada — e responderia aos srs. Deputados Magalhães Mota e Carlos Carvalhas...

O Sr. Carlos Carvalhas: Dá-me licença, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas: O Governo calcula a quanto ascende esta «amnistia fiscal», como lhe chamou o Sr. Secretário de Estado e que, aliás, é um eufemismo interessante?

O Orador: Sr. Deputado, o problema aqui não é o cálculo da perda de receita para o Estado. Pelo contrário, estamos a procurar criar condições para que esta receita entre mais rapidamente nos cofres do Estado. As situações com que nos estávamos a deparar eram deste tipo: tínhamos de executar empresas...

O Sr. Carlos Carvalhas: Dá-me novamente licença?

O Orador: Faça o favor.

O Sr. Carlos Carvalhas: O Sr. Secretário de Estado sabe qual a taxa de juro que vigora no País? Se essas empresas vão pagar durante x anos sem juros isso representa quanto? Faça um pequeno cálculo – se foram 500 mil contos veja lá quanto isso dará! O cálculo é fácil de fazer.

(...)

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): (...) Quanto a outra das questões que tinha suscitado, penso que o facto de Se tratarem de problemas relacionados fundamentalmente com importações industriais corresponde, segundo esclarecimentos do Sr. Secretário de Estado do Orçamento, a uma ideia diferente daquela que eu próprio tinha formulado quando vi o comunicado do Conselho de Ministros. Como tal aguardarei pela publicação do diploma para depois me pronunciar.

O Sr. Presidente: Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas: Sr. Secretário de Estado do Orçamento, pelo que V. Exa. me disse, as dívidas por impostos aduaneiros — não se percebe por que não se aplica a outros impostos relativos ao período anterior a 30 de Junho de 1983 —, poderão ser pagas em prestações mensais sem juros.

Tudo isto para que a cobrança se possa fazer, como disse o Sr. Secretário de Estado, em nome de uma boa cobrança, em nome de um aumento das receitas — que grande argumento! — e em nome, por exemplo, da COSEC-EP, que presta garantias e que, quando as presta, não tem o cuidado de ver se há património real por detrás dessas garantias.

Depois, fá-lo com uma grande democracia! É que os pequenos, aqueles que não têm 150 contos para pagar mensalmente, são excluídos. Esta é a realidade.

Isto é um escândalo, porque há personalidades — grandes industriais, com um grande património — a quem isto lhes cabe por inteiro, lhes assenta como uma luva — até parece uma luva talhada directamente. É este escândalo que também há-de ser aqui elucidado.

E podemos dizer que, pela defesa que fez, o Sr. Secretário de Estado do Orçamento Alípio Dias tem responsabilidades nesse escândalos.

(...)

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento: (...) Em primeiro lugar quero dizer-lhe que este decreto-lei não tem «luvas» para ninguém, não assenta em ninguém, como o Sr. Deputado terá ocasião de ver. Pelo contrário, assenta em muitas pequenas e médias empresas, as quais estão também com graves dificuldades para pagar.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): 150 contos?!

O Orador: Ó Sr. Deputado, 150 contos numa empresa... Se uma empresa não tem possibilidades de pagar 150 contos...

O Sr. Deputado há-de compreender é que não se pode alongar os processos a ponto de tornar a burocracia impossível de subsistir. Procurou-se fazer um decreto-lei que, por um lado, tivesse em atenção as reais dificuldades das empresas, mas que, por outro lado, não criasse uma burocracia adicional, portanto insusceptível de ser dirigida pelo Ministério das Finanças e do Plano. Procurou-se encontrar uma bissectriz.

O que lhe posso garantir — e desafio-o a provar o contrário — é que isso não tem destinatário, nem é um fato feito por medida. Isso é que lhe garanto.

(...)

O Sr. Carlos Carvalhas: Sr. Secretário de Estado do Orçamento, quem tem e terá que dar explicações — é para isso que está aqui — é V. Exa.

Primeiro ponto: para os pequenos, até ao nível de eles terem de pagar 150 contos por mês, não se aplica. Mas é conhecido que há grandes industriais com esses débitos, a quem se vai aplicar esse decreto-lei.

Poderá dizer que ele não foi feito especialmente para estes, mas eles estão lá incluídos. Se não estão, então o Sr. Secretário de Estado deverá e irá aqui demonstrá-lo. Deveremos ter ocasião para isso.

Vozes do PCP: Muito bem! ■

Banca nacionalizada

Gestores e direcção sindical – instrumentos da política do Governo

O ultimar dos processos de criação de dois bancos privados, o Banco Português de Investimentos (EPI) e o Banco Comercial Português (CBP); o *agrément* e o impulso deste Governo àquelas iniciativas; as medidas aplicáveis, que são fáceis de encontrar no chamado Plano de Recuperação Financeira e Económica (PRFE); e a denúncia oportuna dos primeiros responsáveis pela colocação da banca nacionalizada e dos seus interesses gerais ao dispor da alta finança privada constituíram ultimamente motivos de intervenção pública e protesto da parte de várias organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores da BN, incluindo a organização dos Bancários de Lisboa (OBL) do PCP, que acusou o Governo de preparar **«a transferência do controlo da Banca para a iniciativa privada».**

A OBL, ao salientar a existência de alternativas para a política *entreguista* do Governo actual e dos interesses que serve no processo de «destruição do próprio regime democrático», aponta como «instrumentos da política do Governo» a **«generalidade dos gestores nomeados para a Banca»** (BN) e a **«direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas».**

A OBL, que se dirige a todos os trabalhadores bancários sobre «a situação no sector e as tarefas de momento», reafirma que a resposta adequada aos problemas do sector terá de incluir «a luta pela demissão do Governo PS/PSD».

Condições para o domínio de toda a Banca

A organização do Partido nos bancários de Lisboa (OBL) salienta que a política do actual Governo, com destaque manifesto para a equipa das Finanças e do Plano, não se destina apenas a facilitar a entrada da grande finança privada no sector; «visa preparar as melhores condições possíveis» para o acesso do grande capital privado **«aos próprios bancos nacionalizados, numa fase posterior».**

Destaca a OBL do PCP que «a transferência do controlo da Banca para a iniciativa privada» consta do próprio PRFE — documento de intenções que o Governo divulgou há alguns meses, inclusive através de uma ida do ministro das Finanças e do Plano à televisão — e segundo o qual:

- é permitido **«o acesso de capitais privados aos aumentos de capital da banca nacionalizada»**, abrindo-lhes desse modo o caminho para a respectiva gestão;
- autoriza-se a **«fusão e dissolução de bancos nacionalizados»;**
- **faculta-se a «transferência da coordenação do sistema do Banco de Portugal para uma outra entidade controlada pelo capital privado»;**
- altera-se a **«função fiscalizadora do sistema** (bancário), **com vista a transformar a Inspecção de Crédito numa entidade de fachada fiscalizadora».**

70 milhões de contos de bonificações em dívida à BN

Através do Executivo, o Estado deve à BN «cerca de 70 milhões de contos de bonificações». Sem especificar, a OBL acrescenta que, ao mesmo tempo, o Governo não se coíbe de «transferir anualmente grande parte dos lucros de exploração dos bancos para o OGE» (Orçamento de Estado). Responsabilizando a coligação PS/PSD pela «política de ruína nacional», na continuidade dos anteriores governos «AD», a OBL, que recorda «os acordos de autêntica capitulação firmados com o FMI», acusa o Governo actual de impedir «a formação de capitais próprios (na BN) a níveis adequados» e cita, entre outros, «o caso da obrigatoriedade de aceitação pela banca nacionalizada de títulos de indemnizações de baixa rentabilidade em pagamento de dívidas aos bancos».

Ainda sobre a situação criada pelo Governo à BN, a OBL acrescenta:

«Esta situação agravou-se ainda mais em meados do ano passado, quando o Governo determinou a redução das taxas de crédito sem alterar as taxas dos depósitos a prazo, o que veio a ter como consequência a redução da margem financeira de todos os bancos, com reflexos negativos nos seus resultados. Recentemente, chegou-se ao cúmulo de o Governo pretender obrigar a banca nacionalizada a pagar cheques sem cobertura».

Instrumentos da política do Governo

Sob o título em epígrafe, a OBL cita — como «dois importantes instrumentos» do Governo para levar a cabo «a transferência do controlo da Banca para a iniciativa privada» — em primeiro lugar «a generalidade dos gestores nomeados» para a BN, e seguidamente «a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas».

Depois de referir, quanto aos gestores, que «se trata de elementos comprometidos com o antigo capital monopolista — homens de confiança dos Mellos, Quinas, Champallimauds, etc. — que têm vindo a contribuir pela sua parte para toda esta estratégia, a OBL recorda que «são do domínio público os escândalos dos financiamentos à MDM **(Mello-Deutsch-Morgan)** e à SPI **(Sociedade Portuguesa de Investimentos)**, entre outros em que intervieram gestores que, pouco tempo depois, viram os seus serviços 'recompensados', alcandorando-se a importantes cargos nessas empresas» financeiras.

Como casos conhecidos, a OBL do PCP cita os de «José Guimarães, ex-gestor do Banco Fonsecas & Burnay (BFB) e actual presidente da M-D-M; de Francisco Veloso e Seruca Salgado, ex-gestores do BESCL (Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa), que transitaram para a administração da PSI agora elevada à categoria de banco; e também, como já é público, a saída do presidente do conselho de gestão do BPA (Banco Português do Atlântico), de apelido Jardim Gonçalves, para um outro banco privado», o Banco Comercial Português.

Postos de trabalho ameaçados na banca nacionalizada

Uma das 'ratoeiras' do *entreguismo* é a redução dos postos de trabalho. A passagem para a alta finança privada das funções mais lucrativas da banca provocará infalivelmente a redução dos quadros de pessoal na BN. Com uma direcção como a actual, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas já provou muito bem, nos últimos anos, que nesse como em outros campos estritamente sindicais, nada conseguirá fazer. Não porque não possa, mas porque não quer.

«Na realidade — afirma a OBL — sucessivamente mandatada, quer pelos Congressos, quer pelos Conselhos Gerais, para assumir a defesa do sector e a luta contra a sua abertura à iniciativa privada, **a direcção do Sindicato nada fez: não mobilizou a classe para a luta e mantém uma posição de silêncio cúmplice para com o Governo».**

Após uma referência justa à «nossa história recente» — pois esta «demonstrou que o domínio da economia pelos grandes grupos monopolistas não conduziu ao desenvolvimento, mas à intensificação da exploração e da repressão» exercidas sobre os trabalhadores — a OBL considera a má direcção actual do Sindicato dos Bancários dos Sul e Ilhas (SBSI) «tanto mais grave quanto é certo que neste momento não são apenas os postos de trabalho que se encontram em perigo». São as liberdades, e designadamente as liberdades sindicais, e o próprio regime democrático que correm sérios riscos na BN, pelo que a luta dos trabalhadores bancários passa também no presente pela substituição dos dirigentes do SBSI, que a OBL considera **cúmplices do Governo,** «por uma direcção comprometida unicamente com a defesa dos interesses dos trabalhadores, composta por trabalhadores honestos e dispostos a pôr ao serviço da classe a força e os meios de intervenção que a classe efectivamente possui».

■ **A.L.**

Alternativas

Não é de modo nenhum irrelevante o facto de, consecutivamente desde 1975/76, os trabalhadores e as suas organizações representativas na BN, com o alheamento quase total das direcções divisionistas (limitam-se estas quando muito a simples declarações de intenção, quando, por festas, fazem tímidos apelos aos governos para que mantenham a banca nacionalizada) o facto de as ORTs terem renovado e actualizado as suas **propostas de alternativas** para a política seguida na BN. Por isso se referem adiante os pontos propostos — novamente nesse campo, há quinze dias, pela Organização dos Bancários de Lisboa (OBL) do PCP:

- Os bancários tem vindo a reclamar que a **definição da política monetária** se baseie no planeamento económico; que tenha em conta as condicionantes internas e externas da economia; e que resulte das necessidades do País e da sua fase evolutiva, ao contrário do que tem acontecido, com o FMI a impor as suas orientações.
- Os bancários têm ainda reclamado uma política de contenção da subida das taxas de juro nominais e a sua progressiva diminuição; não de uma forma artificial, mas de uma forma segura resultante de um programa sério de **combate à inflação** — o que até agora não se verificou.
- Quanto à **política de crédito** ela deverá orientar-se prioritariamente para o apoio aos sectores básicos da produção, para a substituição de importações e incremento das exportações, devendo o crédito ser concedido directamente aos agentes económicos a apoiar — e não a intermediários.
- Medidas urgentes para combater a gravíssima situação do **crédito mal parado**; nomeadamente: reforço da acção fiscalizadora do Banco de Portugal; responsabilização dos conselhos de gestão; reforço da capacidade de actuação dos serviços de contencioso e outros de recuperação de dívidas; criação de uma **central de riscos** a funcionar no Banco de Portugal.
- Insistência em medidas já propostas: entre outras, abrangendo as áreas internacionais; a política de pessoal; a própria **reestruturação do sistema bancário nacionalizado**, não no sentido que o Governo pretende (a ser aplicado este iria determinar a perda de milhares de postos de trabalho), mas no sentido da cobertura total da área geográfica do País; a oferta de novos serviços; a gestão integrada dos riscos de crédito; a redução de custos nas áreas de compras de material e equipamentos diversos; a gestão integrada de instalações; formação; e segurança ■

CHILE

Pinochet com medo da CIA ou o feitiço contra o feiticeiro

As alterações democráticas registadas na América do Sul, onde as ditaduras militares têm vindo a cair umas após as outras, deixaram Pinochet e a ditadura no Chile na incómoda situação de «orgulhosamente sós».

O incremento da luta popular pelo retorno à democracia no Chile, que marcou o ano de 1984, avançou decisivamente no campo da unidade democrática retirando ao ditador quase por completo a sua base social de apoio.

Onze anos depois do golpe da CIA que derrubou o governo constitucional de Unidade Popular, assassinou o presidente Salvador Allende e mergulhou o Chile na longa noite fascista, os principais protagonistas destes acontecimentos estão preocupados.

Os Estados Unidos receiam que a luta de massas, com uma componente política que ameaça tornar-se mais e mais homogénea e uma componente militar insurreccional que embora restrita colhe apoios em variados sectores, possa conduzir a soluções radicais cujo controlo lhes escape por completo. O exemplo da Nicarágua e da revolta popular contra a dinastia somozista, em cujo desfecho nunca acreditaram, está por demais vivo para não ser tido em conta.

Augusto Pinochet, que acaba de remodelar o governo para se rodear de uma equipa cuja actuação pretende ainda mais dura, receia por seu turno vir a ser vítima dos interesses norte-americanos.

Pinochet sabe que a mudança da situação política internacional, e designadamente no Cone Sul, não o favorece. E sabe também, pela experiência de há onze anos, que a CIA não hesitará em o derrubar desde que isso corresponda aos interesses dos EUA. Pinochet parece mesmo convencido de que a conspiração dos seus ex-amigos da CIA contra ele já começou.

E provavelmente não se engana.

Quando as contestações ao regime subiram de tom, Washington procurou, sem sucesso, convencer o ditador a dialogar com a oposição mais moderada do regime. Frustrada essa tentativa, que permitiria uma solução de mudança na continuidade, nos meios próximos da administração Reagan começou a falar-se da necessidade de «reexame» da política norte-americana no Chile.

Cabe salientar que a recusa do ditador à insistência dos EUA (oficialmente expressa) para **um diálogo entre o governo e as forças democráticas para estabelecer consensos sobre o ordenado regresso à democracia no Chile,** se ficou a dever ao facto de que, com a degradação a que chegou a situação interna do país, não era viável encarar uma mudança com Pinochet. E se aos EUA isso não incomoda, o mesmo não dirá o próprio Pinochet.

As desconfianças do ditador acentuaram-se desde que decidiu implantar o estado de sítio, em 6 de Novembro do ano passado. Na altura, o Departamento de Estado manifestou sérias reservas de que a situação chilena justificasse tal medida extrema, ao mesmo tempo que advertia para que **a crescente violência e as medidas repressivas do governo reforçam a necessidade do diálogo.**

Pinochet não gostou. Como não gostou da visita de 17 parlamentares norte-americanos, no mês passado, que antes de abandonarem o Chile denunciaram em Santiago a violação dos direitos humanos por parte da ditadura militar e anunciaram a decisão de propor no congresso dos EUA a proibição de novos empréstimos àquele país enquanto permanecerem as actuais condições.

Na ocasião, o representante democrata, Robert Torricelli, disse que a sua visita havia confirmado as piores dúvidas: **O Chile é um país sem liberdade; em nome de uma luta contra a insurgência, todos os direitos humanos básicos estão a ser negados.**

O governo chileno respondeu a esta «intromissão» através do ministro do Interior, Sergio Onofre Jarpa, de forma elucidativa: **ninguém tem de aconselhar ninguém; as tácticas dos EUA contra o comunismo no mundo não foram muito eficazes, razão pela qual duvido que estejam em condições de dar conselhos a outros países.**

Que pretendem os EUA?

Acreditar que a mudança dos EUA em relação ao Chile se deve a qualquer súbito fervor democrático seria forte engano.

Conhecedores das desconfianças de Pinochet — um funcionário governamental afirmou a propósito que **os esforços da administração Reagan para promover a transição para a democracia no Chile foram afectados, em parte, porque o general Pinochet está certo de que a CIA conspira para derrubá-lo** — os EUA iniciaram o que se poderá designar por operação «charme».

Em Washington, o subsecretário de Estado Lowell Kilday afirmou que **a administração norte-americana não procura intervir minimamente nos assuntos internos do Chile,** pelo que Pinochet poderia dormir descansado.

As tentativas para recuperar a confiança do ditador passam pelo lamento público de que o general confunda com traição as boas intenções norte-americanas, cujo objectivo único seria **o de estimular** a passagem para a democracia.

A par desta campanha, porém, a administração Reagan toma medidas práticas para evitar (ou tentar) perder o controlo da situação. Assim, o embaixador dos EUA no Chile, James Theberge, que por acaso era o mesmo que se encontrava na Nicarágua antes da revolução sandinista, será substituído por Harry Barnes, diplomata de carreira.

O facto de Theberge não ter alertado a tempo o Departamento de Estado e de não ter sabido prever a vitória sandinista em 19 de Julho, não abona em seu favor. A possibilidade de vir a ocorrer no Chile algo de semelhante é um risco que os EUA não querem correr.

Por outro lado, ao novo embaixador cumprirá reconquistar a confiança de Pinochet, e ao mesmo tempo a dos partidos burgueses hoje perigosamente próximos das forças democráticas mais consequentes.

A mudança por que se luta no Chile não é de forma alguma a mesma que as circunstâncias forçam a administração Reagan a procurar. E não é certamente por acaso que os EUA desencadeiam agora uma nova fase da sua intervenção nos assuntos internos chilenos. As grandes acções de massas anunciadas pela oposição para os próximos meses fizeram aumentar os receios norte-americanos.

Na América Central, pese embora todos os perigos, os EUA continuam incapazes de vencer a luta heróica dos patriotas salvadorenhos, de impor a sua política à Nicarágua Sandinista. No Brasil, um candidato da oposição vai assumir a presidência, ao fim de mais de duas décadas de governos militares. No Uruguai, a ditadura militar retira-se de cena, derrotada pela luta de massas e pela sua própria incapacidade. Na Argentina, na Bolívia, por todo o continente, em suma, as forças democráticas impõem-se, malgrado todas as suas dificuldades.

É um panorama que não agrada à Casa Branca, que tudo fará para impedir que o seu «pátio das traseiras» se torne de facto independente. Derrubando Pinochet, se necessário. Afinal essa é uma das especialidades da CIA... ■

A responsabilidade do jornalista na luta pela paz

ENTREVISTA

Neste ano de 1985 comemora-se uma importante data histórica para toda a humanidade: o 40.º aniversário do fim da Segunda Guerra. Trata-se de uma excelente oportunidade para a tomada de consciência da grande responsabilidade que, no mundo de hoje, recai sobre todos os profissionais da comunicação social — e é precisamente sobre isto que nos fala Jiri Kubka, secretário-geral da Organização Internacional de Jornalistas, em entrevista concedida ao **Journaliste Democratique** que a seguir reproduzimos. Sendo certo, entretanto, que estamos perante questões que dizem respeito não apenas aos profissionais, mas também, no fim de contas, a todos os homens empenhados na luta pelo progresso social e pela paz.

Qual a orientação da actividade da Organização Internacional de Jornalistas em 1985?

A sessão do Comité Executivo da OIJ realizada no último Outono em Nova Delhi respondeu a essa questão. A nossa actividade será centrada sobre a luta contra a ameaça de uma nova guerra mundial e o perigo nuclear, contra a tendência em considerar a violência e o terrorismo de Estado como os principais instrumentos da política internacional, contra o abuso na utilização dos meios de comunicação social na guerra psicológica. A nossa organização pretende enfrentar estes perigos através de uma ampla frente dos jornalistas progressistas e democratas de todos os continentes.

Esta tarefa é decisiva por duas razões. Em primeiro lugar, o perigo da guerra e o perigo nuclear continuam a aumentar na sequência da política dos Estados Unidos, atingindo proporções temíveis. Em segundo lugar, a solução de todas as outras questões tais como a existência e o agravamento dos chamados conflitos locais, a fome, o endividamento dos países em desenvolvimento, a necessidade de introduzir uma nova ordem internacional da informação, dependem do êxito da luta pela paz e pelo desarmamento. A sessão do Comité Executivo sublinhou a importância e a responsabilidade dos jornalistas neste domínio.

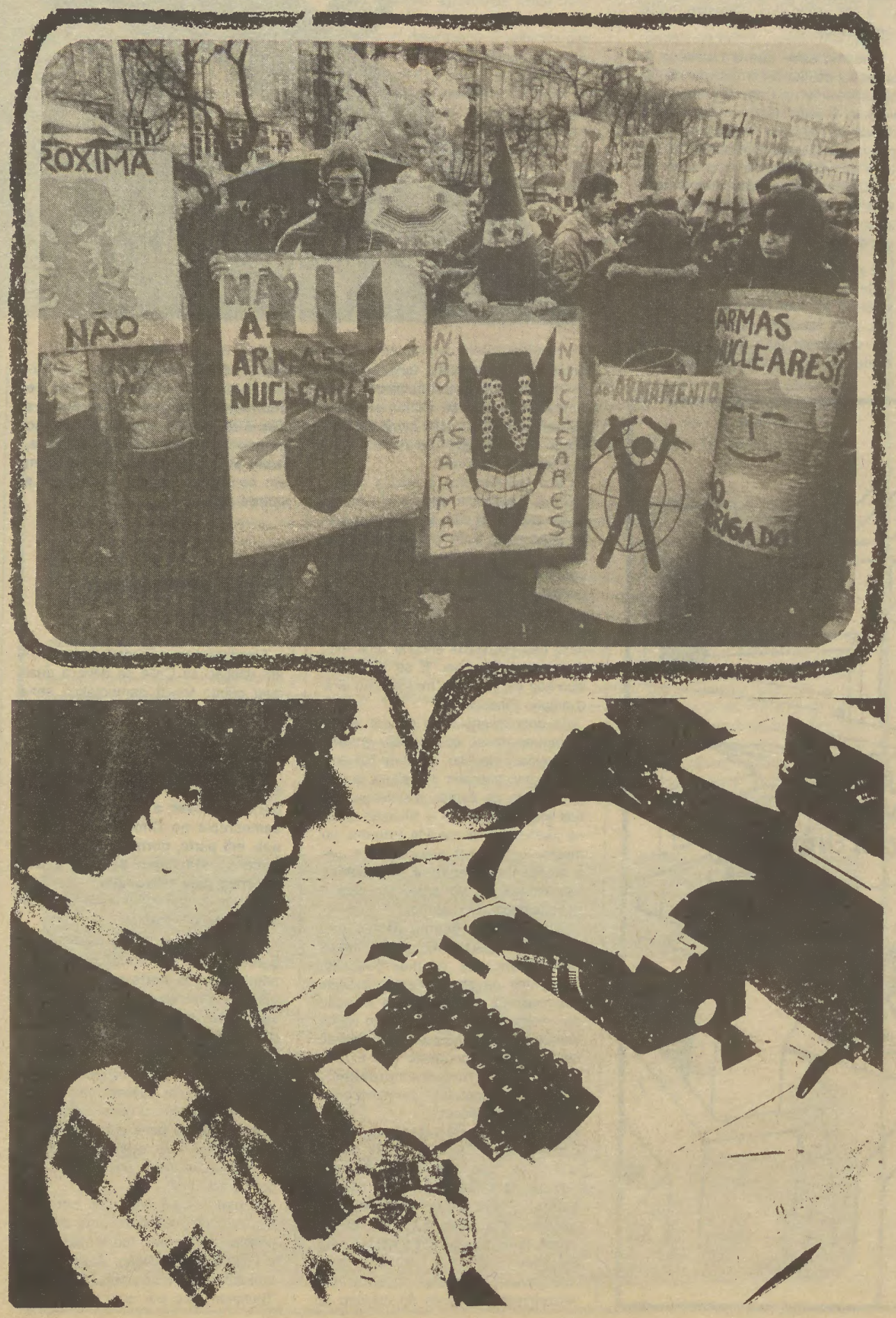
Poderá precisar qual o entendimento que tem acerca dessa responsabilidade dos jornalistas?

Hoje, graças aos transportes, às comunicações e a todas as inovações técnicas, o mundo assumiu novas dimensões, que já não correspondem às de há três ou dois séculos. O que se passa num qualquer lugar do mundo deixou de ser uma questão puramente local; as consequências dos acontecimentos podem-se manifestar em qualquer local. A situação mundial contemporânea exige uma visão global do trabalho jornalístico centrada sobre a sua filosofia e a sua ética.

Nos nossos dias, somos testemunhas — e também protagonistas — de um verdadeiro combate pela sobrevivência da civilização, e este combate tem dois aspectos intimamente ligados: contra o armamento que absorve todos os recursos, ao mesmo tempo que as armas nucleares representam um perigo imediato que pode destruir a civilização; e contra o perigo da decadência da civilização devido à incapacidade em resolver os problemas sociais. Lembremo-nos que mil milhões de habitantes do globo passam fome, que 900 milhões de pessoas são analfabetas e que estes números não cessam de crescer. As potências imperialistas não manifestam nenhum interesse por este estado de coisas porque isso lhes convém, indo ao ponto de o encorajar através de meios inimagináveis. Se a Humanidade pretende sobreviver não tem outra solução senão pôr termo a esta situação.

É trágico que uma grande parte dos meios de comunicação seja utilizada pelos meios mais conservadores, os menos favoráveis ao desenvolvimento e ao progresso. Os *media* ocupam um lugar cada vez maior na formação das concepções dos homens, não se lhes pode escapar nem mesmo calafetando as entradas: penetram através do fio da antena, e na soleira da porta o jornal espera-nos.

O astronauta Savitska contou que, de noite, observando do espaço extraterrestre as cidades iluminadas, ele pensava que se os habitantes dos cosmos vissem também esses desenhos geométricos luminosos, não deixariam de fazer uma alta ideia do génio, das capacidades e do nível intelectual dos habitantes do nosso planeta. Trata-se de uma ideia muito bela, mas a face da nossa querida Terra está também coberta de abcessos e de zonas inflamadas que nem os mais sensíveis instrumentos dos satélites podem revelar. Estes últimos identificam as bases militares, as rampas de mísseis e os movimentos das tropas, mas não vêem o que se encontra nos cofres dos bancos, as especulações da Bolsa, o que se passa nos conselhos de administração das transnacionais e dos *trusts* de armamento nem sobretudo o que se passa no estômago vazio de mil milhões de pessoas. Escrever a verdade sobre tudo isto, revelá-lo, lutar contra estes flagelos — eis, quanto a mim, a responsabilidade do jornalista.



Qual é a este respeito o papel da OIJ?

Ao contrário do que se pretendeu fazer do jornalista — juiz imparcial, observador independente e sem preconceitos — a nossa organização internacional tem afirmado desde a sua criação que o jornalista não é nem pode ser senão um cidadão do seu país consciente de que a sorte desse país depende do destino do mundo inteiro e da sua civilização.

O único axioma do jornalista reside na sua imensa responsabilidade e nas incomensuráveis possibilidades dos *media* de hoje. Os problemas do mundo contemporâneo são indivisíveis e este mundo está envolvido — no espaço, no solo, no subsolo — por uma rede de comunicações contínua, animada pelos jornalistas.

O principal objectivo da nossa organização é levar este cidadão que é o jornalista consciente de todos estes laços, a utilizar eficazmente todas as fantásticas possibilidades proporcionadas pelos *media* para mobilizar a opinião pública na luta pela sobrevivência. Os jornalistas democratas e patriotas honestos servem esta ideia, já que cada jornalista está ao serviço de alguém e de alguma coisa. Se ele não quer dizer ao serviço de quê e de quem está, é por hipocrisia ou porque desce ao nível do mercenário indiferente à bandeira sob a qual combate.

Falei-vos das forças conservadoras do jornalismo mundial. Ora, na «grande imprensa» dos países capitalistas podem-se observar sinais de movimento, de cristalização... Eis um exemplo concreto: a invasão cuidadosamente preparada do Líbano por Israel e os actos de brutalidade cometidos pelas tropas israelitas impressionaram manifestamente uma parte da imprensa geralmente bastante tolerante a este respeito. Estes jornalistas, lenta, mas seguramente, começam a dar-se conta de que a política dos Estados Unidos e de Israel se encontra num impasse. Nos EUA existe ainda o chamado complexo do Vietname. Quando a guerra do Vietname se aproximava do fim, numerosos jornalistas norte-americanos, testemunhas oculares desta guerra injusta e devastadora, assim como das perdas huma-

nas e da desmoralização nas suas próprias fileiras, contribuiram para o nascimento de um movimento que culminou com a retirada dos Estados Unidos, vencidos, do Vietname. Este complexo, quanto a mim saudável, reapareceu em relação com os acontecimentos no Próximo Oriente e contribuiu para a retirada das tropas americanas desta região.

Esta experiência mostra a influência que a imprensa pode ter na condução dos negócios públicos e prova que a consciência da responsabilidade social e a coragem para, nos moméntos mais críticos, furar a cortina do silêncio levantada pelos barões da imprensa, acentuam-se gradualmente entre os jornalistas.

Acrescentemos que o governo dos EUA tirou de tudo isto uma lição manifestamente contra-natura. Quando do ignóbil ataque contra Granada, não permitiu a nenhum jornalista, mesmo americano, entrar na ilha. Mas nem por isso conseguiu impedir que um número crescente de jornalistas dos Estados Unidos e dos países aliados discorde cada vez mais da política de Washington na América Central e nas Caraíbas. Para todo o jornalista que queira raciocinar e que honestamente procure ver o mundo tal qual ele é, não deixa de ser espantoso que os Estados Unidos, tendo a seu soldo assassinos do género de Somoza ou Batista, abençoem à custa de dólares e em nome da democracia as armas de bandidos. É para eles espantoso que os EUA queiram dar ao governo nicaraguense lições sobre a organização de eleições quando se trata das primeiras eleições jamais realizadas neste país.

E quanto à tarefa fundamental que é impedir uma guerra nuclear?

Pode-se hoje constatar que a evolução internacional, o perigo mortal que, por exemplo, representa o desenvolvimento das armas nucleares, incluindo para a Europa ocidental, tiveram igualmente influência sobre os jornalistas de países que até aqui pareciam ser bastiões do jornalismo conservador. A Assembleia mundial da paz em Praga, em 1983, permitiu aos jornalistas encontrarem-se num *forum* bem seu e os resultados foram surpreendentes: os grupos de jornalistas pela paz e contra a morte nuclear existentes na Suécia, na Dinamarca, na Grã-Bretanha, na RFA e noutros países encontraram-se aí pela primeira vez. Os membros destes movimentos contam-se hoje por milhares. Os seus esforços enfrentam a resistência das forças que já se opunham aos acordos de Helsínquia e que consideram a aproximação e a cooperação dos jornalistas europeus como coisas muito perigosas e até mesmo como heresia. E, no entanto, estou certo de que este processo seguirá o seu curso. A este respeito, convém prestar uma particular atenção ao excepcional desenvolvimento do jornalismo democrático na América do Norte.

Quais são os problemas hoje enfrentados pelo movimento dos jornalistas pela paz?

Os programas de armamento de Reagan, por exemplo o seu plano de «guerra das estrelas», o armamento estratégico sem precendentes, etc., são acompanhados de grandiloquentes palavras sobre a sua vontade de negociar e de prosseguir conversações. A opinião pública mundial é assim incessantemente enganada devido ao contributo de todo o potencial da «grande imprensa». Trata-se de um artifício para adormecer a opinião pública que é preciso desmascarar.

Neste contexto, qual o lugar dos esforços em favor de uma nova ordem internacional da informação?

Segundo as estatísticas da UNESCO, em 1964 havia 9,8 exemplares de quotidianos para cem habitantes, hoje há 13,4. Em 1964 havia 13,2 receptores de rádio para cem habitantes, hoje há perto de trinta. O número de televisores cresceu ainda mais rapidamente. Entretanto — e isto mostra a grandeza e a miséria da nossa civilização — na Europa há mais de 31 exemplares de quotidianos, perto de 50 receptores de rádio e 30 televisores para cem habitantes, enquanto que em África dois cidadãos em cada cem lêem um quotidiano, apenas nove em cem possuem um aparelho de rádio e só dois em cem têm um televisor. Tendo em conta estas desproporções, penso que a igualdade de acesso à informação e a luta para que o máximo destas possibilidades seja posto ao serviço da sociedade e não da sua destruição são decisivos para a OIJ. Aí reside, em minha opinião, o primeiro elo de ligação entre a exigência de uma nova ordem internacional da informação e a luta pela paz.

A passagem gradual dos *media* a uma plataforma democrática, de paz, equilibrada nos planos social e territorial é um processo forçosamente difícil e complexo. Supõe, por exemplo, a superação das actuais relações de propriedade, assim como da estrutura das sociedades transnacionais que cada vez mais entra em contradição com as necessidades da comunidade mundial. A atitude dos jornalistas pode atrasar em muito esta luta por um futuro justo ou, pelo contrário, pode acelerá-la. Em suma, os jornalistas não devem suster a sua expressão, como lhes recomendam certos representantes do Ocidente, antes pelo contrário a sua voz deve ser ouvida no mundo, no interesse da paz e da justiça.

Toda a actividade da nossa organização internacional visa fazer ouvir a nossa voz. Vamo-lo conseguindo, novas organizações aderem à OIJ, temos amigos e colaboradores mesmo entre aqueles que ainda têm de trabalhar para a imprensa manipulada. Um número crescente de jornalistas participa na acção em defesa do mundo e do seu futuro.

Este ano de 1985 será um ano simbólico. Qual a sua importância para a OIJ?

Em dois aspectos. Comemoraremos a vitória comum dos aliados sobre o fascismo hitleriano e o militarismo japonês, vitória para a qual os jornalistas em muito contribuiram. Não podemos afirmar que conhecemos bem esta contribuição, que sabemos suficientemente bem como os correspondentes de guerra, as estações de rádio, aqueles que pondo em risco a vida publicavam jornais clandestinos e panfletos contribuiram para esta vitória. Foi a partir do trabalho destes jornalistas, a partir da unidade de todas as forças antifascistas que a nossa organização nasceu. Este ano incita-nos à evocação dos factos e dos contextos, a prestar homenagem àqueles que ajudaram a colocar as bases do jornalismo progressista e democrático.

Pelo contrário — e eis aqui um grande paradoxo — em princípio de Agosto lembraremos o acontecimento mais terrífico da história da Humanidade: o quadragésimo aniversário de Hiroshima e Nagasaki. Circulam hoje próximo das costas japonesas e outras, submarinos atómicos portadores de armas nucleares que podem significar uma catástrofe inimaginável. Os EUA deram ao Japão e a outras ilhas, desde Diego Garcia até às Aleutas, o papel de corda do arco de onde partirá a flecha do ataque contra o continente. A mão que segura a corda está suja do sangue vietnamita e granadino. O 40.º aniversário do fim da guerra será uma ocasião para nos lembrarmos de como terminam as coisas quando se brinca com o fogo, sendo que hoje o risco é incomensuravelmente maior.■

ISRAEL
A escalada do racismo

Em meados do mês passado o parlamento israelita (Knesset) rejeitou por escassa margem de votos um projecto de lei que visava definir, com base em critérios religiosos, o direito de cidadania no Estado de Israel.

Na mesma altura, centenas de palestinianos e cidadãos árabes que vivem em Israel e nos territórios ocupados da Cisjordânia recebiam uma estranha carta assinada pelo rabino Meir Kanane, deputado eleito pelo movimento racista Kach, onde eram intimidados a preencher o boletim de emigração, antes que seja tarde.

Trata-se de dois exemplos do recrudescimento do racismo em Israel, tanto mais chocantes quanto, quarenta anos depois da derrota do nazi-fascismo que teve na perseguição aos judeus um dos seus expoentes mais terríveis, a sua condenação pela Humanidade se impõe para que casos semelhantes não possam nunca mais voltar a ocorrer.

No caso do debate no Knesset sobre «quem é judeu», cabe salientar, por um lado, a incongruência de 36 anos depois da formação do Estado judaico — dito a verdadeira pátria de todos os judeus — ainda não se saber quem tem direito a tal designação e, por outro lado, o facto de se pretender alterar a legislação em vigor desde 1950, segundo a qual é considerado judeu todo o indivíduo nascido de mãe judia ou convertido ao judaísmo.

O debate desta questão parecerá insólito, sobretudo tendo em consideração os gravíssimos problemas económicos e sociais de Israel, que enfrenta actualmente a pior crise da sua história. O pedido secreto feito pelas autoridades sionistas aos EUA, de ajuda económica e militar totaliza, segundo revelou recentemente o «Wall Street Journal» a soma astronómica de 12 biliões de dólares, só para o ano fiscal de 1986. Para dar uma noção da importância desta verba o referido jornal, citando o departamento de Estado, informava que desde 1949 a ajuda total americana a Israel foi de 13,3 biliões de dólares sob a forma de empréstimos e 17,7 biliões de dólares sob a forma de subvenções.

A que se deve então, nestas circunstâncias, a aparente perda de tempo em torno de uma questão que há muito deveria estar encerrada?

A primeira resposta reside sem dúvida na influência crescente dos partidos religiosos em Israel, que hoje fazem aliás parte da coligação governamental, e cuja actuação se tem pautado pela transformação gradual do Estado laico num estado confessional. Acresce ainda que aqueles partidos, defensores da criação do «Grande Israel», da expulsão ou liquidação dos árabes das terras ocupadas e da supremacia judia, encontram na situação de crise que se vive no país terreno fértil para a propagação das suas ideias.

O projecto de só se poder considerar judeu quem tivesse passado pelo ritual da conversão ao judaísmo, no espírito do «judaísmo ortodoxo», não foi aprovado dada a grande reacção registada nas grandes comunidades europeias e americanas judias.

Nos EUA, mais de 20 organizações judaicas condenaram o projecto, fazendo notar que quando os nazis matavam judeus nas câmaras de gás não lhes perguntavam que ritos lhes haviam sido aplicados — se o «reformista», se o «conservador» ou o «ortodoxo» — e acusando o projecto de pretender dividir os judeus de forma ainda mais sofisticada do que a utilizada pelos nazis.

A questão acabou no entanto por ser remetida para o «Grande Rabinato», orgão religioso que detém de há muito o monopólio da regularização das relações de casamento, familiares e de parentesco, da resolução dos problemas relacionados com as heranças e a divisão de bens, bem como as questões litigiosas de carácter material, ético ou moral entre os crentes.

O que significa que a lei não aprovada pelo Knesset pode muito bem passar a vigorar, pela simples decisão do Grande Rabinato...

O mesmo sucede em relação à perseguição ilegal movida pelos extremistas judeus contra os árabes em geral e os palestinianos em particular.

Tal como o racismo

A carta que o rabino Meir Kahane tem endereçado a centenas de pessoas, utilizando papel timbrado do Knesset e beneficiando do porte pago concedido aos deputados, não tem qualquer cobertura legal. E se é certo que os protestos contra a sua actuação levaram à limitação da imunidade parlamentar de que dispunha bem como à restrição de deslocações à Cisjordânia e às cidades árabes da Galileia onde fazia provocações, o mesmo não se pode dizer de outros que como ele se dedicam a práticas racistas.

O caso mais notório é o do rabino Moshe Levinger, chefe do chamado «Bloco da Fé» e fanático da colonização dos territórios ocupados.

Desde Outubro do ano passado que Levinger, com um punhado dos seus seguidores, acampa junto ao campo palestiniano de Dayiche, cuja destruição pura e simples reclama.

Os cerca de dez mil refugiados de Dayishe vivem no receio permanente das provocações, que terminam regra geral com a intervenção do exército contra os próprios refugiados. As levas de prisões, torturas e mesmo mortes registadas neste campo têm sido alvo das mais variadas denúncias, sem que no entanto se ponha cobro às provocações de Lavinger que continua a dispor de impunidade e da protecção do exército israelita.

É neste clima que se desenvolve a propaganda antiárabe em Israel, transformados pelas autoridades sionistas, de forma mais ou menos velada, no bode expiatório da crise económica.

Os árabes, quer sejam cidadãos de Israel quer vivam nos territórios ocupados, são cada vez mais frequentemente acusados de «roubar o trabalho aos judeus».

A situação chegou a tal ponto que nalgumas localidades extremistas judeus criaram comités encarregues de denunciar publicamente os que empreguem árabes; tal denúncia encerra um evidente convite a retaliações, sem que no entanto as autoridades façam seja o que for para o impedir.

De notar ainda os preocupantes resultados de uma sondagem recentemente divulgada pelo jornal «Maariv», testemunho da influência crescente dos fanáticos como Levinger. Segundo a sondagem, se se registassem agora eleições legislativas em Israel o movimento de extrema-direita Kach obteria cinco deputados, em vez do único obtido em Julho último! ■

a TV

O descrédito e o ridículo

A televisão não cumpre, no mínimo, a sua função de informar sobre o que se diz e se passa na Assembleia da República. Já se sabia isso. Mas os parcos minutos destinados pela TV à discussão do Orçamento são a melhor testemunha da RTP... contra a RTP...

De facto, quer através das intervenções de deputados do PCP e do MDP, quer através das posições dos partidos da coligação, verifica-se que este OGE não tem ponta por onde se lhe pegue. Nem os seus responsáveis conseguem defendê-lo refugiando-se em fórmulas estereotipadas no género de «este é o orçamento possível, não é o orçamento desejável»...

Que não é desejável, sabemo-lo todos muito bem. Quanto ao ser «possível», o deputado João Corregedor da Fonseca responderia com uma frase lapidar: «Este é o orçamento possível de um Governo incredível».

«Governo incredível»: é isso mesmo. Abalado por uma total desconfiança nos mais variados estratos sociais. A pontos de se poder dizer, como disse João Amaral, deputado do PCP, que não existe funcionamento regular das instituições. Os acontecimentos dão-lhe razão. E a cotação de crédito do Governo desce ainda mais.

Quer dizer: desce abaixo de zero...

A primeira intervenção de Almerindo Marques, do PS, foi simplesmente ridícula. E se uma política se dá muito mal com o descrédito, a coisa agrava-se se o ridículo entra na dança...

Almerindo não defendeu coisíssima nenhuma, não justificou fosse o que fosse. Aquilo não parecia uma televisão: parecia o muro das lamentações. Não parecia um discurso político: parecia uma oração de corpo presente. Não era a palavra de um atleta: era o queixume de um político.

A certa altura deu-lhe para ser realista, para aceitar as críticas e os protestos com resignação. **Podíamos ter feito mais alguma coisa** — confirmava ele — **mas se não fizemos ontem, façamo-lo amanhã...**

Por quem é, Almerindo! Façam-no mesmo depois de amanhã, façam-no para o ano que vem, para o século que vem. Não se apressem, caramba! Isto não vai assim de afogadilho, que importância tem, para vocês, a fome, o desemprego, a ausência de perspectivas?...

... Pois é verdade, amigos leitores. Chegámos a isto. Assim se compreende que a cota de simpatia por Mário Soares tenha atingido os mais baixos níveis de sempre. A política errada arrasta para o fundo quem a pratica...

Branco é... Machete o põe

Para se ver como o chão foge debaixo dos pés da política desacreditada, basta atentar neste pormenor: num dia, a Marante anuncia a presença de Mota Pinto na TV para a próxima semana. Apenas uma semana depois quem apareceu foi... Rui Machete!...

Mas a mudança de nomes corresponde a mudança de política? Claro que não. O novo **líder** (caramba, como eles gostam de ser líderes...) reafirma que vai ter pulso forte em questões sérias como: a legislação laboral, a Reforma Agrária, a lei eleitoral, a «segurança interna», as empresas públicas...

No que respeita às eleições presidenciais, a linha ficou definida, embora aqui e ali se procurasse enroupá-la de ambíguas preocupações. De facto, o PS e o PSD encaram projectos de acordo de não-agressão, caso avancem com candidatos próprios na primeira volta. Quanto à segunda volta, face a um candidato «apoiado pelos comunistas», o PSD «deveria ponderar seriamente esse problema...»

Ou seja, **branco é...**

No que respeita a outros temas de momento, como a corrupção, foi dito que o novo Governo tem agora, no seu combate, «um novo ímpeto.»

Claro que ninguém crê. São palavras de circunstância, à mesa do café, ou na sala de visitas. Como é que pode existir um «novo ímpeto» contra a corrupção, se se favorecem todas as condições e circunstâncias que a geram?

Por estas e outras é que estes «governantes» se tornam cada vez mais incredíveis... e mais incríveis.

■ ***Ulisses***

... Síntese semanal da IMPRENSA

Uma remodelação que não engana ninguém

Por vários motivos o Governo foi tema central nos últimos dias.

A mascarada da remodelação até pel'«a tarde» é considerada «um espectáculo». Neste Governo podre continua a ter lugar um ministro que afirmou, perante as câmaras da TV, considerar perfeitamente legítimo a entrega a traficantes das suas operações de transferência de divisas.

Finalmente, no momento em que Soares fazia pomposas declarações de amizade em relação aos países africanos de expressão oficial portuguesa, a UNITA anunciava o nome do seu novo representante em Lisboa. E a cimeira dos líderes de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé tomou nota.

A remodelação: máscaras e papelinhos

● «A remodelação e os cenários em que se desenrolou mostra que a nova direcção política do PSD assumiu funções sem possuir, de facto, uma real alternativa, deixando assim em aberto um vazio político que alguém preencherá. Rui Machete não queria ser ministro da Defesa mas, como **o PS vetou (!) o nome de Eusébio Marques de Carvalho**, Rui Machete é ministro da Defesa. Carlos Melancia e Rosado Correia trocaram os Ministérios. Se Melancia não servia como ministro do Mar, nada garante que sirva como ministro do Equipamento Social; e se era um bom ministro do Mar nada aconselharia a que se lhe tirasse o Ministério. O mesmo se dirá em relação a Rosado Correia. **Sousa Tavares é confirmado depois de informar que prefere entregar os seus honorários em divisas aos candongueiros a depositá-los na banca nacionalizada**. Tudo isto parece excessivamente ridículo para ser verdade. Não se compreende como Mário Raposo e João de Deus Pinheiro aceitam entrar na farsa. Sobretudo, não se compreende que o bloco central, o primeiro-ministro, o PSD, se prestem a dar, sem necessidade, um tal espectáculo.»

(«a tarde», 15 Fevereiro)

● «Cinco ministros e seis secretários de Estado foram ontem empossados nos cargos respectivos por Ramalho Eanes, na Sala Azul do palácio presidencial de Belém, numa cerimónia em que Mário Soares anunciou que o Governo vai pedir um voto de confiança à Assembleia da República a fim de "comprovar uma vez mais a sua legitimidade".

(...)

Rosado Correia afirmou que "por uma questão de princípio e de mínimo de ética" resolveu recusar as funções anteriomente desempenhadas por Carlos Melancia, o qual, nesta remodelação, foi ocupar o cargo do próprio Rosado Correia.»

(«Diário de Notícias», 16 Fevereiro)

● «Rosado Correia informou o primeiro-ministro de que não estava disponível para aceitar a titularidade do Ministério do Mar, duas horas antes da hora marcada para a posse dos novos ministros em Belém.

(...)

"A irritação de Soares cresceu pois na proporção dos esforços" que teve de fazer para **"aguentar"** Rosado Correia no Governo, comentou um seu assessor.

(...)

"No entanto, a reacção foi justamente a oposta", consideram fontes próximas de Soares que adiantam que, **"para ele, Rosado Correia morreu".»**

(«Expresso», 16 Fevereiro)

O ministro, os dólares e a qualidade de vida

● «O ministro Sousa Tavares, da Qualidade de Vida, teria uma conta corrente em moeda estrangeira, na empresa DOPA, que funcionava em Portugal como entreposto de uma entidade bancária suíça, o Trade Developemente Bank, segundo meios ligados à investigação.

Averiguações sobre essa empresa levaram à conclusão de que o citado ministro poderá ser incriminado nos termos das alíneas *a), b)* e c) do artigo 1.º do Decreto-Lei 630/76, de 28 de Julho.

(...)

O envolvimento de muita gente de meios empresariais, somado à controvérsia em torno de Sousa Tavares, fazem com que este caso comece a avolumar-se, no estilo "bola de neve".

(...)

O próprio ministro da Qualidade de Vida admitia ontem, perante as câmaras da Televisão, ter conscientemente cometido uma ilegalidade, ao preferir importar divisas através do dr. Queiróz de Andrade à morosidade com que a burocracia dos bancos comerciais trata de transferências.

As formalidades são exigidas, recorde-se, pelo Banco de Portugal.»

(«Tempo», 15 Fevereiro)

● «O valor do cheque que o ministro da Qualidade de Vida, Francisco Sousa Tavares, possuía depositado na DOPA — empresa que se encontra sob investigação policial por alegado tráfico de divisas — era de 10 mil dólares — disse ao «Expresso» uma fonte conhecedora do processo.

Sousa Tavares era um dos cerca de 120 clientes que detinham aberta uma conta corrente, em divisas, nos escritórios da sociedade, na Rua Rosa Araújo. Dessa lista, que se encontra em poder das autoridades, faziam parte conhecidas figuras do sector de negócios da capital. Cada titular auferia juros sobre os valores depositados, pelo que a empresa, além de proceder a movimentos presumivelmente ilegais de divisas para o estrangeiro, desenvolvia também uma actividade para-bancária.

Após a divulgação pública do seu nome, esta semana, como estando supostamente ligado a uma rede de tráfego de divisas, o ministro da Qualidade de Vida esclareceu que o cheque depositado na DOPA provinha do pagamento de honorários seus, como advogado, por parte de um cliente estrangeiro. Contudo, de acordo com um Decreto-Lei de 1962 (n.º 44 698), cujo articulado respeitante a esta matéria se encontra ainda em vigor, todo o movimento de invisíveis correntes (incluindo o pagamento de honorários por clientes estrangeiros a entidades portuguesas) deve ser obrigatoriamente efectuado através do sistema bancário.»

(«Expresso», 16 Fevereiro)

Política externa? não conheço!

● «Eu não conheço nenhuma política externa portuguesa. Se por política externa portuguesa se quer referir às viagens do senhor Jaime Gama, eu penso que se trata de uma questão desportiva que o sr. Jaime Gama tem com outro Gama, que era o Vasco. Só que o Vasco fazia as viagens à vela e o nosso Gama faz as viagens de avião. Porque política externa nós não temos. **Temos, sim, a política externa do sr. Frank Carlucci e dos seus armazéns, que, segundo dizem as más línguas dos Estados Unidos, estão ligados à CIA.** Daí que o fracasso seja total nas relações entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa" — declarou ao "Tempo" o ex-empresário Bernardo Guedes da Silva, que optou desde há pouco mais de um ano por se dedicar à política.»

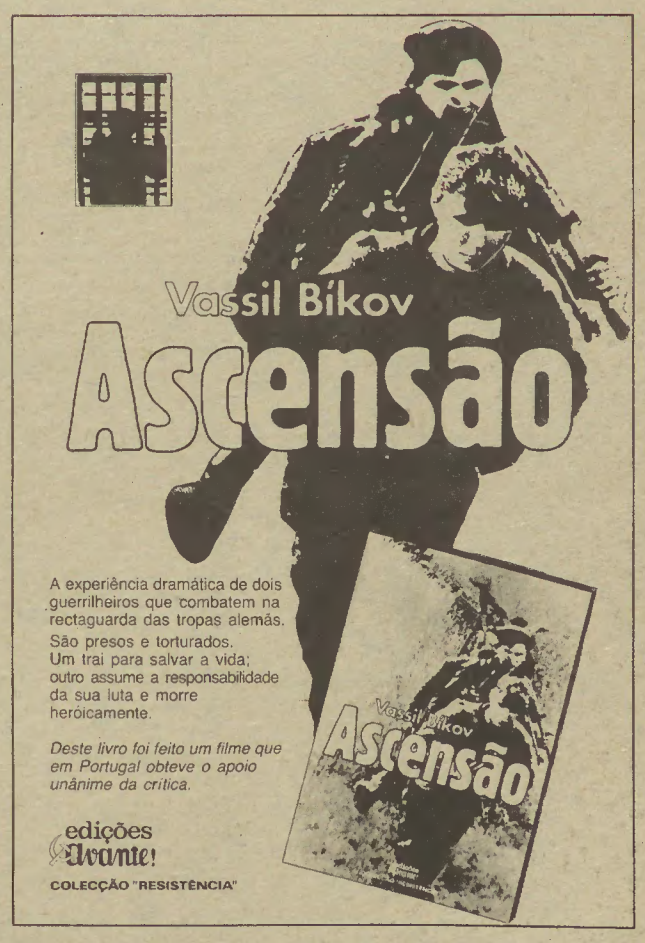
(B. Guedes da Silva, «Tempo», 15 Fevereiro)

● «As declarações do primeiro-ministro português, Mário Soares, manifestando a intenção do seu Governo de não permitir em Portugal a actividade da Renamo e da Unita, foram praticamente ignoradas durante a Cimeira dos Cinco. O comunicado final — a "Declaração de S. Tomé" — denunciava **"com veemência" os apoios de "certos círculos políticos, económicos e financeiros portugueses" a "acções terroristas contra Angola e Moçambique".** No entanto o documento evitava referir-se explicitamente ao Governo ou ao Estado português.

(...)

Assim, depois de se referir à liberdade de actuação da Renamo e Unita em Lisboa, o texto aprovado pelos "cinco" salienta que essa situação **"contraria a ética das relações entre os Estados"**, denunciando de seguida os apoios **"ao terrorismo em Angola e Moçambique, por parte de certos Estados ocidentais e do Médio Oriente".»**

(«Expresso, 16 Fevereiro)



Gazetilha

por Ignotus Sum

A gente que está no poder
era de boa condição
não fora tanta a corrupção
não fora tanta a repressão
e tanta a provocação
que dia-a-dia nos dá a ver
a gente que está no poder.

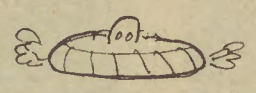
A gente que está no poder
até seria boa gente
não fora tão subserviente
não fora toda tão doente
não fora gente tão subgente
nojo que tanto pode ser
a gente que está no poder.

A gente que está no poder
até seria gente bela
se não servisse a clientela
se não caisse na panela
se não vivesse prá gamela
— só quer comer, comer, comer,
a gente que está no poder.

A gente que está no poder
podia ser de boa talha
se não tivesse alma de palha
se não nos roubasse a migalha
se não pisasse quem trabalha
se não quisesse tudo ter
a gente que está no poder.

A gente que está no poder
podia ser de boa-fé
e até respeito nos merecer
se fosse a gente que não é
a gente que está no poder.

Disseram a um professor
que chegara enfim a hora
de o Seabra se ir embora.
Foi-se embora, sim senhor.
E o professor insofrido
respondeu em alto brado:
— O bom não é ter saído:
Todo o mal foi ter entrado...



Pontos Cardeais

Ele pensa

Alípio Dias, secretário de Estado do Orçamento que fala de milhões de contos como quem contabiliza golos no campeonato nacional, saiu-se com mais uma. Assim: **«Sou daqueles que penso que a autoridade do Estado, desde que seja uma autoridade democrática, não pode ser discutida».**
Como a «autoridade» nos Estados antidemocráticos **não se discute** por razões óbvias, faltava, de facto, levar a coisa aos Estados democráticos... Afinal Alípio sempre é «daqueles que pensa».

Desvios CDS

O CDS vai fazer o seu 6.º Congresso no próximo fim-de-semana, e a coisa promete: sendo o primeiro da «era Lucas Pires» (é assim que eles dizem, não lhes saem as aristocracias da cabeça...) lá estarão a defrontar o novo líder vários dos seus ex-apoiantes, nomeadamente Ribeiro e Castro, antigo braço direito de Freitas do Amaral e elemento preponderante do Instituto Fontes Pereira de Melo (ah, estes «Institutos» são uma «beleza»...), Basílio Horta, presidente do Congresso e único dirigente «histórico» que sobreviveu à última remodelação, Azevedo Soares, presidente da Comissão Directiva. A juntar à bagunçada, a Juventude Centrista promete moções que a ver vamos.
Independentemente dos resulatdos (que havemos de apreciar) este Congresso ameaça desvios notórios da «família cristã» do CDS: tem 16 «moções de estratégia», está cheio de «sensibilidades», anda tudo a atirar-se ao «líder», é o **sexto** em 10 anos de existência de partido e há mesmo quem vá lá para apresentar a proposta de um 7.º Congresso Extraordinário a realizar daqui a uns meses! Se isto não é social-democracia à PPD, então o Adriano Moreira também pode muito bem ser um democrata!

Onde está o pano

João Jardim, ao «Eco do Funchal»: **«Nesta fase o líder do PSD deve permanecer como vice-primeiro-ministro para não deixar que os socialistas ocupem ainda mais abusivamente o aparelho de Estado, deixando a alguém não comprometido com a coligação o discurso anti-socialista».**
Foi esta gente que, há dias, cozinhou uma remodelação em nome da estabilidade e do «interesse nacional». Mário Soares mencionaria mesmo a legitimidade de tal operação. O Povo português pergunta só onde é que está o tal pano encharcado destas anedotas.

Dificuldades

«O presidente do governo italiano, Bettino Craxi, apresentou em Roma o balanço dos contactos efectuados em Madrid e Lisboa, onde reconhece que existem **dificuldades objectivas** para alcançar um compromisso global e equilibrado nos capítulos em aberto nas negociações de alargamento da CEE» (dos jornais).
Já não bastava, à entrada do dr. Mário Soares na CEE, andar a braços com dificuldades crónicas: agora também são objectivas...

Não se lembrava

Amândio de Azevedo — que ao continuar como minstro do Trabalho e da Segurança Social, após a última remodelação, sublinhou que o fazia dentro da «solidariedade governamental» (aquilo é granito, quando toca a compromissos) — não perdeu tempo e foi, na sua ministerial qualidade, participar nas comemorações da elevação de Carapelhos a Freguesia (não sabem onde é? Caramba, no concelho de Mira, distrito de Coimbra!). E entre outras coisas, disse aos boquiabertos carapelhenses: **«é indispensável que quem detém o poder a nível central se lembre dos problemas, mas que se vivem no mundo rural!»**
Posteriormente a «gaffe» explicar-se-ia: Dada a sua precipitada confirmação no cargo, Amândio de Azevedo não se lembrava na altura que continuava ministro.